



Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil



Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil



Expediente

Publicação do Conselho Pastoral dos Pescadores

O Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP é uma pastoral social, está ligada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Presidente do CPP

Dom José Hering

Conselho Nacional do CPP

Camila Batista da Silva

Gilmar dos Santos Rodrigues

Maria Aparecida dos Santos Ramos

Maria José Pacheco

Neusa Francisca do Nascimento

Rubem Tavares

Sueli Miranda

Endereço

Av. Carlos de Lima Cavalcante, 4688 - Casa Caiada - Olinda - PE, CEP: 53040-000

Fone: (81) 3431-1417/ (61) 3536-2411

Sítio: www.cppnac.org.br

Endereço eletrônico: cppnac@cppnac.org.br

Equipe de Organização e Sistematização

Alzení de Freitas Tomáz

Gilmar Santos

Coordenação

Secretaria Executiva Nacional - Maria José Pacheco

Levantamento dos Dados

CPP Regional Ceará

CPP Regional Nordeste II

CPP Norte II (PA)

CPP Floresta (PE)

CPP Macau (RN)

CPP Baía de Todos os Santos (BA)

CPP Baixo Sul (BA)

CPP Baixo São Francisco (BA/SE)

CPP Submédio São Francisco (BA)

CPP Minas Gerais

CPP Baixo Amazonas (PA)

CPP Santa Catarina

MPP Piauí

MPP Maranhão

MPP Espírito Santo

MPP Rio de Janeiro

Diagramação

Ingrid Campos

Gilmar Santos

Equipes de Revisão e Análise

Conselho Nacional do CPP

Revisora

Ramênia Vieira

Ilustrações

Gilmar Santos

Apoio

Misereor

Naturskyddsforeningen

Ficha Catalográfica

Conselho Pastoral dos Pescadores, Org.: Tomáz, Alzení de Freitas & Santos, Gilmar. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. – Brasília/DF. 2016. 104p.

ISBN 978-85-60917-56-3

Conflitos Socioambientais; Direitos Humanos, Identidade, Justiça; Território



Olinda (PE), julho de 2016

Sumário

INTRODUÇÃO.....	5
PROCEDIMENTOMETODOLÓGICO.....	6
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM TERRITÓRIOS PESQUEIROS.....	10
AS INFLUÊNCIAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PESCA ARTESANAL.....	15
CONFLITOS EM TERRITÓRIO DE PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS.....	19
REGIÃO LITORANEA DO CEARÁ.....	20
REGIÃO LITORÂNEA DE PERNAMBUCANO.....	27
Suape, do Tupi-Guarani, “Caminho Sinuoso”.....	32
REGIÃO LITORÂNEA DO RIO GRANDE DO NORTE.....	33
REGIÃO LITORÂNEA DO MARANHÃO.....	37
Carta de Repúdio à Autorização para Construção de Porto na Comunidade Cajueiro, em São Luís.....	41
REGIÃO DELTA DO PARNAIBA NO ESTADO DO PIAUI.....	43
Empreendimento e seus Conflitos no Norte do Piauí.....	47
REGIÃO BAIXO AMAZONAS E MARAJÓ NO PARÁ.....	49
REGIÃO LITORÂNEA DO RIO DE JANEIRO.....	55
No Rio de Janeiro, pescadores da AHOMAR estão impedidos de regressar a Magé.....	55
Pescadores artesanais da Ilha da Madeira/RJ possuem território pesqueiro ameaçado.....	59
Carta da AHOMAR para o CPP - A luta e a Resistência da AHOMAR na Baía da Guanabara.....	60
REGIÃO LITORÂNEA DE ALAGOAS.....	64
Carta Aberta: em Defesa da Vila dos Pescadores do Jaraguá – Maceio/AL.....	64
REGIÃO LITORÂNEA DE SANTA CATARINA.....	66
REGIÃO LITORÂNEA DO ESPIRITO SANTO.....	68
REGIÃO LITORÂNIA DO ESTADO DA BAHIA.....	69
Nota de Repúdio contra a reintegração de posse na Comunidade Remanescente Quilombola Rio dos Macacos.....	80
Casas de pesca construídas há séculos pelos pescadores quilombolas da Comunidade Monte Recôncavo são incendiadas criminosamente.....	83
BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, BAHIA, PERNAMBUCO, ALAGOAS E SERGIPE.....	84
Carta do Congresso dos Pescadores e Pescadoras da Bacia do Rio São Francisco.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	104

ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1: Índice de Conflitos por Tipos no Litoral do Ceará (CPP, 2015).....	22
Gráfico 2: Agente causador de conflitos (Levantamento CPP, 2015).....	25
Gráfico 3: Índice de Conflitos por tipos (Levantamento CPP, 2016).....	29
Gráfico 4: Agente causador do conflito (Levantamento, 2015).....	31
Gráfico 5: Tipos de Conflitos estabelecidos na Região Litorânea do Rio Grande do Norte (Pesquisa, CPP 2016)	34
Gráfico 6: Índice de Ação dos Causadores de Conflitos no RN (Pesquisa CPP, 2016).....	36
Gráfico 7: Tipos de Conflitos apresentados (Levantamento CPP, 2015).....	38
Gráfico 8: Agente causador do conflito (levantamento, 2015).....	40
Gráfico 9: Índice de conflitos por tipo (Levantamento, 2015).....	44
Gráfico 10: Agente causador do conflito (Levantamento, 2015).....	46
Gráfico 11: Tipos de Conflitos apresentados no Estado do Pará (Pesquisa, CPP 2015).....	51
Gráfico 12: Agentes Causadores dos Conflitos (CPP 2015).....	54
Gráfico 13: Tipos de Conflitos identificados no Estado do Rio de Janeiro (MPP, 2015).....	56
Gráfico 14: Causadores de Conflitos no Estado do Rio de Janeiro (MPP, 2015).....	57
Gráfico 15: Principais Conflitos Identificados no Litoral da Bahia (Pesquisa, 2015).....	71
Gráfico 16: Agentes causadores de Conflitos (pesquisa, 2016).....	75
Gráfico 17: Incidência de Conflitos por Tipos (Levantamento CPP, 2015).....	86
Gráfico 18: Incidência por Agente Causador de Conflito (Levantamento, 2015).....	94

ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1: Tabela das comunidades e tipos e detalhamento dos conflitos no Estado do Ceará (Pesquisa CPP, 2015).....	22
Tabela 2: Expressão do índice de impactos causados por agentes (Levantamento, 2015).....	25
Tabela 3: Tabela de detalhamento dos conflitos na região Litorânea de Pernambuco (Pesquisa CPP, 2016)..	29
Tabela 4: Expressão do índice de impactos causados por agentes (Levantamento CPP, 2015).....	31
Tabela 5: Detalhamento dos Conflitos na Região Litorânea do Rio Grande do Norte (Pesquisa CPP, 2016)....	35
Tabela 6: Tipos e detalhamento de conflitos em comunidades pesqueiras no Maranhão (Pesquisa, 2015)...	39
Tabela 7: Detalhamento dos Conflitos Socioambientais do Estado o Piauí (Pesquisa MPP, 2015).....	45
Tabela 8: Detalhamento dos Conflitos no Estado do Pará (CPP, 2015).....	51
Tabela 9: Detalhamento dos Conflitos no Rio de Janeiro (MPP, 2015).....	56
Tabela 10: Detalhamento dos Conflitos em Alagoas (CPP NE II, 2016).....	64
Tabela 11: Detalhamento dos Conflitos em Santa Catarina (MPP, 2016).....	66
Tabela 12: Detalhamento dos Conflitos no Espírito Santo (MPP, 2016).....	68
Tabela 13: Quadro de detalhamentos dos conflitos a partir das narrativas locais (Pesquisa CPP, 2016).....	72
Tabela 14: Quadro de Identificação dos Conflitos Socioambientais em Territórios Pesqueiros (Levantamento CPP, 2015).....	85
Tabela 15: Detalhamento dos Conflitos nas Comunidades Pesqueiras na Bacia do São Francisco.....	87

Introdução



Foto: Mobilização do MPP (arquivo CPP, 2015)

O relatório “Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Territórios Tradicionais Pesqueiros no Brasil” é uma coletânea de informações sobre a violência sofrida pelas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais que vivem em águas continentais e ao longo do litoral brasileiro. Trata-se de uma iniciativa do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP na perspectiva de dar visibilidade à identidade tradicional, sociocultural e econômica das comunidades pesqueiras em seus territórios.

Este trabalho é instrumento de formação e reflexão crítica para fomentar o debate do tema junto à sociedade brasileira, num contexto de injustiça ambiental e de luta na Campanha pela Regularização dos Territórios, promovida pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil – MPP em parceria com diversas igrejas, pastorais e movimentos sociais.

O relatório identifica os agentes causadores dos con-

flitos e suas vítimas, além de dar destaque à análise destes conflitos e às estratégias organizadas pelas comunidades para validar seus direitos em contraposição ao avanço dos grandes projetos econômicos sobre os territórios pesqueiros. Mais do que um instrumento de consulta, esta iniciativa pretende denunciar os casos de violações aos direitos humanos sociais, ambientais e culturais das comunidades; dar visibilidade às lutas em defesa dos territórios tradicionais pesqueiros e subsidiar as organizações sociais na construção de estratégias conjuntas para o enfrentamento dos conflitos existentes.

Oportunamente, acredita-se que este material possa contribuir com o fortalecimento do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil em sua luta permanente pela efetivação dos direitos das comunidades pesqueiras, especialmente pela sua inegociável bandeira de luta pela preservação dos espaços de reprodução física e cultural destas comunidades.

Procedimentos metodológicos

O Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP Nacional, devido às fortes incidências de conflitos de violência de direitos humanos empreendidos nos territórios tradicionais pesqueiros, resolve realizar levantamento de dados no âmbito de seu trabalho nos estados brasileiros do Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará, Amazonas e Santa Catarina, e de forma específica na região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – que abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Os conflitos apresentados possuem uma temporalidade que margeia ao menos cinco décadas de imposição do capital sobre comunidades pesqueiras artesanais. Para isto, os dados que seguem foram sistematizados a partir do roteiro de identificação dos conflitos socioambientais nas comunidades pesqueiras – alguns desses conflitos, mesmo que pretéritos, possuem ainda consequências destruidoras em comunidades tradicionais. Assim, são apresentadas nas representações gráficas as categorias de tipos de conflitos mais citados pelas comunidades acompanhadas, entre eles: a especulação imobiliária; os empreendimentos turísticos; privatização das terras públicas; carcinicultura e piscicultura; degradação ambiental; pesca predatória; parque eólico; ameaça de morte; homicídios; barragens; despejo; restrição de acesso; expulsão de famílias; indústria naval; indústria petrolífera.

A sistematização buscou a análise metodológica quantitativa e qualitativa dos dados empiricamente levantados, sendo feitas, em um primeiro momento, a identificação das famílias pesqueiras envolvidas

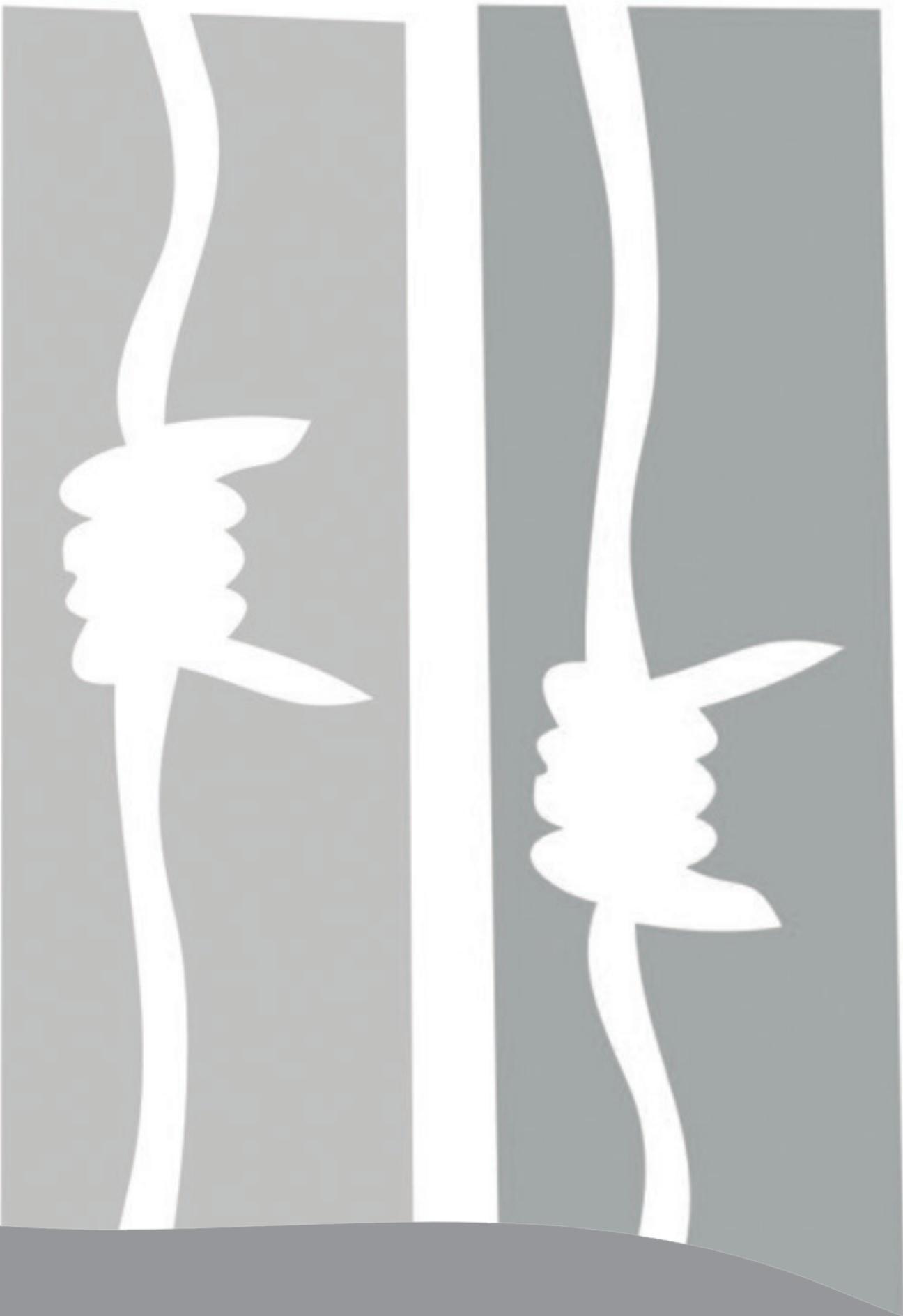
e a situação das comunidades frente aos conflitos. O quadro de detalhamento da situação de conflitos aponta o estado de vulnerabilidade das comunidades pesqueiras em face aos grandes empreendimentos. Também identificou-se os principais causadores de conflitos, como são conhecidos in loco. Por fim, constatou-se as formas de resiliência/resistência das comunidades e os apoiadores que reforçam e acompanham as lutas das comunidades em suas diversas localidades, bem como cartas e textos que denunciam situações de conflitos em comunidades e regiões. Ainda foram apontadas perspectivas em torno da atuação do poder público diante das situações de vulnerabilidade apresentadas.

Ademais, a análise de contextualização segue, por meio da atuação dos agentes dos CPPs e dos militantes do MPP, a conceitualização das Comunidades Pesqueiras Artesanais enquanto comunidades tradicionais. Portanto, identificadas como sujeitos coletivos de direitos, conforme considerados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Na contextualização, a dimensionalidade dos tipos de conflitos aparece para confirmar as análises conjunturais realizadas em diferentes frentes de formação do CPP, nas quais os e as agentes subsidiados/as relacionam, de forma sistêmica, o aprofundamento de temas incidentes, como a apropriação de terras públicas, o agronegócio e o hidronegócio, a especulação imobiliária, as indústrias petrolífera e naval, os interesses turísticos e a questão da matriz energética, entre outros pontos de conflitos gerados por grandes e pequenos empreendimentos sobre os territórios tradicionalmente pesqueiros.



Foto: Méle Dornelas (arquivo CPP)



Análise dos Conflitos

Análise dos Conflitos Socioambientais e Violações dos Direitos Humanos em Territórios Pesqueiros

O surgimento de inúmeros conflitos socioambientais presentes nas comunidades tradicionais pesqueiras possuem parâmetros históricos que se baseiam no controle sobre a natureza enquanto “recurso” econômico, empreendido pela ação do capital. Este controle desencadeia dois profundos problemas instituídos no conflito: o domínio tecnológico ligado ao produtivismo econômico e o domínio sobre a territorialidade onde a terra, a água e os ecossistemas tornam-se recursos de interesse do capital.

Estes conflitos envolvem grandes decisões políticas, como é o caso da indústria petrolífera, que explora processos geológicos milenares, ou da transposição do Rio São Francisco, que mexe com fatores territoriais, geológicos, hidrográficos, mas, principalmente, com decisões político-econômicas e ideológicas tomadas a partir de interesses particulares. Estas decisões resultam no domínio sobre as terras produtivas pelo agronegócio, pelos complexos industriais (como o Porto Pecém, no Ceará, o Polo Industrial Naval na Bahia e a Ferrovia Transnordestina) e pela instalação de hidrelétricas e termelétricas. Esses empreendimentos estão associados às velhas e novas políticas de domínio e poder.

Enquanto modelo de controle direto sobre os ambientes naturais, o agronegócio é um dos principais exemplos da lógica do domínio que avança desastrosamente sobre os territórios pesqueiros por meio da produção de soja, da cana, frutas para exportação, eucaliptos e bambus irrigados e da criação de gado, além de avançar sobre os territórios aquáticos com a carcinicultura e a piscicultura. As grandes e médias mineradoras, as indústrias petrolífera e naval e os complexos portuários vêm se somar aos altos índices de agrotóxicos que contaminam o ambiente e provocam os desmatamentos, acelerando os níveis de destruição dos ecossistemas.

Neste sentido, a especulação imobiliária e turística também traz como consequência a expulsão das comunidades pesqueiras dos seus territórios ou o impedimento do acesso a partir da privatização das terras. Esta pressão é estabelecida em águas e terras públicas. Outro exemplo de conflito envolve, de um lado, comunidades de pescadores artesanais com culturas tradicionais e, de outro, as empresas de pesca industrial que se apresentam como principais responsáveis pela pesca predatória. Os pescadores artesanais reivindicam o direito aos territórios tradicionalmente pesqueiros que garantem o exercício da atividade com o respeito que as populações tradicionais e a natureza exigem.

A dimensão jurídica destes conflitos é expressa nas disputas pelo controle formal desses territórios, como é o caso da construção das hidrelétricas do São Francisco – que desapropriaram milhares de famílias há mais de 50 anos e muitas ainda não tiveram seus passivos devidamente sanados. Como é o caso também dos reassentamentos rurais sobrepostos em territórios indígenas e quilombolas. Em relação aos impactos causados pelas barragens, sequer os pescadores/as são considerados como “atingidos”, porque estes não possuem títulos de terras, embora possuam posses históricas e estejam vivendo em territórios de terras e águas públicas. Então, “quem pode mensurar o tamanho do impacto?! Se os únicos bens mensuráveis são pequenos apetrechos de pesca, redes e um pequeno barco!”. Hoje os pescadores artesanais da Bacia do São Francisco reivindicam a retirada de barragens, como vem sendo feito em alguns outros países do mundo, “para devolver ao rio e aos pescadores/as suas almas”.

Outro grande exemplo é o desastre de Mariana/MG, que matou famílias, inundou cidades e povoados e deixou sem água as populações. Milhares de pesso-

as perderam seu meio de sustento. À medida que os rejeitos de minérios atingiam as águas do Rio Doce e chegavam no mar, os peixes e os pescadores ficaram destruídos. “Nossas vidas foram soterradas num mar de lama”, afirmam os pescadores artesanais. Cerca de 2 mil famílias de comunidades pesqueiras foram afetadas em 41 municípios desde Mariana até a Foz do Rio Doce, em Linhares/ES. Não se pode mensurar a mortandade de peixes ocorrida. Para o IBAMA, a ictiofauna que habita os rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce foi afetada drasticamente e o desastre foi maior ainda porque os peixes se encontravam em período de reprodução. Não faltam exemplos de conflitos semelhantes envolvendo empresas como a Vale S.A. no Brasil e no exterior. Essa empresa de mineração foi responsável pelo desastre de Mariana.

O coração da Amazônia está ameaçado. A região de maior biodiversidade do planeta sofre com a pressão da construção de barragens hidrelétricas. São 150 barragens pensadas nos seis maiores rios. Isto representa um aumento de mais de 300% em relação as já existentes em uma área que se espalha por cinco países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. As consequências são a perda de florestas e a perda de conexão entre os Andes e as Planícies Amazônicas – a cordilheira é responsável pela maior parte dos sedimentos, nutrientes e matéria orgânica que chegam ao rio. Muitas espécies de peixes desovam em rios que dependem da influência andina, incluindo as que migram para as cabeceiras.

O modelo de construção de hidrelétricas na Amazônia segue a lógica perversa de violação de direitos humanos, desrespeito às leis e acordos internacionais, impactos profundos na biodiversidade e nas comunidades tradicionais. A barragem de Belo Monte, no Rio Xingu, representa um dos maiores símbolos de violação aos direitos humanos e à natureza. Centenas de comunidades pesqueiras foram desapropriadas e afastadas das margens do rio, desarticulando a vida social como um todo. Houve mortandade de peixes e afugentamento provocados pelas muitas explosões no leito do rio e pelas luminosidades observáveis a quilômetros de distância. As remoções compulsórias foram feitas pela Norte Energia S.A. sem nenhuma garantia aos territórios pesqueiros.

Essa lógica de violações de direitos humanos é a mes-

ma em várias partes do país e está presente também na construção da hidrelétrica de Jirau, em Rondônia, que foi notícia ainda no cenário nacional pelas condições desumanas de trabalho e de vida a que estavam submetidos os operários da obra, e da barragem de Estreito, entre os estados de Tocantins e Maranhão, lugar em que as famílias afetadas não tiveram qualquer reparação.

No oeste do Pará, o Rio Tapajós é ameaçado por empresas estrangeiras e pelos projetos de construção de 43 hidrelétricas. A barragem de São Luís do Tapajós, considerada uma das maiores do país, está com o licenciamento ambiental suspenso devido à pressão feita por indígenas e comunidades tradicionais que tiveram seus direitos violados. Todos esses exemplos têm em comum o desrespeito aos direitos humanos, a criminalização de lideranças e a violação do direito de consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas e comunidades tradicionais afetadas.

A intervenção das empresas públicas e privadas para ganhar sustentação e gerar o desenvolvimento econômico tão falado ocasionam impactos tão nefastos que inviabilizam o funcionamento da natureza, assim como o funcionamento das comunidades que ficam em situação de vulnerabilidade. Essas intervenções geram injustiça ambiental e afetam singularmente a saúde humana, assim como contaminam o ambiente e esgotam a natureza – que se torna incapaz de recuperar-se em seu tempo hábil.

Exemplos de degradação provocados tornam irreversíveis ecossistemas inteiros, como é o caso de áreas do Cerrado. Considerado o mais velho bioma do planeta, principal “caixa d’água do Brasil”, é também o principal local de extensão da fronteira agrícola, com atividades agropecuárias e monocultivo de eucaliptos (chamado deserto verde), nos quais há altos níveis de degradação ambiental provocados, entre outras empresas, pela Aracruz Celulose e financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Assim como pela empresa Votorantim Metais, que atua em pontos do Cerrado mineiro permeados de nascentes de água mineral, rios, córregos e riachos que alimentam o São Francisco, manancial este que vem sendo destruído.

A região do chamado Matopiba, que envolve os es-

tados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, é onde está localizada a maior fronteira do plano de desenvolvimento agropecuário. Ali, a área ocupada de forma intensiva pelo agronegócio engloba 91% do bioma cerrado, 7,2% do bioma amazônico e 1,64% da Caatinga (EMBRAPA. Nota Técnica 1, 2014). O Matopiba possui 73 milhões de hectares, cujo território

abrange 46 unidades de conservação, 36 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, projetos de regularização fundiária e inúmeros territórios quilombolas. (EMBRAPA. Nota Técnica 7, 2014).



Foto: Mobilização contra o Plano Matopiba (Arquivo CPT, 2015)

A fronteira agrícola de Matopiba está pensada para a expansão agrícola baseada em alta produtividade e tecnologia. Para a EMBRAPA (Nota Técnica 5, 2014), o modo de produção das comunidades que vivem nesta região é considerado de “baixa produtividade e pouca rentabilidade”. Todavia, é com esse quadro nefasto da alta produtividade imposta pelo agronegócio que os Lençóis Maranhenses, aquíferos e bacias hidrográficas como a do Rio São Francisco, Bacia do Atlântico (trecho Norte/Nordeste) e a Bacia do Rio Tocantins serão atingidos drasticamente. A fronteira dos projetos do agronegócio envenena os solos e rios com agrotóxico e ainda desseca a terra.

A Mata Atlântica compreende um dos maiores ecos-

istemas do planeta e o mais ameaçado do Brasil. O ataque crescente a este bioma ocorre em toda a costa brasileira. Um dos exemplos desmedidos é o desmatamento de mais de mil hectares de mata para implantação do complexo portuário de Suape, em Pernambuco, que mexeu severamente na biota da região e na vida das comunidades pesqueiras. Mas o mais descabido é que em Pernambuco a Lei Estadual nº 14.046/2010 foi aprovada para autorizar o desmatamento da Mata Atlântica e de mangues para expansão do porto sem sequer exigir estudos prévios. Segundo o Ministério Público Federal, a gestão de Suape é feita com processos repletos de vícios e ilegalidades.

O manguezal também representa um dos ecossistemas mais ameaçados pela carcinicultura. Casos emblemáticos são os do Ceará, Bahia, Piauí, Pernambuco e do Rio Grande do Norte, onde há degradação e desmatamento, ocorrência de aterros de manguezais, sedimentação, contaminação, instalação de barreiras e introdução de espécies exóticas, além do impedimento de acesso das comunidades de pescadores/as artesanais aos seus territórios pesqueiros, ameaças de morte e homicídios. Especialistas (ALONGI, 2002; VALIELA et al., 2001) associam a destruição dos manguezais ao avanço da carcinicultura no mundo.

A Caatinga, talvez o bioma menos considerado e o mais destruído, é vitimada pelos altos níveis de desertificação. Regiões como Irauçuba (Ceará), Gilbués (Piauí) e Seridó (Rio Grande do Norte e Paraíba) registram desmatamentos provocados pela agropecuária de extensão e pelas práticas de mineração (ACCIOLY, 2000). Assim como a região de Cabrobó (Pernambuco), que, além das situações já mencionadas, enfrenta ainda a construção dos canais de transposição do Rio São Francisco como causa de desmatamentos e desapropriação de comunidades rurais inteiras. As obras da transposição no Semiárido, consideradas infundáveis, são exemplo de transposição do dinheiro público para as empreiteiras, alimento da indústria da seca.

No cenário descrito, ainda aparece o deserto de Surubabel, território sagrado dos índios Tuxá de Rodelas/BA. Os níveis altos de desertificação verificados ali são provocados pela indústria da cerâmica, queimadas, polos de irrigação, elevados índices de agrotóxicos, monocultivos e ausência de rotação de culturas, fatores que afetam mais de 400 mil pessoas, entre as quais membros de comunidades pesqueiras que vivem de pequenos roçados e da pesca artesanal.

Os níveis de degradação e contaminação dos rios e mares do Brasil passam principalmente pelos esgotamentos sanitários sem tratamentos de cidades e povoamentos. Mas o derramamento de petróleo na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, a contaminação por metais pesados nas baías de Sepetiba (Rio de Janeiro) e de Todos os Santos (Bahia), a contaminação por agrotóxicos usados pelo agronegócio na cana e na fruticultura no vale do São Francisco e o avanço

da carcinicultura nos estados do Ceará, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte, entre outras regiões, igualmente colaboram para os altíssimos índices de contaminação e destruição dos ecossistemas. Comprovação de que o lado mais fraco deste crescimento desenfreado em favor do capital são as comunidades tradicionais pesqueiras.

A perda da biodiversidade e a degradação dos ecossistemas terrestres e aquáticos estão intrinsicamente associados à criação extensiva de gado, à mineração, à carcinicultura, tilapicultura, construção de hidrovias, portos e barragens, à indústria naval, construções imobiliárias, entre outros fatores já mencionados. A contaminação da terra e da água com agrotóxicos dos monocultivos empreendidos por setores industriais e mineradoras estão entre os piores índices apresentados. Essas ações impedem a reprodução cultural, social e econômica das comunidades pesqueiras e da própria sociobiodiversidade, além de serem responsáveis pela privatização das terras públicas de ocupação tradicional em benefício da especulação e do agro e hidronegócios nacional e internacional.

A mineração é uma das atividades econômicas que mais impactam o ambiente em todo o mundo. Ela altera intensamente a área minerada e as áreas vizinhas, onde são feitos os depósitos de estéril e de rejeitos. Além de introduzir no ambiente substâncias químicas nocivas durante a fase de beneficiamento do minério. Segundo especialistas como BACCI (2006), BERNARDO (2014), BARRETO (2001), SÁNCHEZ (1994) e documentos do PNUD (2002), entre outras fontes, os principais problemas oriundos da mineração podem ser englobados em cinco categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, subsidência do terreno, incêndios causados pelo carvão e rejeitos radioativos. Todavia, o maior problema não mencionado é a desapropriação de áreas públicas, justamente onde estão localizados os povos e comunidades tradicionais.

O que mais se desenha no avanço dos impactos correlacionados à degradação dos territórios tradicionais pesqueiros é a expropriação, os despejos forçados, as ameaças e os homicídios. É nisso que resulta a política de aquicultura associada ao hidronegócio. Na mesma lógica do agronegócio, o hidronegócio ar-

rasa territórios pesqueiros por meio da privatização e mercantilização da água. Porém, a face esdrúxula do hidronegócio se apresenta principalmente como energia hídrica (as barragens), irrigação para o agronegócio, carcinicultura e piscicultura e a violação contra a vida de quem resiste e se opõe.

De fato, os conflitos em torno dos conhecimentos também são fatores de disputa do grande capital. As percepções acerca de impactos e riscos em casos como a implantação de usinas nucleares, barramentos hidrelétricos ou um complexo portuário se contrapõem com o elemento ideológico das “compensações”, que aparecem como moeda de troca e afetam drasticamente o modo de vida das comunidades pesqueiras. Para o grande negócio empresarial e governamental, basta recolocar a comunidade em outro local ou proporcionar-lhe uma creche, ou então fazer um pequeno viveiro de mudas, uma escola ou uma igreja, ou então conceder alguma verba de manutenção temporária e pronto, as questões ambiental e social ficam resolvidas!

Todavia, os conhecimentos tradicionais não são sequer mensurados nos relatórios de impactos ambientais. São questões relacionadas aos territórios sagrados e aos ecossistemas – rios, o ar, os mares, o mangue, as marés –, a partir das quais se dá a influência ecológica que transmite às comunidades pesqueiras orientações milenares com as quais estas conseguem desenvolver as suas técnicas apropriadas de manutenção da pesca. Contudo, as intervenções no ambiente, além de aprofundarem as mudanças climáticas, provocam modificações que aniquilam essas orientações tradicionais e trazem impactos imensuráveis no modo de vida dessas populações.

No Brasil, a mercantilização da natureza se dá ainda por meio dos projetos de créditos de carbono, chamados de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD. Os créditos são negociados nas bolsas de valores e entre empresas que, por meio de sua compra, adquirem permissão para poluírem, desmatarem, etc. Ou seja, sob o capitalismo “verde”, a “sustentabilidade” tornou-se mais uma forma de especulação financeira.

Os atores sociais envolvidos neste cenário demonstram que, de um lado, estão as comunidades pes-

queiras, entre outras comunidades e povos tradicionais; de outro, os governos e empresas do agro e do hidronegócio como a Odebrecht, OAS, UTC, Queiroz Galvão, Gerdau Vale, Vale do Rio Doce, Votorantim Metais, todas elas associadas a escândalos de corrupção que envolvem partidos políticos, poder público e setores do judiciário. Concretamente, o que se observa é que estas relações promíscuas estão relacionadas diretamente a processos de licenciamentos ambientais que favorecem os interesses das empreiteiras em detrimento dos interesses das comunidades tradicionais pesqueiras. A partir de uma análise ambiental, territorial e histórica, verifica-se que o sistema de produção do capital põe em risco a vida e o arcabouço de tecnologias sustentáveis das populações tradicionais.

Do ponto de vista territorial, esses conflitos afetam elementos em escalas regionais, nacionais, continentais e planetários. O problema das mudanças climáticas agrava-se por causa das intervenções do capital sobre os ecossistemas e as populações locais. Historicamente, as mudanças políticas, sociais e culturais têm sido postas a serviço do poder ideológico neoliberal e do capital financeiro que guiam a especulação e as privatizações de empresas estatais. Neste cenário, as empresas nacionais e transnacionais se colocam como um dos principais atores sociais no desenvolvimento da crise socioambiental.

A crise se amplia no Brasil quando se estabelecem as mudanças na legislação para pior. O controle de informações e conhecimentos como fonte de poder subordina a vida humana ao capital, independentemente dos conhecimentos milenares envolvidos. Essa lógica reduz os direitos das pescadoras e dos pescadores artesanais a meros atos formais, sem respeito às especificidades dos povos tradicionais ou às decisões destes.

O direito de consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT, por exemplo, só tem sido observado pelo governo e pelas empresas quando judicializado pelas populações atingidas. Ratificada no Brasil em 2002, a Convenção 169 assegura aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais o direito de serem consultados diante de qualquer medida legislativa ou administrativa que afete seus direitos. O desrespeito à consulta prévia

está diretamente relacionado à falta de aprofundamento da democracia brasileira. O direito de participação é violado desde a sua origem, à medida que os atingidos não têm voz nos processos de tomada de decisão. O que significa que nosso modelo “democrático” muito precisa avançar ainda em termos de participação.

Importante ressaltar que a Convenção 169 da OIT tem

sido importante instrumento de luta para as comunidades tradicionais pesqueiras, que têm o desafio de defender que a consulta prévia, livre e informada não seja reduzida a mero ato formal, como ocorre com a maioria dos licenciamentos ambientais emitidos no país, e para que elas mesmas sejam definitivamente consideradas sujeitos (e sujeitas) de direito pelo Estado brasileiro, nos termos da Convenção 169.

As Influências das Mudanças Climáticas na Pesca Artesanal

Diversas pesquisas científicas sobre aquecimento global e mudanças climáticas advertem sobre as graves ameaças que o modelo de desenvolvimento capitalista impõe ao conjunto da sociedade e ao nosso planeta de um modo geral. A cada dia, sinais da natureza são emitidos pela Terra indicando que é preciso construir outras formas de relação com os sistemas naturais que possibilitem a construção de uma sociedade humana sustentável e igualitária.

Os pescadores e pescadoras artesanais, de maneira peculiar, têm percebido nos últimos anos profundas alterações ambientais em seus territórios tradicionais. A relação cotidiana com as águas (doces, salobras, salgadas) e suas margens (matas ciliares, manguezais, restingas), de onde são extraídos os meios de vida, possibilita a identificação imediata dos impactos causados por esse modelo desenvolvimentista, bem como suas dramáticas consequências.

Os efeitos das mudanças climáticas nos territórios pesqueiros vêm gerando profundas crises ecológicas. O planeta passa por grandes transformações ambientais em decorrência do modelo de produção e consumo desenvolvido ao longo dos últimos três séculos. Temáticas como: aquecimento global; emissão de gás carbono na atmosfera; elevação dos níveis dos oceanos, bem como alterações na sua temperatura e acidez; derretimento das calotas polares e os efeitos das mudanças climáticas no ciclo de vida das espé-

cies têm sido foco de inúmeras pesquisas científicas.

No entanto, embora esta crise seja de caráter planetário, é importante destacar que suas causas são provocadas principalmente pela ação humana capitalista sobre a natureza. Não são resultantes, portanto, das ações de todos os homens e mulheres de forma proporcional, nem mesmo significam que todas as pessoas sejam protagonistas de uma relação de exploração dos recursos naturais descomprometida com a vida em suas mais variadas dimensões. Além disso, os efeitos desta crise não atingem todas as pessoas da mesma forma. Os vários desastres ambientais ocorridos nos últimos anos evidenciam que os principais atingidos pelas mudanças climáticas são aqueles que estão à margem da sociedade.

A relação economicista do capital sobre a natureza tem sido responsável pela crise ecológica que privilegia os interesses financeiros acima dos sociais e ambientais e que permite que interesses políticos e econômicos sejam preservados em detrimento da sustentabilidade social, econômica e ambiental. O capitalismo vem assegurar a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. A política econômica tem como fundamento o crescimento econômico e a geração de lucro a todo custo, engrenagem principal que propicia um cenário de exploração desenfreada da natureza associada a uma profunda desigualdade social, historicamente comprovada.

Embora este modelo tenha se tornado hegemônico em quase todo o mundo, existem ainda na atualidade diversas formas de se relacionar com a natureza a partir de outras perspectivas. Os povos e comunidades tradicionais desenvolveram ao longo da sua história uma relação íntima com a natureza capaz de garantir a sustentabilidade econômica e ambiental. Além disso, desenvolveram nessa relação um conjunto bastante diversificado de saberes, fazeres e sabores que compõe seu patrimônio cultural material e imaterial.

Um dos principais sinais de mudanças climáticas identificados e que prejudica substancialmente a atividade pesqueira é a desregulação dos níveis das águas doces e salgadas. Em vários estados (Alagoas, Sergipe, Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas), os pescadores e pescadoras têm observado aumento dos níveis das marés, enchentes e o secamento das lagoas marginais, açudes e rios. A alteração dos regimes hídricos prejudica os ciclos das espécies e causa falhas na cadeia alimentar e na produção pesqueira, o que é sentido muitas vezes vários anos depois de iniciado o problema. Nos estados do Piauí e Sergipe, tem-se identificado a imigração de espécies marinhas para os rios. Paralelamente, observa-se a mortandade de peixes de águas doces devido ao aumento da quantidade de águas salgadas no estuário.

Tem sido recorrente a denúncia de que os ventos estão descontrolados em sua incidência e intensidade, com ocorrência mais frequente de eventos extremos e registros de acidentes nos estados do Ceará, Pernambuco, Pará, Espírito Santo e Rio Grande do Norte devido a mudanças repentinas das correntes de ar e aos temporais.

A região amazônica vem enfrentando enchentes de dimensões históricas, superiores aos máximos registrados nos últimos 100 anos. As comunidades têm sofrido mais com os períodos das cheias, que estão mais intensos e constantes. Algumas das graves consequências têm sido a perda de território e de vegetações de subsistência mais longevas, como o açaí, o cupuaçu e a banana, entre outras, e a necessidade maior de “pescar sem tréguas”.

Nos últimos anos, têm ocorrido chuvas muito fortes

e com grande densidade pluviométrica. Este evento, associado ao processo de desmatamento das matas ciliares e manguezais e ao barramento dos corpos d'água, tem causado graves desastres ambientais e impactos diretos na atividade pesqueira. Em 2010, as fortes chuvas que atingiram os estados de Alagoas e Pernambuco destruíram diversas cidades e deixaram milhares de pessoas desabrigadas, as quais até hoje enfrentam as consequências daquele evento.

Nos invernos de 2011 e 2012, o litoral norte de Pernambuco sofreu com quatro cheias que atingiram as comunidades pesqueiras de Goiana, provocando danos como nunca se tinha visto. Os pescadores e as pescadoras artesanais perderam casas, pertences, utensílios e instrumentos de trabalho. Além disso, o volume d'água contribuiu para o desaparecimento ou diminuição de diversas espécies (sururu, siri, peixes) e intensificou a poluição do estuário com resíduos sólidos que foram arrastados pelas fortes enchentes.

Nos casos das chuvas de 2010 que atingiram os municípios de Barreiros e São José da Coroa Grande, em Pernambuco, na comunidade de Várzea do Una os resíduos arrastados para o mar foram encontrados no Rio Grande do Norte, já no litoral norte do estado, próximo à divisa com o Ceará. Por muito tempo existiram trechos do rio Una nos quais os pescadores não conseguiam pescar porque as árvores arrastadas ficaram presas na calha do rio.

No Semiárido Brasileiro, as secas são previsíveis e a má distribuição das chuvas, provocada por efeitos naturais, cria um sistema complexo e de características ecológicas e sociais próprias, no qual a reprodução da vida é perfeitamente possível. Todavia, na região do Rio São Francisco, pôde-se evidenciar uma das maiores secas dos últimos 83 anos, o que provocou uma das piores crises hídricas. A interferência antrópica já mencionada acima se encarregou de intensificar o fenômeno da seca, com impactos incomensuráveis nos ecossistemas; assoreamentos; erosão; salinização da água que avança na foz, contaminando os lençóis freáticos e modificando a biota do rio; secamento de nascentes e desaparecimento de afluentes e lagoas marginais – principais berçários de reprodução do pescado.

A baixa vazão vem comprometendo o abastecimento

humano e levando o Rio São Francisco a altos níveis de degradação ambiental, o que compromete a qualidade da água a níveis nunca antes vistos. Com isso, são as comunidades tradicionalmente pesqueiras as maiores vítimas dos conflitos, já que há escassas ações de Convivência com o Semiárido e o Rio São Francisco.

Os efeitos das mudanças climáticas sobre as comunidades pesqueiras estão intrinsecamente ligados aos efeitos e à degradação ambiental, incluído aí o desmatamento pela agricultura e pelos grandes projetos (barragens, mineração, aquicultura, transposição, etc), os quais alteram o meio ambiente e diminuem sua capacidade de resistência frente aos impactos climáticos. Devido à degradação ambiental, as comunidades são sucessivamente atingidas pela poluição, diminuição dos ambientes naturais (que são o abrigo e permitem a manutenção das espécies) e pelos pró-

prios processos de expropriação dos seus territórios tradicionais, de forma a impedir o acesso dos pescadores e pescadoras aos ambientes naturais necessários para sua reprodução física, social e cultural.

A situação atual coloca os pescadores e pescadoras na linha de frente do impacto das mudanças climáticas. A luta das comunidades pesqueiras é a luta de todos os povos da terra e das águas que habitam este planeta. Neste sentido, a luta do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP pela defesa e garantia da permanência em seus territórios tradicionais é uma luta em defesa da proteção dos sistemas naturais e da biodiversidade, pela prevenção de acidentes ambientais que atingem toda a sociedade e pela valorização de uma tradição cultural que aponta alternativas para a superação do modelo de desenvolvimento vigente.

Foto: Manifestação em Brasília (Ingrid Campos - 2016)



Conflitos em Territórios de Pescadores e Pescadoras Artesanais

Região litorânea do Ceará



Famílias Envolvidas

Os 15 conflitos levantados em 12 municípios do estado do Ceará atingem 15.695 famílias de comunidades tradicionais pesqueiras que há mais de dez anos

enfrentam situações que comprometem o território pesqueiro e o modo de vida das comunidades.

CE	MUNICÍPIO/ESTADO/COMUNIDADE	TOTAL DE FAMÍLIAS	ANO
1	Trairi/CE/Comunidade Emboaca	140	desde 2007
2	Trairi/CE/Comunidade Pé do Morro	50	desde 2007
3	Fortim/CE/Sítio Jardim	186	desde 1980
4	Aracati/CE/Vila de Volta	400	desde 1980
5	Cascavel/CE/Barra Velha	120	desde 2004
6	Cascavel/CE/Praia do Caponga	1.600	desde 1980
7	Paraibaba/CE/Praia de Barro Preto e Praia de Capim-Açu	65	desde 1980
8	Beberibe/CE/Praia Morro Branco	1.200	desde 2000
9	Aracati/CE/Comunidade Quilombola do Cumbe	155	desde 1998
10	Acaraú/CE/Curral Velho	625	desde 1999
11	Camocim/CE/Praia do Tatajuba	400	desde 2001
12	Paraipaba/CE/Lagoinha	1.990	desde 2012
13	Paracuru/CE/Paracuru	8.000	desde 2012
14	São Gonçalo/CE/Taiba	770	desde 1990
15	Camucim/CE/Praia de Xavier	30	desde 2009
	Total	15.731	

Importante elencar que os tipos de conflitos em territórios pesqueiros apresentam situações de degradação humana e territorial.

Tipos de conflitos identificados

No caso do estado do Ceará, os cinco maiores conflitos se referem à especulação imobiliária, a empreendimentos turísticos, privatização das terras públicas, carcinicultura e instalação de parques eólicos. Todavia, ao mesmo tempo em que a degradação ambiental é motivo de maiores conflitos, é também

uma consequência dos grandes empreendimentos apontados, que, somados aos índices (homicídios + ameaça de morte + despejos, restrição de acesso, expulsão de famílias), correspondem a 106% dos conflitos citados.



Gráfico 1: Índice de Conflitos por Tipos no Litoral do Ceará (CPP, 2015)

Os crimes praticados contra pescadores artesanais estão associados à degradação ambiental provocada pelas fazendas de carcinicultura. Sete pescadores foram ameaçados de morte e agredidos, dentre eles dois jovens. Dois pescadores se encontram com pro-

blemas de deficiência física em função de disparos de arma de fogo realizados por policiais que fazem a segurança da empresa de carcinicultura Joli Aquicultura e Maricultura. O caso tramita na Comarca de Acaraú/CE e ainda não tem uma solução judicial.

Situação das comunidades pesqueiras

COMUNIDADES ATINGIDAS	TIPO DE CONFLITO E SITUAÇÃO
Comunidade Emboaca	Especulação Imobiliária - construção de resort no território pesqueiro e privatização de terras; impedimento de acesso da comunidade local às áreas de pesca
Comunidade Pé do Morro	Especulação Imobiliária e Empreendimento Turístico – restrição de acesso dos pescadores a áreas de pesca e expulsão de famílias pesqueiras
Sítio Jardim	Especulação Imobiliária, Privatização de Terras Públicas e Empreendimentos Turísticos – tramita ação <i>de interdito proibitório contra associação de pescadores</i> ; construção de casas de veraneio em território pesqueiro e áreas de marinha; privatização da Ilha do Pinto e assoreamento do Rio Jaguaribe

Vila de Volta	Especulação Imobiliária, Carcinicultura, Degradação Ambiental, Área de Assentamento Irregular pelo INCRA às margens do Rio Jaguaribe – parte da área possui fazendas de camarão que detêm poder sobre áreas importantes para a comunidade, inclusive o cemitério; avanço de construção de casas de veraneio sobre os territórios pesqueiros
Barra Velha	Carcinicultura, Privatização das Águas, Degradação Ambiental – privatização das águas para fins de criação de camarão; cercamento de territórios pesqueiros
Praia do Caponga	Especulação Imobiliária, Empreendimentos Turísticos, Privatização das Praias, Degradação Ambiental – os empreendimentos avançam sobre os territórios pesqueiros e expulsam pescadores da área; impedimento de atracamento de embarcações pesqueiras (que resgatam a tradição dos pescadores cearenses); avanço da construção de casas de veraneio; construção de paredões que restringem a pesca
Praia de Barro Preto e Praia de Capim-Açu.	Especulação Imobiliária, Privatização de Terras Públicas, Empreendimentos Turísticos, Carcinicultura, Degradação Ambiental – a degradação ambiental avança provocada por fazendeiros; criação de camarão traz como consequência a mortandade de crustáceos; expulsão de comunidades pesqueiras e restrição de áreas pesqueiras. Além de ameaça de construção de parque eólico e resort em territórios pesqueiros, gerando insegurança entre as comunidades
Praia Morro Branco	Especulação Imobiliária, Privatização das Praias, Pesca Predatória da Lagosta, Empreendimento Turístico, Degradação Ambiental – o turismo intenso e a degradação ambiental causam o avanço de empreendimentos de vendas de terras e construção de hotéis; expulsão e remanejamento de pescadores para áreas distantes, obrigando-os a percorrer grandes distâncias até os territórios pesqueiros. A situação se agrava com o mergulho predatório para a pesca da lagosta
Comunidade Quilombola do Cumbe	Carcinicultura, Parque Eólico, Degradação Ambiental – danos ambientais e sociais às comunidades pesqueiras; impedimento de extração de pescado nos mangues; destruição ambiental afeta o modo de vida das comunidades; instalação de parque eólico compromete e restringe áreas de pesca; restrição de percursos até os pesqueiros; rachaduras de casas de moradia; destruição de áreas de proteção ambiental permanente

Curral Velho	Carcinicultura, Ameaça de Morte, Tentativa de Homicídio, Degradação Ambiental – destruição de áreas de apicuns, manguezais e salgados para criação de camarão; desmatamentos de carnaubais; a segurança da empresa é realizada por policiais militares que vêm ameaçando pescadores; os confrontos entre pescadores e segurança privada deixou 7 pescadores feridos, entre eles 2 adolescentes; 2 pescadores ficaram deficientes devido a perfuração de projéteis; as ameaças de morte permanecem
Praia do Tatajuba	Tramita ação anulatória de imóveis contra a matrícula de posse do empreendimento Vitória Régia. A empresa vem restringindo áreas pesqueiras e fazendo processo de cooptação na comunidade. Houve despejo de famílias, danos ambientais, tensão entre a comunidade e a empresa
Lagoinha	Especulação Imobiliária, Degradação Ambiental, Despejo de Famílias – proibição de acesso a praias; expulsão dos pescadores dos locais de moradia; destruição de costões naturais; extinção de áreas de reprodução das tartarugas marinhas; conivência do poder público; avanço de construção de casas de veraneio; derrubadas de barracas de pescadores
Paracuru	Especulação Imobiliária, Degradação Ambiental, Produção de Petróleo, Construção Civil, Estaleiro Naval – há um conjunto de destruições ambientais (manguezais, estuários, berçários ecossistêmicos); destruição de aquíferos e lençóis freáticos provocados pela construção civil e petrolíferas
Taiba	Especulação Imobiliária, Degradação Ambiental, Privatização das Terras, Restrição de Acesso – aterro das lagoas; destruição de dunas móveis; tentativa de expulsão de comunidades pesqueiras para loteamentos de terras; poluição do rio de São Gonçalo pela ENESA Engenharia Naval para implantação de parques eólicos; Porto Pecém impede embarcações de pescadores nas proximidades; ameaças de tiros; prejuízo aos apetrechos dos pescadores artesanais por causa das embarcações de reboques de grande porte
Praia de Xavier	Parque Eólico, Degradação Ambiental, Expulsão de Famílias Pesqueiras de seu Território, Privatização de Terras e Impedimento de Acesso às Áreas Pesqueiras – implantação de parque eólico levou à destruição de dunas; desaparecimento de lagoas marginais; mudança de percursos de rios; problemas de saúde nas comunidades locais devido ao desassossego e ao barulho; privatização de terras de marinha; impedimento dos pescadores de terem acesso às lagoas; explosões de uma torre impactaram casas de pescadores, ficando a empresa impune

Tabela 1: Tabela das comunidades e tipos e detalhamento dos conflitos no estado do Ceará (Pesquisa CPP, 2015)

Aponta-se na descrição que, entre os principais causadores de conflitos, as empresas privadas nacionais e multinacionais e os particulares são os que mais aparecem. Todavia, são as empresas e instituições

públicas os responsáveis pelo financiamento e flexibilização da legislação ambiental que favorecem a implantação dos empreendimentos privados.



Gráfico 2: Agente causador de conflitos (Levantamento CPP, 2015)

Abaixo, a tabela elenca os principais causadores de conflitos como são conhecidos in loco:

AGENTE CAUSADOR
Grupo COCONUT GROVE, empresa Alemã; especuladores do Reino Unido; Núbia Wood e outros particulares; empresa Energias Eólicas do Nordeste
Empresários Alberto Craveiro e Aldemir Goiano
Sérgio Porto e Carcinicultura Santa Bárbara
Empreendedores portugueses
Empreendedores particulares
Especulador Luciano Calvacante
Joli Aquicultura e Maricultura
Empreendimento Turístico Empresarial Vitória Régia
Empresa estrangeira Mar Belo; especuladores particulares; imobiliário Luciano Cavalcante
Estaleiro da empresa espanhola ARESA BOATS
Empresa ENESA de Engenharia Naval e implantação de parques eólicos; Porto Pecém; Ministério da Pesca e Aquicultura
Empresa Siif Energies do Brasil e o Parque Eólico da Praia Formosa

Tabela 2: Expressão do índice de impactos causados por agentes (Levantamento, 2015)

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

De um modo geral, a incidência em torno das estratégias de enfrentamento às situações de conflitos pelas comunidades pesqueiras locais se dá por meio de fóruns de articulações, reuniões, oficinas, encontros e seminários, mapeamento de famílias atingidas, utilização de instrumentos como abaixo-assinados, denúncias e elaboração de subsídios, articulação junto

ao Ministério Público Federal e ingresso de processos judiciais. Estas comunidades também demandam órgãos públicos como a Secretaria de Patrimônio da União – SPU com reivindicações de acesso a instrumentos jurídicos do tipo da Concessão de Direito de Uso Real.

Grupos de Apoio

No Geral, os grupos de apoio às comunidades locais pesqueiras estão relacionados a associações locais, ao Movimento e Articulação de Pescadores e Pesca-

doras, a Pastorais Sociais e a Redes de Articulações Sociais, entre os quais:

GRUPOS DE APOIO

Associação Comunitária dos Moradores da Emboaca
Associação dos Moradores do Sítio Jardim
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP
Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
Articulação Nacional das Pescadoras – ANP
Cáritas
Associação dos Pescadores, Artesãs, Marisqueiras e Barraqueiros da Comunidade da Vila da Volta
Associação União dos Pescadores da Caponga – UNIPESCA
Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba – ACOMOTA
Associação Quilombola do Cumbe
Associação de Pescadores de Morro Branco
Instituto Terramar
Associação dos Moradores de Barra Velha
Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – PPDDH
Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar
Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário



Foto 2: Complexo Portuário Suape (CPP NE II, 2016)

Região litorânea de Pernambuco

Famílias Envolvidas

Na região do Litoral Norte de Pernambuco, cerca de 1.308 famílias de nove comunidades de pescadores artesanais sofrem com os conflitos socioambientais nos últimos dez anos.

PE	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERÍODO
1	Sirinhaém/PE/Aver-o-Mar	85	desde 2011
2	Sirinhaém/PE/Barra de Sirinhaém	800	desde 1990
3	Sirinhaém/PE/Porto do Casado	149	desde 2012
4	Cabo de Santo Agostinho/PE/Praia de Suape	60	desde 2006
5	Cabo de Santo Agostinho/PE/Ilha de Tatuoca	48	desde 2006
6	Cabo de Santo Agostinho/PE/Gaibu	40	desde 2010
7	Cabo de Santo Agostinho/PE/Ponto dos Carvalho	102	desde 2010
8	Cabo de Santo Agostinho/PE/Praia do Paiva	14	desde 2013
9	Cabo de Santo Agostinho/PE/Porto do Gil	10	desde 2006
TOTAL		1.308	

Tipos de conflitos socioambientais

Os principais conflitos estabelecidos nesta região estão associados ao Complexo Portuário de Suape. Entretanto, destaca-se também a especulação imobiliária e turística, a carcinicultura, as indústrias naval e petrolífera entre os principais empreendimentos que causam conflitos nesta região. Conseqüentemente,

nota-se que os conflitos afetam diretamente os direitos das comunidades tradicionalmente pesqueiras, causando a privatização de terras públicas, degradação ambiental, ameaça de morte, despejos forçados e restrições de acesso aos territórios pesqueiros, como demonstra o quadro abaixo:



Gráfico 3: Índice de Conflitos por tipos (Levantamento CPP, 2016)

Situação das Comunidades Pesqueiras

Na tabela abaixo, se evidencia a situação específica das comunidades pesqueiras envolvidas nas situações de conflitos. A gravidade do problema incide principalmente no desmatamento de restingas de Mata Atlântica e manguezais e na contaminação

das águas. Ao mesmo tempo em que esses conflitos ameaçam os estoques pesqueiros, promovem violência física e inviabilizam o modo de vida das comunidades.

COMUNIDADES ATINGIDAS	TIPO DE CONFLITO E SITUAÇÃO
Aver-o-Mar	Especulação Imobiliária, Ameaça de Despejo, Impedimento de Acesso, Expropriação de Território Pesqueiro – com a construção de hotel escola do grupo FECOMÉRCIO, o posto médico foi desativado e houve transferência de alunos para escolas localizadas a mais de 5 km da comunidade
Barra de Sirinhaém	Expulsão de Famílias Pesqueiras; Monocultivo de Cana-de-Açúcar; Ameaças contra a Vida, Queima de Casas, Perseguições – no passado, o local era habitado por 53 famílias de pescadores tradicionais, as quais foram expulsas após décadas de pressão intermitente da Usina Trapiche. De acordo com o registro oral das famílias, desde 1914 a comunidade pesqueira ocupava as ilhas de Sirinhaém, mas, nos últimos 25 anos, estes pescadores passaram a enfrentar um conflito e disputa territorial com o monocultivo da cana-de-açúcar na região. Foi a partir de 1998, com a compra da usina pelo empresário Luiz Antônio de Andrade Bezerra, que a situação se agravou. A empresa sucroalcooleira intensificou a violência para a expulsão das famílias que residiam no local. Através de ações violentas, perseguições, ameaças e queima de casas, a Usina Trapiche expulsou, uma a uma, as famílias que viviam nas ilhas. Em 2010, a usina conseguiu, por decisão judicial, retirar das ilhas as duas últimas moradores que ainda viviam e resistiam. As terras de manguezal pertencem à União, mas há anos estão aforadas à Usina Trapiche

Porto do Casado	Marina Particular, com ocupação de áreas terrestres e tentativas de proibição de embarque e desembarque da pesca artesanal; Carcinicultura e Poluição – com a construção das marinas e expropriação dos espaços dos pescadores onde se encontram as embarcações artesanais, houve a instauração de conflitos; os donos dos iates e lanchas, em geral veranistas, impedem a presença de pescadores historicamente estabelecidos no território. Outro problema é a carcinicultura, que em Sirinhaém ocupa uma área de 70 hectares, incluindo quatro fazendas, além do laboratório da Netuno Pescados. Os impactos referentes às fazendas de camarão (despejo de produtos químicos no mangue, desmatamento, invasão da casa dos pescadores, mortandade de peixes) têm ocasionado muitos conflitos. Vários pescadores relatam que tais empreendimentos, construídos em propriedades privadas e contendo muros de proteção, têm restringido o acesso ao mangue e às áreas de pesca
Praia de Suape	Indústria Naval, Expropriação e Despejo de Famílias Pesqueiras, Degradação Ambiental, Impedimento de Acesso, Privatização da Ilha de Tatuoca – com a necessidade de ampliação e aprofundamento dos taludes do Porto de Suape, o complexo portuário iniciou em 2009 várias dragagens e utilizou como área de descarte o mar aberto, pesqueiros naturais de uso tradicional pelas comunidades pesqueiras da região. Isso inviabilizou a atividade pesqueira, danificando os apetrechos de pesca pela quantidade de lama e outros entulhos jogados na área. Para instalação de mais 05 estaleiros, o governo do estado apresentou à Assembleia Legislativa projeto de lei propondo a supressão de 1000 hectares de Mata Atlântica e manguezais. Com a pressão exercida pela sociedade, o projeto lei restringiu a área para 495 hectares
Ilha de Tatuoca	Indústria Naval, Devastação Ambiental, Privatização da Ilha de Tatuoca – com a privatização da Ilha, famílias pesqueiras são impedidas de utilizar seus principais pesqueiros e são expropriadas. A ilha foi privatizada com a construção do Estaleiro Atlântico Sul por meio de incentivo do governo do estado de Pernambuco. Os descartes de sedimentos em mar aberto impactaram sobre pesqueiros tradicionais, inviabilizando a pesca artesanal na região. Para a implantação do complexo do estaleiro, foi permitido o desmatamento de áreas de restingas de manguezais
Gaibu	Industria Naval, Devastação Ambiental – privatização das águas e impedimento de acesso aos pesqueiros tradicionais. A área de pesca está comprometida com o descarte da dragagem em locais onde os pesqueiros foram explodidos, limitando completamente as áreas de pescaria

Tabela 3: Tabela de detalhamento dos conflitos na região Litorânea de Pernambuco (Pesquisa CPP, 2016)

Veja no gráfico abaixo que os agentes causadores de conflitos estão associados diretamente aos empreendimentos de natureza privada, subsidiada direta-

mente pelos bancos públicos e governos municipal, estadual e federal por meio de incentivos fiscais:



Gráfico 4: Agente causador do conflito (Levantamento, 2015)

Veja abaixo os principais causadores como são identificados in loco:

AGENTE CAUSADOR
Grupo FECOMÉRCIO, financiado pelas redes SESC e SENAC/Rede Globo, pelo BNDES e pelo governo do estado
Estaleiro Atlântico Sul
Estaleiro Atlântico Sul e Complexo Portuário Suape
Complexo Portuário Suape

Tabela 4: Expressão do índice de impactos causados por agentes (Levantamento CPP, 2015)

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

Os níveis de resistência das famílias pesqueiras ocorrem de diversas formas, dentre as quais destacam-se: as representações junto ao Ministério Público Estadual e Federal; denúncias junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU; incidência e mobilizações junto ao poder público local; visibilidade dos conflitos

nas redes sociais e em outros meios de comunicação. Destaca-se ainda que, no caso do Suape, existe uma Ação Civil Pública para defender os territórios de pesca contra as dragagens e derrocagem dos territórios de pesca.

Grupos de apoio às Comunidades

Colônia de Pescadores Z – 06, de Barra de Sirinhaém
Conselho Pastoral dos Pescadores NE II
Irmãs Franciscanas Bernardinas
Instituto Recifes Costeiros
Fórum Suape – Espaço Socioambiental
Comissão Pastoral da Terra NE II
BOTH ENDS – instituição holandesa de defesa do ambiente

Suape, do tupi-guarani “Caminho Sinuoso”

O Complexo Industrial e Portuário Eraldo Gueiros, mais comumente conhecido como Porto de Suape, está localizado nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no estado de Pernambuco. Desde a delimitação da área onde seria implantado e o lançamento da pedra fundamental do porto, em 1974, que tal empreendimento tem gerado controvérsias¹, debates e conflitos a respeito da política de desenvolvimento econômico implicada neste, bem como sobre os impactos socioambientais causados pelo porto.

Tais impactos tornaram-se mais visíveis a partir dos anos 2000, quando da instalação de novos empreendimentos – como a Refinaria Abreu e Lima (RNEST) – e da inclusão da ampliação do Porto no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, isso a partir de 2011.

Além dos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, que são diretamente impactados, mais seis municípios são atingidos indiretamente pelo porto: Sirinhaém, Ribeirão, Rio Formoso, Escada, Jaboatão dos Guararapes, Moreno.

Dentre os principais impactos gerados pelo porto, destacam-se a expulsão de moradores e moradoras e de posseiros e posseiras tradicionais da região, a enorme devastação ambiental e a destruição dos modos de vida tradicionais, o crescimento desordenado da população, a privatização de áreas tradicionalmente usadas de forma coletiva, a urbanização

sem planejamento, a implantação de complexos imobiliários e turísticos de alto luxo na região, o aumento dos índices de violência, dentre tantos outros.

No que se refere especificamente às comunidades tradicionais pesqueiras, cabe destacar que, pelas relações específicas que os pescadores e pescadoras artesanais têm com a natureza na região, a implantação do Porto de Suape causou enorme impacto nos modos de ser, viver e produzir destas comunidades. Ressaltam-se os impactos causados pela expulsão de moradores e moradoras da região, a supressão e aterramento dos manguezais, a criação de áreas de exclusão de pesca, os danos à pesca e à saúde causados pela poluição produzida pelo porto, a diminuição do pescado e a mortandade de espécies raras da fauna marinha (como o mero e o boto-cinza), a ausência de medidas mitigatórias e compensatórias para todos estes impactos e a ausência de manifestação e participação das comunidades pesqueiras tradicionais diretamente impactadas.

O cenário se torna ainda mais preocupante diante da negativa dos impactos e da ausência de estratégias de minimização destes. Somados a isto, tem-se o alarmante fato de que o Porto de Suape está sempre em expansão, articulando-se com outros projetos desenvolvimentistas, entre eles a Ferrovia Transnordestina, cujo trajeto pelos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco cumpre o objetivo de escoar commodities para a exportação a partir justamente dos Portos de Pecém (Ceará) e Suape.

¹ Trazemos como exemplo o primeiro documento oficial contra o Porto de Suape, intitulado como “Manifesto dos Cientistas”, datado de 1975. No texto de referido manifesto vários pesquisadores e cientistas das mais diversas áreas denunciam os impactos sociais e ambientais que a implantação de tal Porto poderia ocasionar.

Foto: Comunidade da Praia do Rosado ameaçada por fazendeiro local (Arquivo CPP NE I, 2015)



Região litorânea do Rio Grande do Norte

No Litoral Norte do Rio Grande do Norte, encontram-se cerca de 3.250 famílias de comunidades pesqueiras vítimas de conflitos socioambientais:

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Porto do Mangue/RN/Praia do Rosado	1450	desde 1980
2	Macau/RN/Comunidade Diogo Lopes	750	desde 2009
3	Macau/RN/Ilha de Santana	200	desde 2009
4	Macau/RN/Bairro dos Navegantes	500	desde 2009
5	Parnamirim/RN/Pirangi do Norte	50	desde 2009
6	Pendências/RN/Pendências	300	desde 2009
TOTAL		3.250	

No gráfico que segue abaixo, observa-se que os tipos de conflitos incidentes no Rio Grande do Norte estão relacionados principalmente a ameaças de morte, à ocorrência de um homicídio e a ameaças de despejos, além das restrições de acesso aos ter-

ritórios provocadas por empreendimentos turísticos, pela especulação imobiliária e pelos parques eólicos. Estes empreendimentos privatizam terras públicas e provocam sobre os territórios altos índices de degradação.



Gráfico 5: Tipos de conflitos estabelecidos na região litorânea do Rio Grande do Norte (Pesquisa, CPP 2016)

Destaca-se nestes conflitos a grave ameaça aos direitos humanos, representada pelo elevado nível de ameaças contra a vida de lideranças comunitárias pesqueiras, além de despejos e da restrição de aces-

so das famílias aos seus territórios tradicionais. A gravidade do problema repercute principalmente com a ocorrência de um homicídio cometido por fazendeiros locais contra um pescador artesanal.

COMUNIDADES	TIPOS E SITUAÇÃO DE CONFLITOS
Praia do Rosado	Privatização de Terras Públicas, Ameaça de Morte e Homicídio, Empreendimentos Turísticos – em 1993, houve o homicídio a mando de um fazendeiro. O Instituto da Terra fez comodato entre o governo e a comunidade que se venceu em 2013, com renovação em 2014
Comunidade Diogo Lopes	Parque Eólico – os parques são instalados em cima das dunas, na beira de praias e em áreas de restingas e estuários. Há risco de salinização. Os territórios pesqueiros são atingidos bruscamente. Há restrição de acesso e ameaça de deslocamento de famílias
Ilha de Santana	Contaminação por esgotamento – bacia de esgotamento sanitário da CAERN despeja os dejetos na maré, poluindo o meio ambiente com prejuízo direto às marisqueiras (trabalham com a cata do marisco)
Bairro dos Navegantes	Especulação Imobiliária – construções irregulares as margens da Gamboa do Maruim, não respeitando a linha legal dos 33 metros e interferindo na pesca artesanal
Pirangi do Norte	Especulação Imobiliária e Turística – casas de veraneio ocupam o espaço de praia; tráfego de embarcações de turistas e veranistas impedem a pesca e rasgam as redes; pescadores estão perdendo o acesso para aportar os barcos; empresa turística tem uso privado do trapiche; poluição da praia pelos esgotos da rede de hotéis e pousadas
Pendências	Carcinicultura, Poluição – empreendimentos de carcinicultura impedem pesca artesanal e o acesso de pescadores e população ao rio onde antes desenvolviam a atividade. Poluição do rio pela carcinicultura

Tabela 5: Detalhamento dos conflitos na região litorânea do Rio Grande do Norte (Pesquisa CPP, 2016)

Os principais agentes causadores de conflitos estão associados a fazendeiros, a empresas públicas coniventes como a degradação, como o Instituto de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte

– IDEMA, e a empresas privadas nacionais e multinacionais como a Miassaba II e III, Alegria I e II, Brasvento, Windopower e New Energy Options Geração de Energia.

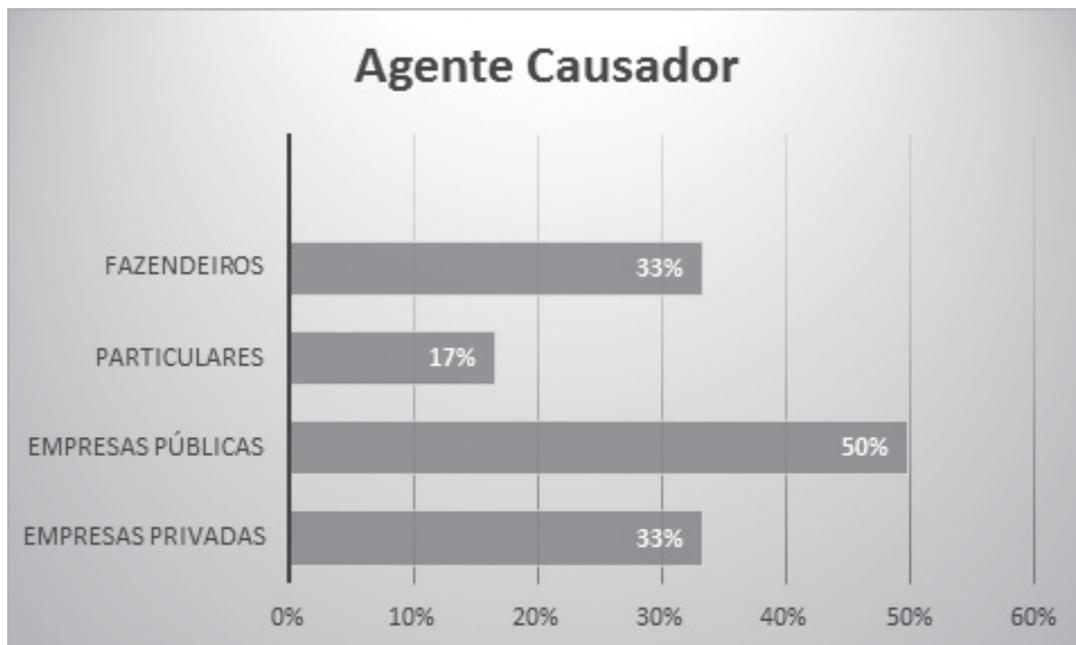


Gráfico 6: Índice de ação dos causadores de conflitos no Rio Grande do Norte (Pesquisa CPP, 2016)

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

As comunidades pesqueiras incidem frente aos problemas relatados por meio de representações junto ao Ministério Público Estadual e de atividades de formação, articulação com parceiros e organização comunitária.

Grupos de apoio às comunidades

Comissão de Justiça e Paz de Macau
Conselho Pastoral dos Pescadores
Associação Potiguar de Apoio aos Jovens da Pastoral de Juventude do Meio Popular
Centro Ama-Goa de Cultura e Meio Ambiente
Cooperativa de Pesca Artesanal e Beneficiamento do Pescado de Ponta do Tubarão
Associação de Mulheres Luiza Gomes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - Campus Mossoró
Colônia de Pescadores Z 41 - Diogo Lopes
Associação de Desenvolvimento Comunitário de Barreiras
ONG Terra Mar do Município de Porto do Mangue

Região litorânea do Maranhão



Os conflitos socioambientais são verificados na região litorânea do Maranhão há mais de quatro décadas. Os cinco casos apresentados envolvem cerca de 22.000 famílias de comunidades pesqueiras em diversas situações.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Cândido Mendes e Carutapera/MA/Litoral Norte Maranhense	2500	desde 2008
2	Paço do Lumiar/MA/Litoral Leste Maranhense	6000	desde 2005
3	Pio XII/MA/Centro Maranhense	5000	desde 1969
4	São Luís/MA/Área Rural II	3500	desde 1970
5	Pinheiros e Santa Helena/MA/Baixada Maranhense	5000	desde 1970
TOTAL		22.000	

Conforme gráfico abaixo, a degradação ambiental, os despejos, a expulsão de famílias pesqueiras e a restrição de acesso aos territórios tradicionais representam a maioria dos casos elencados nas situações de conflitos, além dos casos emblemáticos de grilagem de terras que resultam na privatização de áreas

públicas. Esses conflitos são consequência direta da crescente implantação de empreendimentos petrolíferos, pecuários e de mineração que avançam violentamente sobre as comunidades pesqueiras com a conivência dos governos municipal, estadual e federal.



Gráfico 7: Tipos de conflitos apresentados (Levantamento CPP, 2015)

A tabela abaixo demonstra o detalhamento dos níveis de vulnerabilidade social e ambiental presentes nas comunidades tradicionais pesqueiras no Maranhão:

COMUNIDADES ATINGIDAS	TIPO DE CONFLITO E SITUAÇÃO
Região do Litoral Norte Maranhense	Destruição de Áreas de Manguezais e Estuários por Parte de Mineradora – a partir da implantação do empreendimento em 2008, constatam-se vazamentos constantes de materiais químicos adicionados à matéria orgânica que desce para o mangue, contaminando o manguezal, provocando redução de pescados, tendo como consequência a redução da renda e comprometendo a segurança alimentar. Empresa Arizona Mineração destrói campos e manguezais e desmata áreas para exploração de ouro na Área de Proteção Ambiental (APA) das Reentrâncias Maranhenses
Região do Litoral Leste Maranhense	Especulação Imobiliária – com o aumento demográfico na Grande Ilha do Maranhão, os negócios da construção civil e as empresas imobiliárias foram ampliando as suas áreas de atuação, estendendo-se aos demais municípios da Grande Ilha. O Paço do Lumiar, pela posição geográfica e paisagística propícias à construção de condomínios de luxo, transformou-se em sonho de consumo das imobiliárias e das empresas de construção civil oriundas de várias localidades, gerando expulsão das comunidades locais e fragilizando as comunidades pesqueiras
Região do Centro Maranhense	Monocultivo de Cana e Eucalipto, Degradação Ambiental, Especulação de Terras Públicas, Ameaças e Despejos – os empreendedores iniciam apoiados pelo estado e, baseados na Lei de Terras, apropriam-se das áreas para criação de gado, atingindo as margens dos rios e gerando desmatamento, causando assoreamento e redução da produtividade de pescado no Maranhão, além da contaminação por agrotóxicos advindos do monocultivo de média e grande escala
Área Rural II	Grilagem de Terras Públicas, Apropriação Indevida, Expulsão de Famílias Tradicionais – a partir de 1970, a União federal repassa domínio de área ao governo do estado do Maranhão, que destina tais áreas para a implantação de indústrias. Desde então, o estado passa a deslocar compulsoriamente as populações tradicionais dos seus territórios. Na sua maioria, são comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e pequenos agricultores/as. Na Comunidade Cajueiro, são 200 famílias em 610 hectares ameaçadas de serem despejadas pela empresa WTorres S.A. (fábrica de papel celulose). Casas foram derrubadas por jagunços. A Comunidade Cajueiro está dentro da fronteira agrícola do Matopiba (região formada junto à fronteira dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Os empreendimentos estão devastando a comunidade pesqueira que vive há mais de 300 anos no território. Uma ação civil pública foi empreendida contra a empresa e o Ministério Público
Baixada Maranhense	Apropriação irregular das áreas que incluem os campos naturais e áreas inundadas, o que atraiu inicialmente criadores de outras regiões e induziu criadores locais para a ocupação dos campos na criação de búfalos. Com a expansão irregular das cidades e a falta de planejamento na aquisição de matérias-primas, tornou-se uma prática a retirada de areia para a construção civil local. Essa ação somada ao desmatamento, causa assoreamento dos rios e, conseqüentemente, a redução de pescado na região, diminuindo a renda e comprometendo a segurança alimentar das populações ribeirinhas

Tabela 6: Tipos e detalhamento de conflitos em comunidades pesqueiras no Maranhão (Pesquisa, 2015)

Estas situações de conflitos são promovidas por empresas e grupos privados, fazendeiros e particulares que atuam em áreas de preservação ambiental, afetando ambientes sensíveis de reprodução da fauna e da flora, a exemplo dos manguezais e das Reen-

trâncias Maranhenses, além de ocuparem terras da União. A convivência de empresas públicas e governos ameaça os ecossistemas e a reprodução da vida tradicional das comunidades locais.

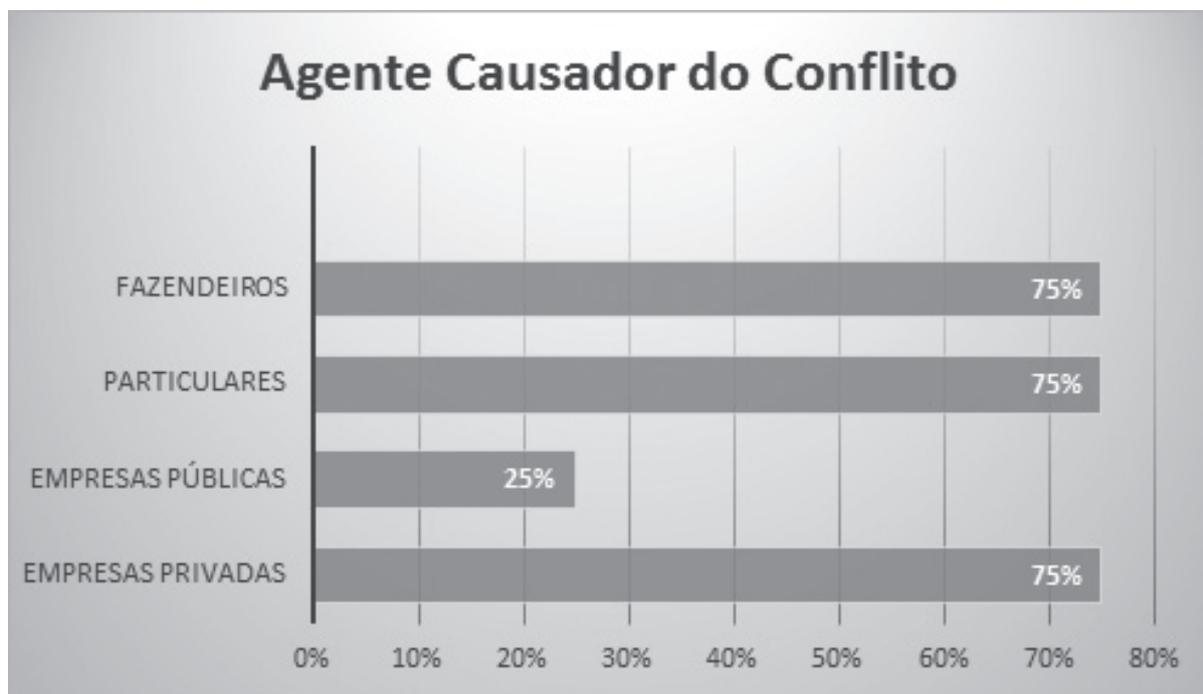


Gráfico 8: Agente causador do conflito (levantamento, 2015)

Os principais causadores de impactos como são identificados in loco:

AGENTE CAUSADOR
Arizona Mineração S/A
Construção civil, empresas imobiliárias
Agropecuária, fazendas ligadas a grandes empresas do Sul do país e pequenos e médios criadores locais, grandes empresas de monocultivo de cana e eucalipto
Vale Alcoa Alumínio S/A; Petrobrás; Ute Porto do Itaqui; Suzano Papel e Celulose; Votorantin Cimentos; Empresas de Fertilizantes Yara Tocantins, Fertilpar e Península Norte
Fazendeiros locais e pequenas mineradoras

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

Formulação de denúncias junto ao Ministério Público e órgãos de defesa dos Direitos Humanos, além de incidências em órgãos públicos por meio de mobili-

zações e de ações proativas de formação, articulação e divulgação dos conflitos nos meios de comunicação social.

Grupos apoiadores e parceiros
Sindicato de pescadores; SINTRAF; Fórum Carajás; Cooperativa e Colônia de Pescadores de Carutapera
Movimento dos Pescadores/as; algumas colônias ou sindicatos locais de pescadores/as; Pastorais Sociais; STTR
Sindicato de pescadores/as em âmbito municipal; MPP; CAPPAM; associação de marisqueiras local
Movimento de Pescadores e Pescadoras: colônia de pescadores/as; movimentos sociais na capital, Rede de Justiça Ambiental
GERUR/UFMA; GEDMMA/UFMA; CNPT/ICMBio; Procuradoria da República do Estado do Maranhão; movimentos sociais; Pastorais Sociais; CUT; OAB/MA

Carta de Repúdio à Autorização para Construção de Porto na Comunidade Cajueiro, em São Luís

Nós, movimentos sociais, populares, culturais, estudantis e sindicais, povos e comunidades tradicionais, associações e uniões de moradores, organizações não governamentais, grupos de pesquisa universitários, grupos e entidades religiosos, vimos, através deste, repudiar a tentativa de eliminação da Comunidade Cajueiro, da Zona Rural de São Luís, para a construção de um porto que atenderia exclusivamente aos interesses de grandes corporações econômicas e do agronegócio.

No dia 6 de janeiro de 2016, a Secretaria de Portos da Presidência da República, em Brasília, sob comando do ministro Helder Barbalho, assinou autorização para construção e exploração de terminal portuário privado em São Luís do Maranhão pela WPR São Luís, subsidiária da empresa de engenharia e construção civil W Torre. Ao ato de assinatura da autorização de construção do porto também compareceram o secretário estadual de Indústria e Comércio, Simplício Araújo; o senador Edison Lobão e o deputado federal Hildo Rocha, vinculados ao grupo Sarney, demonstrando a participação de grupos políticos que se dizem adversários no mesmo projeto de desenvolvimento que atinge as comunidades tradicionais do Maranhão.

A WPR ficou conhecida na capital do Maranhão em 2014, quando, para expulsar a comunidade tradicional do Cajueiro do local onde pretende construir seu porto, lançou mão de: uso de milícia armada, agindo com intimidação e ameaças na comunidade; tentativa de instalação de cancela para impedir a livre circulação dos moradores no povoado; derrubada de casas dos moradores; conluio com políticos e membros do Judiciário; audiência pública realizada no quartel da Polícia Militar do Maranhão em outubro de 2014, durante o Governo Roseana Sarney, com o intuito de impedir a participação popular.

Ainda no final de 2014, com a forte resistência por parte dos moradores, membros da equipe de transição do Governo Flávio Dino acompanharam, em diversas reuniões, o drama destas famílias. Depois da troca de comando do Governo do Estado, as reuniões prosseguiram, com a comunidade sendo ouvida sem, no entanto, ter uma solução definitiva que lhe garantisse tranquilidade de seguir habitando o local onde secularmente está localizada. A empresa, que deveria ser investigada pela sua atuação autoritária e violenta na área, sem que tivesse competência para tal, é premiada.

O “investimento” da WTorre no porto, além de ameaçar o Cajueiro e comunidades vizinhas, destruiria cerca de 20 hectares de mangues, comprometeria importantes mananciais de água potável, provocaria fortes impactos ambientais, gerando consequências para toda a Ilha de São Luís.

No território do Cajueiro, onde secularmente vivem centenas de famílias de pescadores, agricultores, extrativistas que contribuem para o equilíbrio ecológico da região, situa-se o mais antigo lugar de culto afro na Ilha do Maranhão, o Terreiro do Egito, que deu origem a vários terreiros que se espalharam não apenas no estado, mas por outras partes do mundo.

O Governo do Estado não esclarece publicamente várias questões, na mais total falta de transparência em relação a esse assunto: o que foi feito do processo para implantação desse terminal portuário, que a Secretaria de Meio Ambiente se nega a dar vistas? Ainda está em vigor a suspensão da licença prévia para instalação da empresa?

A mobilização da comunidade do Cajueiro mostra que esse não é o fim dessa história. A resistência persiste na comunidade. A todos os que sofrem esse processo violento, que segue beneficiando os privilegiados de sempre (o porto seria utilizado para escoar produto da expulsão de outras comunidades no interior do estado, por exemplo), resta senão a alternativa da resistência. Os ataques são articulados. A resposta, então, também é articulada!

Aos que pretendem exterminar comunidades e povos tradicionais, fica uma sinalização: nenhuma dessas batalhas está ganha; seus ataques não prosperarão. Em memória das comunidades já varridas dos mapas, em memória das lideranças que se tornaram mártires, pela força dos que resistem aos ataques, em resposta às falsas promessas que, ao final, redundaram em mais do mesmo: não passarão.



Foto: Parque eólico em território pesqueiro no Norte do Piauí (Arquivo CPP, 2016)

Região do Delta do Parnaíba, no Estado do Piauí

No estado do Piauí, verificam-se fortes conflitos socioambientais na região do Delta do Parnaíba, envolvendo cerca de 530 famílias de comunidades tradicionais da pesca artesanal nos últimos cinco anos.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Parnaíba/PI/Comunidade Pedra do Sal	100	desde 2009
3	Parnaíba/PI/Comunidade Lagoa da Prata, Comunidade Rancharia, Comunidade Ponte (Lagoa da Aninga)	210	desde 2013
4	Cajueiro da Praia/PI e Parnaíba/PI/Comunidade das Marisqueiras; Comunidade Tabuleiro	220	desde 2014
Totais		530	

Os tipos de conflitos apresentados no gráfico abaixo revelam a grande ocorrência de degradação ambiental, ameaças de morte, despejo e restrição de acesso com instalação de cercas elétricas em áreas tradicionais de pesca. Outro dado alarmante é o avanço de empreendimentos aquícolas (carcinicultura e pisciculturas).



Gráfico 9: Índice de conflitos por tipo (Levantamento, 2015)

O quadro abaixo demonstra o detalhamento destes conflitos nas comunidades locais:

COMUNIDADES ATINGIDAS	TIPO E SITUAÇÃO DE CONFLITOS
Comunidade Pedra do Sal	Parque Eólico, Especulação Imobiliária, Complexo Hoteleiro, Apropriação de Terras Públicas – pesca industrial; pesca predatória; ameaças contra pescadores artesanais. Pedra do Sal é uma área de proteção ambiental e é composta de aproximadamente 100 famílias que vivem da pesca artesanal no mar e lagoas, da criação de gado, venda de frutas, alimentos e artesanatos na praia em barracas ou ambulante. Quando apenas se especulava e apresentava a proposta de implantação de parques eólicos, a comunidade era “inserida” no projeto como parte direta do empreendimento, com propostas de empregos e livre acesso à área. Todavia, após a implantação dos aerogeradores, a comunidade ficou inviabilizada de acessar os recursos naturais. Com a construção de resort de luxo, além de uma extensa área para 400 lotes residenciais, a situação da comunidade se agravou. A área possui lagoas temporárias, áreas de extrativismo vegetal, utilizadas por pescadores e moradores. No período chuvoso, existe uma disputa por território pesqueiro entre pescadores artesanais e pescadores industriais. Nesse período, os barcos arrastam durante 14 horas ininterruptas, com intervalos de 30 minutos, dependendo do primeiro arrasto. Os barcos arrastam em uma área a menos de 1 milha náutica da praia, destruindo pontos pesqueiros artesanais, cascalhos, espécies imaturas ameaçadas de extinção, entre outras. ²
Comunidade Lagoa da Prata, Comunidade Rancharia, Comunidade Ponte (Lagoa da Aninga)	Cercamentos e Privatização de Terras e Águas Públicas; Empreendimentos de Piscicultura – no dia 25 de novembro de 2013, nas comunidades de Rancharia e Ponte, os pescadores tiveram seus ranchos e matas ciliares pertencentes à comunidade pesqueira cortadas e foram ameaçados por Denis (fazendeiro), com o incentivo de órgãos públicos como o Ministério da Pesca com a desculpa de manter as áreas das lagoas cercadas e privadas para projetos de piscicultura do governo, com a criação de tilápias, tambaquis e camarões. Existem lagoas com cercas elétricas, sinalizadas a 100 metros de distância para os pescadores artesanais não terem acesso. Também há criação de gado no local. Assim, a área dos pescadores artesanais se limita à sua própria área de convivência (residências nas comunidades).
Comunidade das Marisqueiras; Comunidade Tabuleiro	Carcinicultura; Degradação Ambiental – os pescadores da comunidade relatam que produto químico da empresa Piauí Pescados está matando a biodiversidade de mariscos, que possui uma grande produção no Piauí. Os pescadores e pescadoras utilizam a casca dos mariscos para fazer artesanato e gerar renda para seu sustento, além de produzir insumos para o piso de suas casas. Ou seja, tudo é utilizado de forma sustentável, um fato que se torna positivo quanto ao uso dos recursos naturais. Entretanto, o produto químico utilizado pela Piauí Pescados atinge diretamente e indiretamente a saúde da comunidade pesqueira, afetando a qualidade da água, influenciando negativamente na pesca artesanal em termos de produção. Em outra fazenda, de camarão, os pescadores residentes próximo ao local não podem utilizar o território para realizar suas atividades (pesca artesanal) e também para plantar seus meios de sobrevivência, sofrendo com a ação dos proprietários de terras privadas que lhes tiram o direito ao território pesqueiro na região.

Tabela 7: Detalhamento dos conflitos socioambientais no Piauí (Pesquisa MPP, 2015)

² Informações extraídas do site: <http://www.portalodia.com/municipios/parnaiba/conflito-entre-pescadores-por-territorio-pesqueiro-na-pedra-do-sal-226537.html> (Julho de 2015)

No gráfico abaixo, verifica-se que, apesar das empresas públicas serem citadas em menor número, os pescadores artesanais identificam o poder público como responsável por fomentar políticas e financiamentos que favorecem as empresas particulares, além de licenciarem empreendimentos que devastam o ambiente e comprometem a vida das comunidades tradicionais.

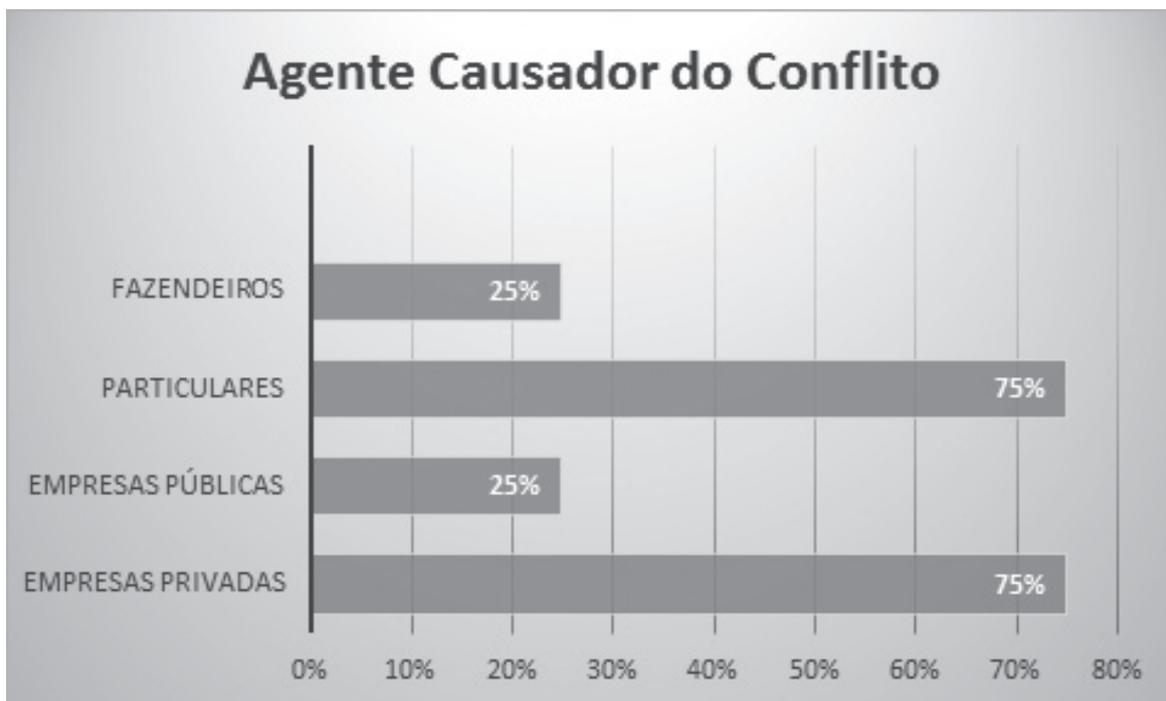


Gráfico 10: Agente causador do conflito (Levantamento, 2015)

Agentes causadores como são conhecidos in loco:

AGENTE CAUSADOR
Usina Eólica Pedra do Sal e Central Geradora Eólica Delta
Implantação de Usinas Eólicas (Omega) e empreendimento hoteleiro e imobiliário (Pure Resort & Residences)
Barcos de arrasto dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão
Pessoas: Denis (fazendeiro); Santos e Domingos (piscicultores)
Piauí Pescados (Cajueiro da Praia); Fazenda do Mário (Fazenda de Camarão) – Parnaíba-PI

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

Incidência junto ao poder público, como a Capitania dos Portos, Polícia Federal, ICMBio, Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, Ministério Público e Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Produção de documentos, registros audiovisuais, representações jurídicas, realização de boletins de

ocorrências, mapeamentos da produção pesqueira e dos conflitos existentes também são ações desenvolvidas pelas comunidades. Além disso, elas buscam parcerias junto a organizações sociais, entidades de classe e universidades para o enfrentamento das situações de conflitos.

GRUPOS APOIADORES E PARCEIROS
Comissão Ilha Ativa (CIA), organização não governamental
Associação de Moradores e Pescadores da Pedra do Sal
Associação dos Barraqueiros da Pedra do Sal
Associação Comunitária da Pedra do Sal
Professores das universidades Federal e Estadual do Piauí, dos cursos de Psicologia, Pedagogia e Turismo
Articulação das Mulheres do Piauí
Sindicato dos Pescadores de Parnaíba – SINDPESCA
Associação das ASPEAPA
Colônia Z-7 de Ilha Grande
Sindicato dos Bancários
Associação das Manjubeiras
Secretaria da Pesca de Ilha Grande
Sindicato dos Pescadores de Murici dos Portelas
Universidade Federal do Piauí – Curso de Turismo e Engenharia de Pesca

Os empreendimentos e seus conflitos no Norte do Piauí

Parques eólicos

Na região do Norte do Piauí, objetivamente na área dos municípios de Parnaíba e Ilha Grande, e na parte do extremo Norte do Maranhão, que é a Ilha das Canarias, está localizada a região do conhecido Delta do Parnaíba, que faz parte da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba e integra a Reserva Extrativista Delta do Parnaíba. Está em curso ali já há alguns anos um processo de desapropriação de territórios de comunidades tradicionais, seja para a implantação dos parques de energia eólica, os chamados “parques de energia limpa”, seja para a implantação de grandes empreendimentos turísticos de propriedade de grupos internacionais, tidos como “empreendimentos sustentáveis” ou mesmo como empreendimentos de “luxo natural”.

Já estão instalados cinco parques eólicos e outros ainda estão previstos para serem instalados nesta região de Parnaíba e Ilha Grande. Os parques estão sendo inseridos pela empresa Ômega Energia em áreas de dunas, lagoas, murici, caju e carnaubais.

Áreas que tradicionalmente eram utilizadas por comunidades tradicionais de pescadores, catadores de frutos e pequenos criadores de animais. Hoje a expansão está chegando até mesmo a áreas de manguezal rumo à região do Cutia, área de Ilha Grande. Os conflitos ocorridos em consequência a esta expansão da implantação dos parques acontecem mais forte nas comunidades do Labino e de Pedra do Sal, no município de Parnaíba. Os pescadores e extrativistas são proibidos de entrar em áreas que usaram a vida toda para tirar seu sustento diário.

Além dos parques já instalados, há dezenas de terrenos com marcações para implantação de mais torres de energias eólica, distribuídos entre várias comunidades que ainda tiram seu sustento desses espaços. Atualmente, o estado do Piauí já é considerado um grande gerador de energia “limpa”. No entanto, não se fala das contradições de implantação e funcionamentos dos parques sobre as comunidades historicamente localizadas no entorno de suas áreas.

Empreendimentos turísticos

A implantação dos empreendimentos turísticos e de condomínios de luxo se iniciou entre 2014 e 2015. Atualmente, o empreendimento “Pure Resorts” está sendo implantado na comunidade de Pedra do Sal. Já o empreendimento “Pontal do Delta” tem licença prévia de implantação na área de divisa entre o Piauí e o Maranhão, estando sua área localizada no município de Ilha Grande. Estes dois empreendimentos vêm provocando receios nos pescadores, pois estão sendo implantados em áreas tradicionalmente utilizadas por pescadores, junto a lagoas e pontos de acesso ao mar.

No “Pontal do Delta”, há a previsão de construção de um píer no Canal da Barra das Canárias, umas das cinco barras que compõe o Delta do Parnaíba. Este canal é utilizado tanto pelos pescadores de Canárias, na Ilha Grande, como de Pedra do Sal, sendo sua área importantíssima para a manutenção da pesca artesanal na região.

Recentemente, mais dois empreendimentos turísticos deram entrada em pedidos de licenciamento na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí – SEMAR e pediram autorização no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio para implantação de seus resorts nessa região litorânea de Parnaíba e Ilha Grande. Deste modo, mais disputas serão travadas entre os comunitários e o grande empresariado. Nesta região, os interesses do grande capital estrangeiro vêm se sobrepondo sistematicamente sobre comunidades

tradicionais de pescadores e extrativistas.

Pesca de arrasto

A pesca de arrasto ainda ocorre na região da Barra de Canárias e Pedra do Sal, principalmente por frotas do Ceará e do município de Luís Correia/PI para pesca quase que exclusivamente do camarão. Os pescadores consideram que a pesca de arrasto já foi mais intensiva em anos anteriores, mesmo que ainda aconteça e ainda cause perdas significativas para os pescadores artesanais. Após vários pedidos feitos pelos pescadores artesanais, foi realizada entre março e abril de 2016 uma grande fiscalização por parte do IBAMA, ICMBio e Polícia Federal para combater a pesca de arrasto nesta região. Na ocasião, foram apreendidos 11 barcos de arrasto, embora seja de conhecimento das comunidades que a entrada de barcos para a pesca de arrasto continue no local.

Exploração petrolífera

Outro conflito que deve ocorrer em breve junto às áreas de pesca tradicional diz respeito à exploração de petróleo. Durante todo o ano de 2015, pesquisas sísmicas foram realizadas na região litorânea dos estados do Maranhão, Piauí e parte do Ceará, no contexto da expansão da exploração do petróleo na região do Nordeste Brasileiro. Os estudos e pesquisas buscavam reunir dados para a atividade petrolífera junto à Bacia de Barreirinhas, no Maranhão.



Foto: Porto de Santarém, no Pará (Priscila Malafaia, 2015)

Região do Baixo Amazonas e de Marajó, no Pará

No Baixo Amazonas, os conflitos situados em mais de 25 comunidades atingem 4.386 famílias tradicionais pesqueiras. Destaca-se no Amazonas os problemas de fronteiras com a Colômbia, que avança sobre território brasileiro com empreendimentos de degradação dos manguezais, expulsão de famílias, mortes e conflitos armados. Região bastante vulnerável, com acordos internacionais pouco eficazes que visam muito mais o domínio territorial da Amazônia do que a resolução dos conflitos estabelecidos.

O modelo de desenvolvimento pensado para a Amazônia prevê um conjunto de ações que articula a expansão do agronegócio, da mineração, a construção de hidrelétricas, portos e hidrovias, bem como a financeirização da natureza. Todo esse conjunto de

projetos pensados como “solução” para o “desenvolvimento” da região é altamente destrutivo e viola os direitos das comunidades tradicionais pesqueiras que vivem nas áreas de interesse desses setores. Por essa razão, os pescadores e pescadoras artesanais, juntamente com os povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais, têm resistido a esses projetos e debatido outro modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

O modelo que vigorará nessa região nos próximos anos será decisivo para a manutenção dos modos de vida das comunidades locais. Os povos e comunidades tradicionais acreditam que não pode haver desenvolvimento sem respeito aos direitos humanos e ampliação da democracia.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Santarém/Baixo Amazonas/PA/Comunidade do Juá	840	desde 2010
2	Cachoeira do Arari/PA/Margens do Rio Arari – Região do Marajó/ Quilombo Gurupá	150	desde 1985
3	Cachoeira do Arari/PA/Margens do Rio Arari – Região do Marajó/ Quilombo Gurupá	1.200	desde 2008
4	Bragança/PA/Comunidade Vila dos Pescadores/Comunidade Cidade de Bragança/Comunidade de Curuçazinho/Comunidade Aricuru.	166	desde 2011
5	Maracanã/PA/Comunidade Penha	180	desde 2011
6	Limoeiro do Ajurú/PA/Região do Tocantins: Comunidade Ilha Saracá (266 famílias), Comunidade de Prainha Beradão (75 famílias), Comunidade da Ilha Paquetá Potinga (150), Comunidade Jussara Cupijó (232 famílias) e Comunidade Teré (436)	1.150	desde 1999
7	Aveiro/PA/Comunidades de Cametá, Daniel de Carvalho, Santa Cruz, Brasília Legal, Fordilândia e Cuparí.	450	desde 2009
8	Óbidos/PA/Vila Vieira, Amador, Ourives, Ilha Grande e Vila Barbosa	250	desde 2002
	TOTAL	4.386	

No gráfico abaixo, pode-se constatar que os conflitos que provocam a degradação ambiental e as restrições de acesso, além da privatização das terras públicas, estão intrinsecamente correlacionados com os impactos provocados por empreendimentos rela-

cionados com a especulação imobiliária, o turismo, indústria naval e mineração. Todavia, o que mais chama atenção são as ameaças contra a vida de pescadores artesanais e os homicídios.

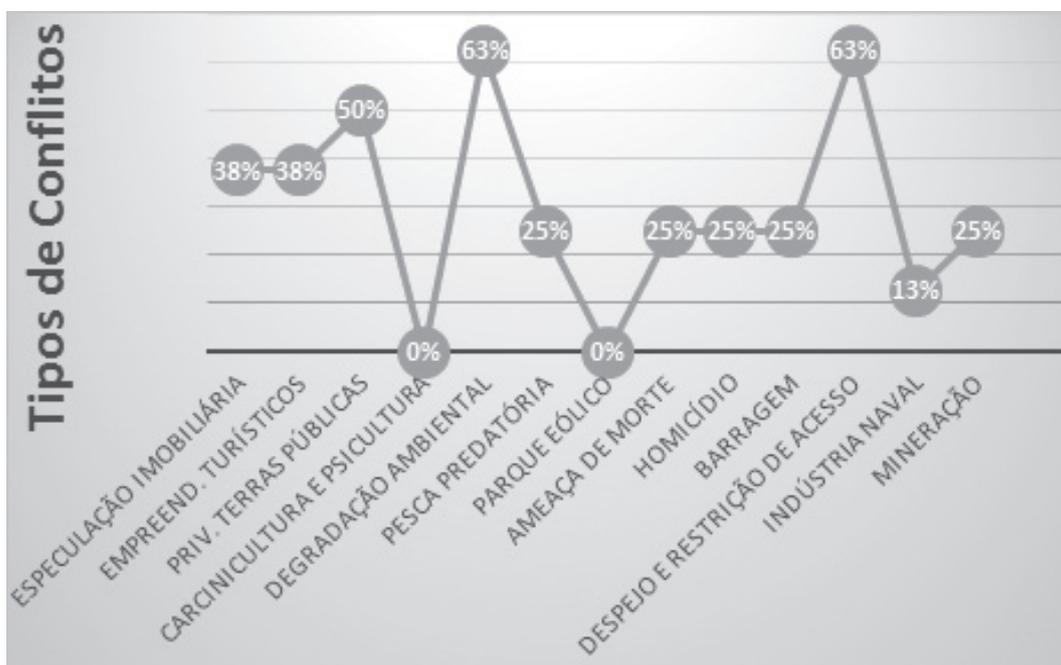


Gráfico 11: Tipos de conflitos verificados no estado do Pará (Pesquisa, CPP 2015)

O detalhamento do quadro que segue abaixo demonstra os níveis de violência provocados pelos empreendimentos e fazendeiros:

COMUNIDADES ENVOLVIDAS	TIPO DE CONFLITO E SITUAÇÃO
Comunidade do Juá	Especulação Imobiliária; Conflito entre Moradores e Madeireiras, Portos de Mineradoras, Pesca Predatória, Expansão Imobiliária, Produção de Soja, Comunidades Ameaçadas da Perda de suas Terras – famílias oprimidas pelas pessoas que chegam de fora com promessas enganosas. Em 2010, cerca de 10 mil famílias ocuparam área pesqueira para fins de moradia, causando problemas com a comunidade local. Após o despejo, houve outra ocupação indevida por parte de empresas como a Buriti, em 2013 e a instalação de um condomínio vinculado ao projeto Minha Casa Minha Vida no lugar onde está estabelecida a comunidade tradicional pesqueira. Com a construção das moradias, os esgotos e dejetos caem no Lago Juá, principal fonte de pesca da comunidade, contaminando o ambiente.

<p>Margens do Rio Arari – Região do Marajó/ Quilombo Gurupá</p>	<p>Proibição do Uso das Águas; Mão-de-Obra Barata; Ameaças de Morte; Morte de Pescador; Prisão Ilegal – um fazendeiro proibiu as famílias de morarem na área. A comunidade vive da pesca e do extrativismo do açai. O fazendeiro tinha o costume de usar a mão-de-obra barata e até mesmo semelhante à escrava da comunidade. A partir de 1985, a comunidade começou a resistir diante a situação, foi onde começou o conflito. Houve a solicitação de reconhecimento como quilombo e conseguiu-se o reconhecimento por parte da Fundação Palmares. A comunidade já obteve a demarcação do território e está agora na fase do processo indenizatório do fazendeiro. Mesmo assim, o fazendeiro vem resistindo com ameaças feitas com uso de pistolagem. Em 2013, uma liderança da Comunidade Teodoro foi assassinada a facadas. O processo de investigação vem evidenciando que o caso envolve o fazendeiro. Cerca de 10 pescadores extrativistas foram presos a mando do fazendeiro, casas foram queimadas, 5 pessoas foram espancadas. A área está contaminada com agrotóxico dos arrozais</p>
<p>Margens do Rio Arari – Região do Marajó/ Quilombo Gurupá</p>	<p>Desmatamento; Cercamento de Terras e Lagoas Públicas; Expulsão de Famílias – Paulo Quarteiro vem desmatando ilhas dentro dos Campos de Cachoeira. Ele chegou em 2008 na região e comprou essas terras, cercou tudo e os pescadores não conseguem mais passar para pescar nos lagos, de forma que a pesca está proibida nesta região. Com a retirada das matas, houve perda da biodiversidade (animais e plantas). Os pescadores dependem dos lagos e do extrativismo principalmente do bacuri e açai. Com a expulsão, os pescadores migraram para outros lagos, gerando mais conflitos entre os próprios pescadores com a disputa por espaços. As terras são drenadas para a produção do arroz com agrotóxico, que é lavado e jogado no rio e lagos, contaminando toda a biota dos rios</p>
<p>Comunidade Vila dos Pescadores/Comunidade Cidade de Bragança/Comunidade de Curuçazinho/Comunidade Aricuru.</p>	<p>Salinização das Águas com Avanço do Mar; Pesca Industrial Predatória; Invasão da Divisa Territorial Brasil/Colômbia – com o avanço do mar, houve a salinização dos lençóis freáticos. Há falta de pescado por causa da pesca industrial avançada em áreas de manguezais, realizada por empresas estrangeiras e por empresas locais com grandes embarcações. Há invasão de divisa territorial em áreas de manguezais. O mar avança e as comunidades poderão desaparecer</p>
<p>Comunidade Penha</p>	<p>Salinização das Águas com Avanço do Mar; Pesca Industrial Predatória - com as mudanças climáticas em função do avanço do mar, as comunidades ficaram com problemas de abastecimento de água e de diminuição do pescado. Há problemas também com atravessadores na pesca</p>

<p>Região do Tocantins: Comunidade Ilha Saracá (266 famílias), Comunidade de Praia Beradão (75 famílias), Comunidade da Ilha Paquetá Potinga (150), Comunidade Jussara Cupijó (232 famílias) e Comunidade Teré (436)</p>	<p>Construção da Barragem de Tucuruí; Desapropriação de Famílias; Degradação Ambiental; Contaminação das Águas com o Agente Laranja; Perda de Território Pesqueiro – sete municípios foram atingidos pela construção da Barragem de Tucuruí. Na construção, houve o lançamento do agente laranja para destruição da flora. Com o fechamento da barragem e a deságua, comunidade e cidades foram inundadas. Com a deságua, houve descargas de águas muito poluídas. Com a diminuição do pescado e o secamento das lagoas marginais, muitos pescados desapareceram e os pescadores perderam seus territórios pesqueiros. Hoje há um grande índice de doenças provocadas pelo agente laranja (dores no corpo). Há grande desmatamento e o isolamento é mais denso. Há grande índice de verminoses, infecções renais e câncer. Outro fator gera conflitos: a disputa entre os próprios pescadores por causa do assoreamento do rio, a diminuição do pescado e o desaparecimento de espécies (12 espécies foram extintas, entre elas: sardinha papuda, aruanã, piranambu galinha, pirapitinga, jaraqui, matrixã). Há omissão de órgãos públicos como o IBAMA e o ICMBio. Com a discussão sobre acordos de pesca, há disputa entre comunidades em lugares que já estão sendo monitorados pelos acordos. Esse monitoramento é desenvolvido pelos próprios pescadores com o apoio do CPP. Há ameaças e atentados contra pessoas. Com a abertura da pesca, pescadores artesanais invadem pesqueiros de municípios vizinhos. São chamados de “quaxinim”. Há pesca predatória com armados (pulsar). Além disto, na abertura da pesca, muito turistas invadem áreas de pesca</p>
<p>Comunidades de Cametá, Daniel de Carvalho, Santa Cruz, Brasília Legal, Fordilândia e Cupari</p>	<p>Mineradora, Barragem, Especulação Imobiliária – extração de calcário para beneficiamento de cimento; projeto de hidrelétrica; empreendimentos imobiliários; comunidades ameaçadas de expulsão de suas terras; construção de hidrelétrica vai causar um grande impacto ambiental e na vida humana</p>
<p>Vila Vieira, Amador, Ourives, Ilha Grande e Vila Barbosa</p>	<p>Mineração, Grandes Geleiras com Pesca Predatória, Porto, Especulação Imobiliária – tráfego de grandes navios de mineradoras. Invasão de grandes geleiras, que vêm de fora com a prática da pesca predatória. Poluição nos rios e lagos. Expansão de porto e empreendimentos imobiliários. Famílias que moram às margens do rio sofrem com as grandes ondas causadas pelos navios que por ali passam. Comunidades tradicionais sofrem ameaças dos grandes projetos</p>

Tabela 8: Detalhamento dos conflitos no estado do Pará (CPP, 2015)

O domínio e o controle sobre os recursos naturais estão associados a uma política de governo que pouco protege os ecossistemas e as populações locais. Os principais causadores dos conflitos entendem a região como espaço vazio, sem considerar as popu-

lações tradicionais locais, os indígenas, pescadores, etc. A geopolítica adotada busca justificar a ocupação desordenada na região, se sobrepondo aos interesses das comunidades tradicionais.

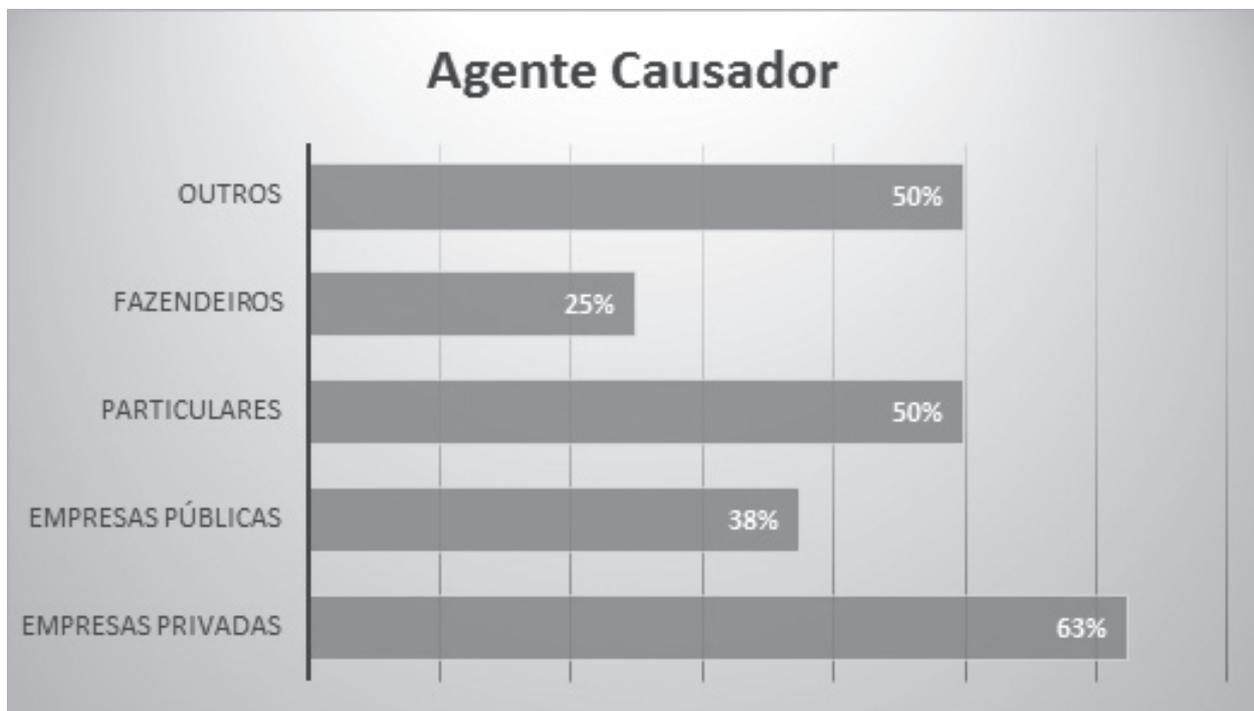


Gráfico 12: Agentes causadores dos conflitos (CPP 2015)

Agentes causadores como são identificados in loco:

Empresas: BURITI, MINHA CASA MINHA VIDA, construção de um grande shopping

Fazendeiro Liberato de Castro – pai do prefeito de Ponta de Pedra

Paulo Quariere – vice-governador de Roraima

Ausência do Poder Público; atravessadores; particulares de embarcações industriais

Barragem de Tucuruí; portos para extração de minério; Eletronorte; governos municipais, estaduais e federal

Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A; Construções e Comércio Camargo Córrea S/A; Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A; EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda.

Indústria de Minérios; pesca industrial; especulação imobiliária por particulares

Região litorânea do Rio de Janeiro

A política neodesenvolvimentista atinge drasticamente os direitos humanos. Viabilizado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ afeta cerca de 23 mil famílias de pescadores e pescadoras artesanais nos sete municípios da Baía da Guanabara:

Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim. Segundo informações da Associação dos Homens e Mulheres do Mar – AHOMAR, aproximadamente 80% dos territórios aquáticos de pesca artesanal já foram suprimidos pelo empreendimento orquestrado pela Petrobras.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Rio de Janeiro/RJ/Baía de Sepetiba/Comunidades Ilha do Madeira/Sepetiba/Pedra de Guaratiba	5.000	desde 2006
2	Rio de Janeiro/Baía de Guanabara/Municípios de Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim	23.000	desde 2000
TOTAL		28.000	

Os maiores impactos estão relacionados à violência contra os direitos humanos empreendida pela COMPERJ. Um dos maiores desastres ocorridos foi o vazamento de oleoduto em 2000, quando houve o rompimento de milhões de litros de óleo da Refinaria de Duque de Caxias. Os pescadores/as resistentes contra o desastre e a perda de seus territórios foram vítimas de ameaças e mortes. Quatro pescadores ligados à AHOMAR, Paulo Santos, Márcio Amaral, Almir

Nogueira e João Penetra (Pituca), foram brutalmente assassinados. Segundo o Ministério Público Federal, os crimes foram encomendados pela concessionária responsável pela instalação dos dutos. Alexandre Anderson, presidente da AHOMAR, está sob proteção do Programa Estadual dos Defensores de Direitos Humanos. Esta é mais uma demonstração do que a parceria público-privada que articula o maior Complexo Petroquímico da América Latina têm gerado.

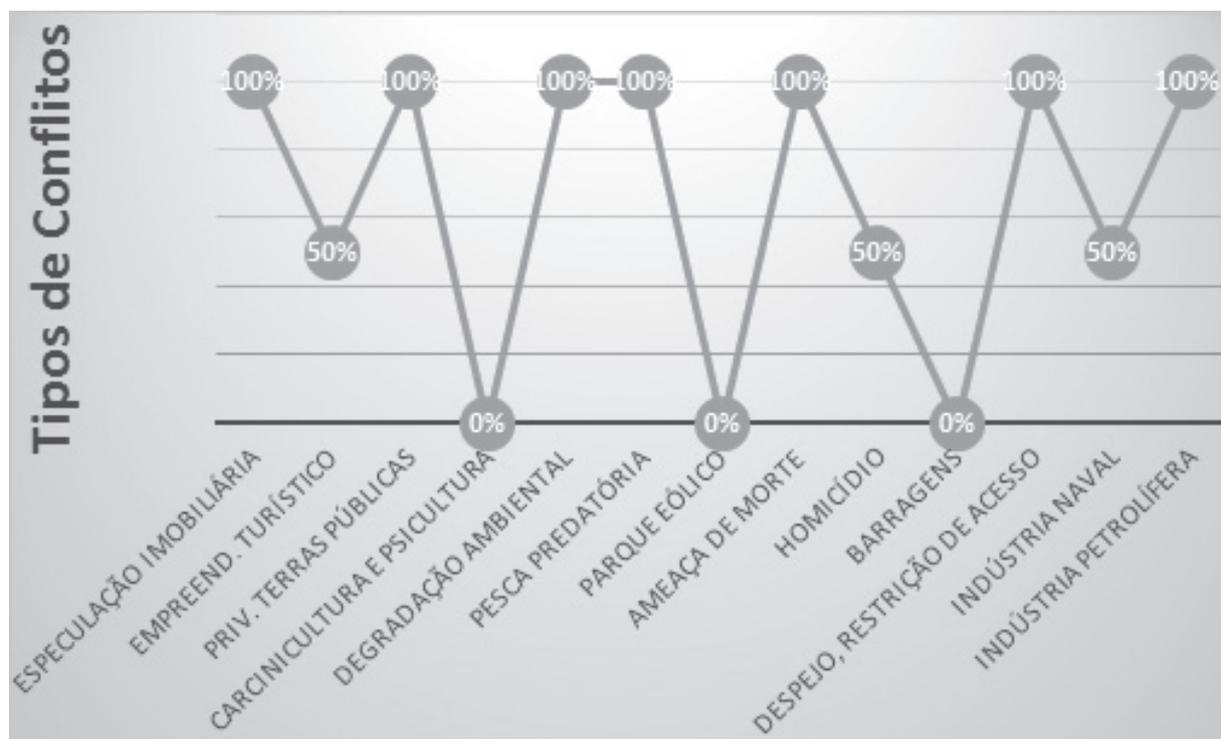


Gráfico 13: Tipos de conflitos identificados no estado do Rio de Janeiro (MPP, 2015)

COMUNIDADES/ MUNICÍPIO	TIPOS E SITUAÇÃO DOS CONFLITOS
Comunidades Ilha do Madeira/ Sepetiba/Pedra de Guaratiba	Indústria Petrolífera e Naval; Exclusão de Áreas de Pesca Artesanal; Degradação Ambiental; Expulsão e Ameaças Contra Famílias; Empreendimentos Turísticos – com a chegada da empresa em 2006, a pesca foi duramente afetada. Houve aumento da circulação de navios cada vez maiores, dispersão de metais pesados, criação de áreas de exclusão de pesca, convivência dos órgãos ambientais e aumento da fiscalização sobre a pesca artesanal
Baía de Guanabara/Municípios de Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim	Indústria Petrolífera e Naval, Supressão de Áreas de Pesca, Assassinatos, Ameaças de Morte, Contaminação de Mangues e Mares – com a instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, mais de 23 mil famílias de pescadores artesanais vêm perdendo seus territórios pesqueiros. Desastres como o vazamento de oleoduto matou milhares de peixes, comprometendo a biota de toda a baía. Quatro pescadores artesanais foram assassinados e outros estão sob proteção. As comunidades pesqueiras estão ameaçadas com as constantes dragagens ilegais, mortandades de peixes por contaminação química, lançamentos de chorumes, pinturas e lavagens de porões de navios e rebocadores, vazamentos inúmeros de dutos de gás e óleo, manobras de grandes embarcações em áreas proibidas por lei para este fim (áreas de baixio), ameaças e disparos de armas de fogo oriundos de segurança em sede de terminais e píeres da Petrobras na Baía de Guanabara, repressão excessiva por militares da Marinha do Brasil

Tabela 9: Detalhamento dos conflitos no Rio de Janeiro (MPP, 2015)



Gráfico 14: Causadores de conflitos no estado do Rio de Janeiro (MPP, 2015)

AGENTE CAUSADOR DOS CONFLITOS IDENTIFICADO IN LOCO:
Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)
Odebrecht
COMPERJ
Petrobras
Milícias
Parceria Público-Privada (PAC I e II)
Off-shore

No Rio de Janeiro, pescadores da AHOMAR estão impedidos de regressar a Magé

Os pescadores Alexandre Anderson, Dayse Menezes e Maycon Alexandre Rodrigues, todos pertencentes ao Grupo Homens e Mulheres do Mar, estão impossibilitados de se deslocar para a cidade de Magé, onde foram criados e iniciaram a luta contra a degradação do meio ambiente na Baía de Guanabara por conta dos investimentos milionários da Petrobras.

Os três pescadores estão fora de Magé devido às

ameaças de morte que receberam caso não deixassem a região. Segundo Alexandre Anderson, presidente da Associação AHOMAR, já foram sete os atentados dos quais escapou juntamente com Dayse, que é também sua companheira. À época, eles foram incluídos no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH). Como medida de proteção estipulada pelo PPDDH, eles tiveram de abandonar a cidade com a promessa de que voltariam

dois meses depois com segurança, mas até hoje esta não concretizada. Desde então, vivem como clandestinos. Não sabem se um dia voltarão a Magé, sede da Associação dos Homens do Mar (Ahomar), da qual são dirigentes. A entidade está com as portas fechadas desde agosto de 2012.

Os pescadores acusam a Secretaria de Direitos Humanos de atuar em parceria com a Petrobras para mantê-los longe da região onde a empresa toca o maior investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), avaliado em US\$ 13,5 bilhões. O trio afirma que os telefonemas realizados a partir do PPDDH, ainda que eventualmente os tenham livrado da morte, mataram a resistência dos pescadores de sete municípios da Baía de Guanabara.

Com manifestações no mar e ações na justiça, a entidade virou obstáculo para a petroleira e seus fornecedores. Conseguiu, por exemplo, paralisar trechos de obras por onde passariam dutos de gás. Desde que foi lançado, em 2006, o complexo petroquímico virou uma usina de problemas para o governo federal: o orçamento inicialmente previsto dobrou e o início de sua operação está quatro anos atrasado.

“Para mim, quem mata não é só quem atira ou manda atirar. É também quem deixa atirar. Não tenho dúvida de que minha retirada foi determinada pela Petrobras. Houve um pedido político para que eu deixasse Magé”, afirma Alexandre, 43 anos, fundador e presidente da AHOMAR. “Já são mais de 550 dias longe de casa. Tenho de voltar com escolta e ser protegido enquanto perdurarem as ameaças e os acusados não forem presos”, reivindica. Para ele, as ameaças recebidas partem de empresas que prestam serviços à companhia petrolífera.

Manobra ou não, o fato é que atualmente não existe nenhuma resistência a esses investimentos, e até mesmo aqueles que são pagos com dinheiro público para fiscalizar as agressões ambientais, como é o caso do Instituto Chico Mendes, são desestimulados por meio de ações “politiqueiras” e obscuras, usadas como arma velada junto com transferências e outras formas de retaliação.

O caso dos pescadores de Magé coloca em questão um tema relevante sobre os limites do Programa de

Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Criado em 2004, o PPDDH tinha como objetivo principal, reivindicado pelas organizações da sociedade civil, ser o articulador de políticas públicas para atuar nas causas estruturantes das ameaças contra defensores/as de direitos humanos. Deveria, portanto, atuar em três dimensões principais: o combate à impunidade, o enfrentamento à violência e à criminalização e a garantia de um ambiente seguro para a atuação dos/as defensores/as (a proteção em si).

Dentre as medidas pensadas para a proteção, a retirada do/a defensor/a do seu local de atuação consistiria em medida excepcionalíssima, uma vez que sua saída representa o enfraquecimento da resistência e, em grande medida, o êxito do ameaçador. Contudo, por diversas razões, o PPDDH ainda não conseguiu cumprir o seu papel reivindicado pela sociedade, atendendo de fato aos interesses de defensores indígenas, quilombolas, pescadores e pescadoras ou qualquer lutador que se encontre com sua vida ameaçada nos mais diversos rincões desse país.

Pode-se dizer que uma das razões para isso está na própria implementação do programa no Brasil, que foi criado sem o aprofundamento conceitual e metodológico necessários, muito mais para dar uma resposta à morte da missionária Dorothy Stang do que para ser de fato uma política pública efetiva. Essa afirmação passa a ter substância quando verifica-se que até hoje uma das reivindicações das organizações de direitos humanos é a aprovação do marco legal e metodológico do PPDDH, que, prestes a completar 12 anos, ainda não tem uma metodologia própria e uma legislação que o institua.

Outra razão relevante está relacionada aos próprios limites de uma política pública se tornar efetiva quando é relegada a espaços de pouco peso político na estrutura do Estado ou é objeto de negociação política, ou ainda quando o Estado que diz ter interesse de proteger é o mesmo que executa ou se associa a empreendimentos que violam direitos humanos e ameaçam defensores e defensoras.

Contudo, não pode-se deixar de reconhecer que nesses 12 anos, apesar dos problemas relatados, o PPDDH representou avanços para a manutenção da

vida de muitos/as defensores/as de direitos humanos. Exatamente por essa razão, deveria ser tratada pelo Estado Brasileiro como uma política de alta densidade, para que de fato atenda aos reais interesses das pessoas que têm suas vidas ameaçadas. O caso de

Magé é ilustrativo e coloca a necessidade de que esse programa seja repensado com o conjunto da sociedade e dos defensores. Afinal, o processo de crise democrática pelo qual passa o país hoje põe em risco qualquer avanço nesse sentido.

Pescadores artesanais da Ilha da Madeira/RJ possuem território pesqueiro ameaçado

Por Alzení Tomáz / CPP



Foto: Embarcações de pescadores artesanais na Ilha da Madeira, em Itaguaí (Alzení Tomáz, 2015)

Cerca de 50 famílias de pescadores artesanais estão ameaçadas de serem expulsas da Ilha da Madeira, no município de Itaguaí/RJ. Realizado pela Odebrecht, que irá construir o estaleiro naval para a Marinha brasileira na praia de Itapuca, na região, um conjunto de obras chamado Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) vem sendo colocado em mar-

cha para produzir submarinos convencionais e movidos a propulsão nuclear.

Em conjunto com a intervenção da Odebrecht, empreendimentos de mineração e o turismo predatório já retiraram inúmeras famílias pesqueiras de seu território. Esses empreendimentos não consideram

a pesca artesanal, o que faz com que as comunidades pesqueiras da região procurem outras atividades econômicas para a sobrevivência.

A Associação de Pescadores Artesanais (APESCA), presidida pelo pescador Luciano Sena, vem atuando no território e ajuda na organização dos pescadores. No entanto, ela vem enfrentando problemas com a Colônia de Pescadores e a Federação das Associações, que perseguem os grupos pesqueiros e os impedem de ter acesso aos seus devidos direitos previdenciários.

“Disseram que a gente só tem até 2020 pra ficar aqui. E depois, o que vai ser da gente? E ainda temos problemas com a colônia. Só temos a associação para conseguir alguma coisa para os pescadores. Até a carteira de pesca e o seguro defeso eles só querem dar se tivermos a carteira da colônia. Acontece que a colônia é corrupta e os pescadores não acreditam mais nela”, denuncia a pescadora artesanal Camilla Pereira. A ilha está marcada pela presença do turismo e dos empreendimentos navais, que disputam espaço com a pesca artesanal.

Carta da AHOMAR para o CPP: A luta e a resistência da AHOMAR na Baía da Guanabara

A AHOMAR surgiu através da criação do Grupo Homens do Mar, em 2003, como um grupo de pescadores e pescadoras que buscavam já nesta época pôr respostas aos incontáveis impactos gerados por intervenções no mar e rios da Baía de Guanabara pela indústria do petróleo. Daí iniciou-se a luta e resistência que prossegue até hoje pelo direito dos pescadores artesanais e pela preservação do meio ambiente na Baía de Guanabara.

O grupo deu origem, em janeiro de 2007, à Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR, que assumiu a luta dos pescadores contra o descaso das empresas petrolíferas e de off-shore, responsáveis pelas obras causadoras de impactos negativos ao meio ambiente e, consequentemente, à pesca artesanal na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Em função das obras realizadas, inviabilizava-se a pesca na região, e as famílias dos pescadores ficavam sem seu sustento.

A luta da AHOMAR teve reconhecimento internacional, tornando-se um exemplo de organização e resistência. Com isso, foi simbolicamente importante para

muitas outras comunidades tradicionais do país que enfrentavam o mesmo tipo de problema. Por meio desta organização e mobilização dos pescadores, em 2010 criou-se o SINDPESCA-RJ, que ampliou seu espectro de luta para causa ambiental e amparo social aos pescadores.

A atuação na Baía da Guanabara propiciou à AHOMAR a participação em diversos Fóruns Ambientais, como a Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente – APEDEMA, na qual atualmente ocupa a Coordenação da Regional da Baía de Guanabara; o Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONEMA, onde participa da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental; e o Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – CONSEMAM, entidade-membro da Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA.

No estado do Rio de Janeiro, participa ainda, na qualidade de titular, do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e Sistemas Lagunares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; é entidade conselheira titular na gestão da Área de Proteção Ambien-

tal (APA) de Guapimirim e na Estação Ecológica da Guanabara – ESEC; membro da executiva estadual do Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil – MPP e do próprio Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras – CPP; ocupa vaga de titular no Conselho de Defesa e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro e no Comitê de Acompanhamento da Avaliação Ambiental Estratégica - AAE COMPERJ.

Na atuação pela defesa da pesca no estado do Rio de Janeiro e em nível nacional, é entidade referência para a defesa da pesca artesanal e do meio ambiente na região Sudeste do Brasil. Também está representada na diretoria do Sindicato dos Pescadores Artesanais e Pescadores Profissionais do Estado do Rio de Janeiro – SINDPESCA/RJ e na coordenação de grupo de entidades ligadas a pesca chamado Liga das Entidades da Pesca do Rio de Janeiro - LIPESCA-RJ.

Com tudo isso, os esforços da AHOMAR estão voltados ao fortalecimento da categoria dos pescadores artesanais e à democratizando das oportunidades para o maior número de pescadores, movimentos e associações comunitárias. A AHOMAR realiza ações de mobilização comunitária e de reforço institucional a outras entidades ligadas a comunidades tradicionais.

Por meio da AHOMAR e, a partir de 2010, com ajuda do SINDPESCA-RJ, o fundador Alexandre Anderson, juntamente com seus companheiros, diretores e lideranças da pesca, tem defendido os interesses de centenas de pescadores e de seus familiares que tiveram renda drasticamente diminuída devido à instalação dos gasodutos que os impedem de pescar. Essas famílias perderam até 80% de suas rendas e estão em situação de extrema dificuldade, porque não têm de onde tirar o sustento. A pesca sempre foi sua principal atividade e fonte de renda há muitas gerações.

A Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR se tornou uma destacada entidade de defesa dos Direitos Humanos e do Meio Ambiente e participa ativamente de diversos fóruns nacionais e internacionais. No mês de setembro de 2010, a AHOMAR, por meio de Alexandre Anderson, foi homenageada e premiada com a entrega da placa comemorativa pelos 25 anos da criação da APA de Guapimirim - ICMBio, pelo empenho e pelo trabalho no uso sustentável do meio ambiente e na mobiliza-

ção dos pescadores.

Em outubro de 2010, o diretor Alexandre Anderson também recebeu o troféu João Canuto de Direitos Humanos. No mês de novembro de 2010, Alexandre Anderson participou da mesa de abertura do Seminário Internacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, em Brasília/DF. Em março de 2011, participou como palestrante da 16ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas – ONU em Genebra, Suíça, denunciando as violações de direitos humanos e os crimes ambientais sofridos pelas comunidades tradicionais no Brasil. Em abril de 2011, recebeu a 23ª Medalha Chico Mendes de Resistência, entregue pelo deputado Chico Alencar.

No mês de agosto de 2011, Alexandre Anderson e sua esposa Dayse Menezes de Souza participaram de uma mesa sobre Racismo e Justiça Ambiental na Universidade do Grande Rio, a convite do Consulado Geral dos Estados Unidos, da UNIGRANRIO e do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA), compondo a mesa em companhia da diretora da Agência de Proteção Ambiental e ministra, Lisa P. Jackson, e do reitor da UNIGRANRIO, Arody Cordeiro Herdy. Alexandre recebeu do Jornal O Dia e da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro a 52ª Medalha Orgulho do Rio, pela batalha junto com seus companheiros pescadores pela defesa da pesca artesanal e do meio ambiente no estado.

Em dezembro de 2013, juntamente com outros nove Defensores dos Direitos Humanos, sob proteção do Governo Brasileiro, o pescador Alexandre Anderson recebeu como homenagem a publicação da sua história de vida no livro Dez Faces da Luta pelos Direitos Humanos no Brasil, realização das Nações Unidas no Brasil em parceria com as embaixadas do Reino Unido e dos Países Baixos, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Delegação da União Europeia no Brasil.

Atualmente, a AHOMAR representa oficialmente, nas searas administrativa e judicial, aproximadamente 4.200 famílias de pescadores, ribeirinhos e catadores de crustáceos atuantes nos 7 municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro que banham a Baía de Guanabara. Mesmo com uma redução comprova-

da da captura do pescado superior a 80%, por conta da ocupação industrial e de off-shore da Baía Guanabara, sem falar da poluição constante produzida, ainda muitas comunidades e famílias vivem exclusivamente da pesca artesanal.

Pesquisas mostram que mais de 70% do pescado consumido na região metropolitana do Rio de Janeiro vem da Baía de Guanabara, o que dá prova da importância não só social, cultural e ambiental, mais também econômica da atividade. A AHOMAR é uma entidade representativa que atua diretamente nas bases, que são as praias, ilhas, ilhotas e rios, e nesse contexto assume o dever de denunciar crimes de monta ambiental e social que vêm ocorrendo à sombra dos olhos da sociedade de bem e do poder público, o qual ainda age de modo omissivo e, em alguns casos, conivente com os causadores de poluição e infratores, favorecendo somente o grande capital.

A entidade utiliza hoje como nova ferramenta de luta as diligências feitas pelo mar e rios, chamadas de “patrulha da pesca”. Desta forma, apura e constata denúncias de toda monta, ocorrendo em lugares até então inalcançáveis, dando qualidade e forma às denúncias e representações encaminhadas junto ao poder público. O êxito destas denúncias e os retornos positivos alcançados geraram represálias e até mesmo mortes e atentados contra a vida das lideranças comunitárias, o que não foi suficiente para desanimar o trabalho realizado.

Graças a estas rotineiras diligências embarcadas, houve ações e flagrantes obtidos, foram constatadas e registradas dragagens ilegais, mortandades de peixes por contaminação química, lançamentos de chorumes, pinturas e lavagens de porões de navios e rebocadores, vazamentos inúmeros de dutos de gás e óleos, manobras de grandes embarcações em áreas proibidas por lei para este fim (áreas de baixio), ameaças e disparos de armas de fogo oriundos de segurança em sede de terminais e píeres da Petrobras na Baía de Guanabara, repressão excessiva de militares da Marinha do Brasil, etc. Todos os flagrantes se transformaram em denúncias formais feitas pela associação e foram encaminhadas aos órgãos de controle e justiça. Na maioria dos casos, com retornos favoráveis aos pescadores da AHOMAR.

Há um grande rol de ações judiciais em andamento, boa parte das quais tem resultado em liminares e pareceres favoráveis aos pescadores representados pela AHOMAR e pelo advogado Magno Neves. A entidade segue nesta luta de resistência, mesmo que tenha enfrentado nos últimos anos a fase mais cruel de todas. A da superação das ameaças, atentados, inúmeras tentativas de cooptação e os riscos iminentes de mortes. Mas o que mais se verifica hoje é a pressão política e institucional dos grandes consórcios de empresas transnacionais e multinacionais. A espécie de exílio imposta às lideranças da AHOMAR não impediu os avanços na luta e na defesa da Baía de Guanabara como um todo.

Prova disso é a notoriedade dada ao êxito do projeto Patrulha da Pesca, idealizado pela AHOMAR sem contar com recursos externos. O projeto recebe o apoio apenas dos próprios pescadores e dos diretores da associação, o qual garante a realização de diligências rotineiras no espelho d’água da baía e inclusive no interior dos rios que a banham. Nestas oportunidades, são visitadas as comunidades ribeirinhas e feitas as averiguações necessárias, de modo a verificar as inúmeras reclamações e denúncias oriundas daqueles que sempre estão no mar: os pescadores.

Além da aproximação feita com as comunidades tradicionais, a AHOMAR fortalece assim a sua representatividade, sem falar na legitimidade dada ao trabalho da associação. Os resultados são muitos, pois são produzidos materiais fotográficos, coletados depoimentos e averiguados documentos, informações que depois basearão as denúncias e representações, a fim de defender os direitos legais dos pescadores artesanais e o meio ambiente da Baía de Guanabara.

Em 2016, foram realizadas também várias reuniões e assembleias em praias e comunidades diversas na Baía de Guanabara, com exceção do município de Magé, onde está localizada a sede própria da associação, mas que atualmente segue fechada por questões de segurança ainda não solucionadas. Desde 1º de março de 2016, a AHOMAR voltou a atender aos associados em Magé, utilizando para isso um escritório instalado na Praia de Mauá. Como resultado, canteiros de obras ilegais foram fechados, lixões foram interditados e outras obras poluidoras e agentes públicos estão sendo investigados a partir das denún-

cias e ações formalizadas pela associação a partir do trabalho de monitoramento conjunto da baía.

Hoje talvez a AHOMAR seja a última resistência às ações poluidoras e destruidoras de direitos impostas à Baía da Guanabara. Com o lema “só trabalhos efetivos trazem resultados concretos”, a associação entende que ainda há muita luta a ser travada, mesmo após o fracasso do COMPERJ. Os povos tradicionais e inclusive as lideranças da AHOMAR continuam a

ser alvo daqueles que tentam transformar a baía em uma grande planta industrial. Afinal, os pescadores artesanais enxergam a Baía de Guanabara não como um ecossistema marinho, e sim como uma mãe que, por estar vendo o início de seu fim, há tempos chora a morte de seus filhos – os pescadores artesanais que tombaram na luta. O trabalho é cada vez mais perigoso para aqueles que o executam, mas ainda assim precisa ser feito.

Região litorânea de Alagoas

A Vila de Pescadores do Jaraguá é um dos exemplos de conflitos que envolvem pescadores artesanais ameaçados de expulsão de seus territórios pesquei-

ros tradicionais, por causa da política de desenvolvimento urbano da Prefeitura do Município de Maceió/AL.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERÍODO
1	Maceió/Al/Bairro Jaraguá	450	2012
TIPO DE CONFLITO	SITUAÇÃO	AGENTE CAUSADOR	
Empreendimento Turístico	Desapropriação de famílias tradicionalmente pesqueiras	Prefeitura Municipal	

Tabela 10: Detalhamento dos conflitos em Alagoas (CPP NE II, 2016)

Carta Aberta: em Defesa da Vila dos Pescadores do Jaraguá – Maceió/AL

Há mais de 60 anos no bairro do Jaraguá, assim denominado pelo antigo povo Tupi, às margens da Praia da Avenida, ao lado do Porto de Maceió, dezenas de famílias de pescadores constituem naquela área um espaço vital de moradia, de pesca enquanto instrumento de trabalho artesanal e ainda de resistência diante das adversidades sociais coexistentes no local. Ali, no Jaraguá, ou seja, na Vila dos Pescadores, essas famílias resistem e sonham com vida digna lutando com todas as forças para continuar na localidade, na qual muitos nasceram, cresceram e constituíram famílias vivendo diretamente do pescado. Ali, no dia-a-dia, contextualiza-se de forma arraigada a importância da oralidade, visto que a prática da pesca consolida aquele lugar enquanto patrimônio histórico-cultural e imaterial de extrema relevância para a sociedade alagoana.

É fato que, com o advento gradual do êxodo rural nas últimas décadas nas regiões que exploram a monocultura da cana-de-açúcar no interior do estado, famílias inteiras foram literalmente expulsas de suas terras, cuja diáspora forçada desencadeou o crescimento demográfico da capital e, por conseguinte, causou um processo de “favelização” desordenada, sufocando a grande periferia de Maceió, de forma que, conseqüentemente, também na “Vila” alguns desses se agregaram.

No entanto, tornou-se público e notório que, nos últimos meses, essas famílias estão vivenciando um momento de extrema insegurança, inclusive com contundentes ameaças por parte do poder público municipal, que anuncia a retirada de todos da área para a construção de uma “marina”, dentre outras

especulações.

Considerando a forma desrespeitosa cujas referidas famílias estão sendo tratadas pelos gestores de Maceió, com pressão psicológica e ameaça de expulsão, desconsiderando seus direitos constitucionais, sobretudo, ferindo sua cidadania.

Considerando que a Vila dos Pescadores há décadas tem sido desprovida de políticas públicas capazes de dignificar a estrutura física da área, a exemplo da falta de saneamento básico, de programa de habitação, saúde, lazer, etc., é evidente que, ao invés de serem expurgados da localidade, melhor seria que a prefeitura atendesse a determinação do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de “construir casas decentes de alvenaria no local de trabalho e moradia dos pescadores”. E mais, pronunciou o presidente: “O Cícero sabe melhor do que eu que aqueles barcos representam o trabalho deles e que, portanto, não devem ser removidos do lugar, da terra pátria que conquistaram, terras da União”.

Considerando que o real objetivo da investida contra o povo da Vila é a liberação da área para consolidar projetos que garantam um maior ganho econômico às elites, entendemos que os gestores municipais desrespeitam a Constituição da República de 1988 ao desconhecem a importância dos bens imateriais como “bens portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira”. Remover uma comunidade de seu meio ambiente, sob risco de destruição do patrimônio cultural imaterial ali constituído, certamente apontará os atuais gestores no mínimo como responsáveis de destruição da cultura. E isso é crime!

Considerando ainda que a comunidade legalmente representada por sua entidade associativa, a Associação dos Moradores e Amigos do Jaraguá (Amajar), reconhece que a atividade econômica e de subsistência que desenvolvem na localidade lhes garante a vida diária, e que em audiência pública na Câmara Municipal de Maceió realizada em 15 de dezembro de 2009, a comunidade afirmou sua decisão em permanecer no local. Entendemos que essa certeza ultrapassa os limites da Vila e do seio das famílias dos

pescadores, dentre outros, cuja abrangência dos que se fazem solidários à comunidade se dimensiona de forma imensurável.

Considerando que no processo de luta e resistência da VILA DOS PESCADORES, já passaram: arquitetos com projeto de urbanização da Vila (1995); parlamentares das três esferas de poder; Ministério Público Municipal, Estadual e Federal; Universidade Federal de Alagoas e faculdades privadas; Associação Comercial e entidades gestoras de cultura, arte e negócios do bairro; Confederação dos Pescadores; Movimento Nacional dos Pescadores. 600 Psicólogos de todo o país, que assinaram livro de apoio à resistência; bem como o presidente da República, que sobrevoou a Vila defendendo sua permanência; o Ministro da Pesca e Aquicultura, que visitou a Vila junto ao Coordenador da Pesca Artesanal e que inclusive recebeu comitiva da Vila cuja Associação dos Moradores apresentou pedido de posse coletiva da área junto à União.

Assim sendo, as entidades abaixo, reconhecendo a luta da comunidade, referendam esta CARTA ABERTA em favor dos Moradores da Vila dos Pescadores, ao tempo em que defendem que a PREFEITURA, ao invés de retirar a comunidade, deve realizar urgentemente um projeto de URBANIZAÇÃO e REVITALIZAÇÃO da área, com construção de casas e outros equipamentos que fortaleçam a comunidade, dignifiquem a vida de cada morador e proporcionem ao visitante um real sentimento de uma Maceió bela, receptiva, justa e igualitária.

Inspirados no exemplo de luta e resistência dos guerreiros quilombolas, sobretudo na coragem e determinação do Herói Nacional Zumbi dos Palmares, tornamos pública nossa decisão ao assinarmos este documento.

Assinam: CEPA-QUILOMBO; QUINTAL CULTURAL; ANAJÔ; ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA; EMATER; COLETIVO AFRO CAETÉ; NÚCLEO CULTURAL DA ZONA SUL; ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA ZONA SUL; Marluce Cavalcanti Santos; Pastor Welligton Santos (IB do Pinheiro); Parmênides Justino Pereira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Região litorânea de Santa Catarina

Os conflitos vivenciados pelas comunidades de pescadores e pescadoras artesanais são relativos à apropriação dos estoques pesqueiros pelos barcos industriais e os empresários da pesca, mas os conflitos

ocorrem também em função das disputas da prática do surfismo na região, o que vem provocando a perda dos territórios tradicionais da pesca artesanal.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIAS ATINGIDAS	PERÍODO
1	Santa Catarina/Município de Laguna/Comunidade Farol de Santa Marta	500	desde 2010
2	Santa Catarina/Município de Laguna/Comunidade Cigana	250	desde 2003
3	Santa Catarina/Comunidade Garopaba do Sul	500	desde 2005
TOTAL		1.250	
TIPO DE CONFLITO	SITUAÇÃO	AGENTE CAUSADOR	
Pesca Industrial, Conflitos com Surfistas, Especulação Imobiliária, Turismo Predatório, Privatização de Terras Públicas	A pesca industrial tem ameaçado os estoques pesqueiros, causando prejuízos aos pescadores artesanais; a prática dos surfistas em território pesqueiro tem causado confrontos e ameaças de privatização de áreas tradicionais de pesca. O turismo vem se expandindo, provocando especulação imobiliária e privatização de terras públicas	Embarcações industriais de pesca; Surfistas; Veranistas	
Carcinicultura	Destrução da vegetação nativa para o cultivo de camarão em cativeiro, causando também a privatização das águas e terras públicas	Fazendeiros locais	

Cultivo de Arroz em Escala Industrial; Mineração; Especulação Imobiliária	O cultivo industrial dos arrozais tem trazido prejuízo socioeconômico para os pescadores locais, a partir da privatização das terras e águas públicas e da contaminação das águas com agrotóxicos que provocam a mortandade do pescado. A atividade de mineração tem provocado supressão da vegetação nativa e poluição com o uso de produtos químicos para o clareamento de areia. Há avanço da especulação imobiliária por parte de veranistas, o que tem provocado disputa pelo território pesqueiro. Esses empreendimentos econômicos têm promovido a degradação de sítios arqueológicos (Sambaquis) existentes na região	Arrozeiros, fazendeiros locais, empresas de mineração particulares, veranistas, poder público local
---	---	---

Tabela 11: Detalhamento dos conflitos em Santa Catarina (MPP, 2016)

Nesta região da costa catarinense, situa-se o complexo que compreende as lagoas de Santo Antônio dos Anjos, Noca, Santa Marta Pequena, Santa Marta, Canto, Imaruí, Imbituba, Cigana, Camacho e Garopaba do Sul, localizadas entre os municípios de Laguna e Jaguaruna. Nesta região, foram deflagradas

lutas antagônicas na criação da Resex, sob o risco de estratégias de “ecologização” do território pesqueiro, trazendo outros conflitos que envolvem comunidades pesqueiras, empresas de mineração e outros interesses particulares. Nesta região, vivencia-se um longo processo de construção dos acordos de pesca.

Região litorânea do Espírito Santo

Os conflitos situados no Litoral Norte do Espírito Santo possuem um contexto relacionado aos impactos causados pela indústria petrolífera, que vem limitando a atividade pesqueira na região, além de causar profundas transformações no território, como é caso do crescimento demográfico, da pressão imobiliária, do desemprego, da maior demanda por serviços públicos (água, esgoto, energia). Também vêm causando transformações no ambiente marinho: ilumina-

ção das plataformas e embarcações petrolíferas que atrapalha a chegada dos peixes à costa; restrição da área de pesca no entorno das plataformas; aumento do tráfego de navios; ocorrência de atividades sísmicas que afastam os cardumes na região. Assim, a configuração do cenário conflituoso na localidade de Regência tem em vista os interesses antagônicos que estas atividades apresentam.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIAS	PERÍODO
1	Linhares/ES/Regência	25	desde 1970
TIPO	SITUAÇÃO DE CONFLITOS	AGENTE CAUSADOR	
Degradação Ambiental: mortandade de peixes e tartarugas, contaminação da terra e das águas; Extração de Petróleo; Expropriação de Terras Públicas; Ameaças, Intimidação, Violência Física e Psicológica. Balsas de transporte de eucalipto dificultam a vida da comunidade	Com a chegada da PETROBRAS, houve mortes de peixes e tartarugas, contaminação da terra e vários impedimentos aos costumes e à cultura do povo ribeirinho, que, impossibilitado de colher os frutos da terra, passou a depender de embarcações que o levasse para as águas mais profundas, em busca do sustento. Balsas que transportam eucalipto e passam pelas áreas de pesca destroem os materiais e as condições de trabalho dos pescadores. Cercamento de terras públicas impedem as passagens da comunidade. Há ainda a contração de capangas para destruição de moradias	Petrobras; Empresa União Ferragem e Montagem. representada pelo proprietário Edivan Santana	

Tabela 12: Detalhamento dos conflitos no Espírito Santo (MPP, 2016)

Nos estados de Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo, as ocorrências de conflitos socioambientais estão relacionadas, sobretudo, à indústria naval e petrolífera, à pesca predatória industrial, à mineração e aos empreendimentos turísticos, que trazem profundas consequências para 1.725 famílias de pescadores artesanais acompanhadas pelo CPP. Esses empreendimentos econômicos causam expulsão de

famílias dos territórios tradicionalmente pesqueiros, por meio de despejos, da degradação ambiental, ameaças de morte, restrição de acesso, contaminação das águas com produtos químicos, supressão da vegetação nativa, do esforço de pesca, da especulação imobiliária, aumento da violência e privatização das terras públicas.



Região Litorânea
da Bahia

Apresenta-se um contexto bastante complexo para as comunidades tradicionais pesqueiras do litoral baiano, marcado pela fase neodesenvolvimentista da sociedade brasileira. Essas comunidades estão ameaçadas pelo avanço dos grandes empreendimentos econômicos sobre seus territórios tradicionais. Trata-se de empreendimentos industriais, petroquímicos, turísticos, do agronegócio (monocultivo de bambus e eucaliptos) e aquícolas (carcinicultura – criação de camarão em cativeiro), que estão instalados ou em fase de implementação e provocam graves impactos sociais e ambientais nas comunidades.

Cabe ressaltar que essas comunidades são responsáveis por um patrimônio cultural material e imaterial de matriz africana e indígena que se reproduz secularmente e com significativa relevância cultural, eco-

nômica e social. Há séculos essas comunidades estabelecem uma relação de profundo respeito com os recursos naturais existentes.

Para contribuir com a análise do passivo ambiental decorrente de inúmeras fontes de conflitos socioambientais, um recorte dos últimos 45 anos de ocorrências foi realizado conforme mostra a tabela abaixo. Sublinha-se como caso emblemático o constante conflito provocado pela Marinha de Guerra do Brasil, iniciado na década de 1950 e que envolve as comunidades pesqueiras remanescentes de quilombo Rio dos Macacos (no município de Simões Filho) e Tororó (em Salvador). Ambas tiveram seus territórios reduzidos por causa da construção da Base Naval de Aratu e da Vila Militar.

Nº	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIAS	PERÍODO
1	Salvador/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo de Ilha de Maré	1500	desde 1980
2	Salvador/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo do Tororó	400	desde 1970
3	Simões Filho/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos	70	desde 1970
4	São Francisco do Conde/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo Porto D. João	70	desde 2009
5	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo de Enseada do Paraguaçu	300	desde 2010
6	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira Ponta de Souza	300	desde 1970
7	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo do Guai	200	desde 1970
8	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira de São Roque do Paraguaçu	1500	desde 1970
9	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira e Remanescente do Quilombo Salamina Putumuju	80	desde 1970
10	Maragogipe/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo do Angolá	1500	desde 1970
11	Maragogipe/BA - Comunidade pesqueira remanescente de quilombo Enseada do Paraguaçu	400	desde 1970
12	Cachoeira/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo Santiago do Iguape	1400	desde 1970
13	Cachoeira/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo do Boqueirão - São Francisco do Paraguaçu	1300	desde 1970

14	Santo Amaro/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo de São Braz	500	desde 2008
15	Santo Amaro/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo da Cambuta	1500	desde 1960
16	Santo Amaro/BA - Comunidade Pesqueira Remanescente de Quilombo de Acupe	2000	desde 1985
17	Santo Amaro/BA - Comunidade Pesqueira de Itapema	250	desde 1985
18	Salinas da Margarida/BA - Comunidade Pesqueira de Conceição	800	desde 2012
19	Salinas da Margarida/BA - Comunidade Pesqueira de Encarnação salinas	1250	desde 1985
20	Salinas da Margarida/BA - Comunidade Pesqueira de Cairu	600	desde 2012
21	Saubara/BA – Cabuçu	1200	desde 1990
22	Saubara/BA - Comunidade pesqueira de Bom Jesus dos pobres	1100	desde 1990
23	Cairu/BA/ Comunidade Remanescente de Quilombo Batateira – Ilha de Tinharé	25	desde 2008
24	Comunidade Pesqueira Cova de Onça	300	desde 2012
25	Resex Canavieiras	1500	desde 2005
26	Ilhéus	10000	desde 2010
27	Resex Corumbau	400	desde 2000
28	Jandaíra/BA - Comunidade Pesqueira de Abadia	900	desde 2000
TOTAL		31.345	



Gráfico 15: Principais conflitos identificados no Litoral da Bahia (Pesquisa, 2015)

Os conflitos iniciados entre os anos 1970 e 1985 situavam-se no contexto do governo militar que teve como característica a imposição de uma política econômica de cunho nacionalista e desenvolvimentista, se configurando como um momento intenso de perseguição aos movimentos sociais e de profundo descaso com a preservação dos recursos ambientais.

A criação da Barragem da Pedra do Cavalo (1970), construída pelo governo militar, alterou significativamente o ecossistema da Baía do Iguape, ocasionando impactos sociais, ambientais e econômicos em diversas comunidades tradicionais pesqueiras e remanescentes de quilombo localizadas nos municípios de Maragogipe e Cachoeira.

Como é possível observar no gráfico abaixo, os conflitos identificados ao longo do litoral baiano são especialmente provocados pelo avanço dos grandes empreendimentos econômicos, dentre os quais destacamos: a indústria naval, a indústria petroquímica,

implantação de empreendimentos turísticos, a carcinicultura e a construção de barragens.

Em 28 comunidades, se verifica a ocorrência de uma forte especulação imobiliária em terras públicas e, conseqüentemente, o impedimento de acesso da população local aos espaços tradicionalmente utilizados para a pesca artesanal e o extrativismo da floresta. Essas comunidades identificam que os grandes empreendimentos têm sido os principais responsáveis pelos altos índices de degradação ambiental, provocando inclusive a contaminação por metais pesados e outras substâncias químicas dos recursos naturais e da própria população local.

Embora os conflitos tenham sua origem e reincidência associadas a um conjunto de empreendimentos citados, cada comunidade vivencia suas conseqüências de forma peculiar, conforme se observa no quadro de situações publicado abaixo:

IDENTIFICAÇÃO	TIPOS DE CONFLITOS E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO
Ilha de Maré	Atividade Portuária; Indústria Petroquímica; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Pesca com Bombas – os empreendimentos poluem o meio ambiente e causam mortalidade de peixes e dos mariscos e atingem a saúde da população, causando doenças como o câncer. As árvores da ilha estão morrendo com a poluição da atmosfera e da água, assim como o manguezal. Com a chegada dos empreendimentos industriais e dos portos, iniciou-se as práticas de prostituição de mulheres e crianças, assim como o consumo e o tráfico de drogas. Depois da chegada destes empreendimentos, observou-se uma insegurança muito grande nas comunidades da Ilha de Maré e o aumento da violência
Tororó	Violência da Marinha; Indústria Petroquímica; Ameaça de Expulsão; Degradação Ambiental; Privatização de Terras Públicas; Atividades Portuárias – perseguida pela Marinha, essa comunidade é impedida de acessar seus espaços de reprodução física e cultural. A juventude sofre constantes violências e ameaças quando realiza a pescaria. Essa comunidade sofre impactos socioambientais provocados pelo Porto de Aratu, pela indústria Moinho Dias Branco e pela instalação de estaleiros navais e portos particulares (Ford) em seu território tradicional
Rio dos Macacos	Violência da Marinha; Barragem; Ameaça de Expulsão; Degradação Ambiental; Privatização de Terras Públicas – nos últimos anos, esta comunidade tem sido vítima da ação violenta da Marinha de Guerra do Brasil. Já foram denunciados diversos atos de violência física e psicológica contra os moradores. A Marinha ingressou com ação judicial para despejar a comunidade e restringe o acesso aos locais de moradia e de trabalho (pesca e extrativismo)

Porto D. João	Especulação Imobiliária; Ameaça de Expulsão; Remoção de Moradores; Degradação Ambiental; Exploração de Petróleo; Ação Judicial Ingressada pela Prefeitura; Tentativa de Homicídio – a comunidade pesqueira e quilombola de Porto de D. João desde 2009 vem sofrendo perseguição por parte da prefeitura e de fazendeiros locais interessados em removê-la para implantar empreendimentos turísticos na localidade. Já houve diversas estratégias para expulsar a comunidade do seu território tradicional, a exemplo da criminalização de lideranças; suspensão de políticas públicas básicas; intimidações e remoções, dentre outras violências físicas e psicológicas. A prefeitura pretende criar uma pista de automobilismo em parceria com a Associação Baiana de Automobilismo, e ingressou com ação judicial solicitando a suspensão da certificação quilombola da comunidade e a paralisação dos Estudos Técnicos de Identificação e Demarcação do Território que vinham sendo realizados pelo INCRA
Enseada do Paraguaçu	Privatização de Terras Públicas; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Indústria Naval; Restrição de Acesso; Supressão de Mata Atlântica, especialmente de manguezal – são identificados dois grandes conflitos: o derramamento excessivo de água doce, produzido pela hidrelétrica da VOTORANTIN, e a instalação do polo naval na região. O primeiro vem matando os peixes, crustáceos e moluscos. Quando a água doce é liberada no estuário marinho, leva um tempo para baixar e os pescadores ficam sem poder pescar por um bom tempo até que toda a água seque. Porém, a lama fica de um jeito que não se cria nada por certo tempo e as comunidades sobrevivem com o mínimo até que o mar seja repovoado pelas espécies. A construção do polo naval em uma área de trabalho de muitas pescadoras e pescadores gera indignação nas comunidades, pois o empreendimento está destruindo os locais onde estas/es trabalham e retiram seu sustento. A construção do estaleiro naval vem causando a supressão de manguezais, gerando uma situação prejudicial aos pescadores e pescadoras
Ponta de Souza	Indústria Naval; Barragem Pedra do Cavalo; Hidrelétrica da Votorantim; Ocupação Desordenada; Supressão de Manguezais – a empresa Estaleiro do Paraguaçu está construindo um polo naval na região, causando um profundo impacto socioambiental nas comunidades pesqueiras. A Votorantim produz energia na Barragem da Pedra do Cavalo e provoca a dessalinização das águas do Rio Paraguaçu, acarretando alterações na fauna e na flora. A comunidade tem sofrido as consequências da ocupação desordenada e do aumento da violência na região
Guai	Privatização de Terras Públicas; Especulação Imobiliária (fazendeiros); Degradação Ambiental; Monocultivo de Eucalipto; Indústria Naval; Restrição de Acesso; Mineração (pedreira) – essa comunidade vem sofrendo com os conflitos fundiários na região. Há uma forte pressão de fazendeiros locais que têm o interesse em expulsar as famílias dos seus territórios tradicionais. Nos últimos anos, observa-se o avanço da monocultura do eucalipto e o uso intensivo de insumos agrícolas nocivos à saúde e ao meio ambiente. A indústria da mineração produziu prejuízos sociais e ambientais graves e há expectativas de expansão dessa atividade
São Roque do Paraguaçu	Privatização de Terras Públicas; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Indústria Naval; Restrição de Acesso – por conta do avanço da indústria naval na região, essa comunidade tem sido alvo direto da especulação imobiliária e da ocupação desordenada. Áreas imensas de manguezais foram suprimidas e houve restrição de acesso a espaços tradicionalmente utilizados pela comunidade pesqueira. Observa-se o aumento desenfreado da prostituição, tráfico de drogas, degradação ambiental e outras mazelas socioambientais

Salamina Putumuju	Degradação Ambiental; Indústria Naval; Barragem da Pedra do Cavalo – a comunidade tem sido alvo do avanço do narcotráfico, consequência direta da chegada do polo naval à região
Angolá	Indústria Naval; Hidrelétrica Votorantim – essa comunidade localiza-se na sede do município de Maragogipe e tem sido vítima do aumento do narcotráfico, decorrente da expansão da indústria naval
Enseada do Paraguaçu	Privatização de Terras Públicas; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Indústria Naval; Restrição de Acesso – essa comunidade está sendo esmagada pela implantação da indústria naval em seu território pesqueiro/quilombola. Vários hectares de manguezais foram suprimidos; fontes, nascentes e rios, destruídos. A presença do estaleiro e a pressão de fazendeiros locais inviabilizam o processo de regularização fundiária dessa comunidade remanescente de quilombo
Santiago do Iguape	Privatização de Terras Públicas; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Indústria Naval; Restrição de Acesso; Forte Conflito Fundiário – além dos graves conflitos provocados pela indústria naval, essa comunidade sofre com a forte pressão dos fazendeiros (cercamento de espaços tradicionalmente utilizados para o trabalho – pesca e extrativismo), com a contaminação da população por dejetos químicos lançados pela indústria do couro e a dessalinização das águas do Paraguaçu pela hidrelétrica da Votorantim
São Francisco do Paraguaçu	Privatização de Terras Públicas; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Indústria Naval; Restrição de Acesso; Forte Conflito Fundiário – desde que a comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, os fazendeiros ingressaram com diversas ações judiciais. Além dos graves conflitos provocados pela indústria naval, essa comunidade sofre com a forte pressão dos fazendeiros (cercamento de espaços tradicionalmente utilizados para o trabalho – pesca e extrativismo) e com a contaminação da população por dejetos químicos lançados pela indústria do couro
São Braz	Especulação Imobiliária; Degradação Ambiental; Contaminação da População; Monocultura do Bambu; Monocultura do Eucalipto; Privatização de Terras Públicas; Empreendimentos Turísticos – essa comunidade tem sido alvo da forte especulação imobiliária associada à indústria do turismo de massa. O território tradicional da pesca e do extrativismo de frutas (cajá, jenipapo, goiaba, manga, etc.) está ameaçado pela fábrica de papel que vem jogando produtos químicos na maré, destruindo os mariscos e peixes no manguezal e no mar
Cambuta	Especulação Imobiliária; Degradação Ambiental; Contaminação da População por Metais Pesados; Monocultura do Bambu; Privatização de Terras Públicas; Empreendimentos Turísticos – essa comunidade sofre as consequências da produção de lingotes de chumbo pela empresa COBRAC, responsável pela contaminação dos recursos naturais e da população local por metais pesados, especialmente o referido chumbo e o cádmio. Além disso, a fábrica de papel e celulose chamada de PENHA S/A continua lançando dejetos químicos no estuário do Rio Pitinga, comprometendo a flora e a fauna locais

Acupe	Especulação Imobiliária; Degradação Ambiental; Monocultura do Eucalipto; Privatização de Terras Públicas; Empreendimentos Turísticos; Carcinicultura; Impedimento de Acesso aos Espaços Tradicionais de Pesca – conflito com empresários do ramo do turismo que querem se apropriar das ilhas. As ilhotas são área de pesca e lazer das comunidades, e os empresários estão impedindo o acesso a elas por meio da ação de seguranças armados, animais de guarda e até de construção de muros no manguezal. Já o empreendimento da Bahia Pesca Carcinicultura tem provocado a destruição de manguezais e apicuns para a construção de viveiros de camarão. Quando se faz a lavagem dos tanques de camarão, espalham-se produtos químicos no manguezal, matando os mariscos e peixes, afetando principalmente a espécie de peixe chamada “Miroró” ou “Mirin”
Itapema	Especulação Imobiliária; Degradação Ambiental; Privatização de Terras Públicas; Empreendimentos Turísticos; Carcinicultura; Impedimento de Acesso aos Espaços Tradicionais de Pesca – a pacata comunidade de Itapema vem sofrendo com o avanço da especulação que tem como propósito privatizar espaços utilizados pela comunidade para a prática do extrativismo e da pesca. Várias empresas ligadas ao ramo de resorts estão se apropriando dessas áreas e construindo empreendimentos turísticos. Há suspeita de que esses empreendimentos estejam associados ao processo de privatização e descaracterização das ilhotas localizadas próximas à comunidade
Conceição de Salinas	Degradação Ambiental; Privatização de Terras Públicas; Impedimento de Acesso a Locais de Trabalho; Empreendimentos Turísticos; Indústria Naval – um fazendeiro e seus prepostos têm promovido atos de violência contra a Comunidade Pesqueira de Conceição de Salinas. Utilizando da força e truculência, o referido fazendeiro tocou fogo, pela terceira vez, nas plantações (roças), apetrechos de pesca (redes, muzuas) e nas casas de pesca que guardavam materiais diversos. Esta estratégia visa descaracterizar o uso coletivo e histórico deste espaço pela comunidade, tendo como claro objetivo se apropriar da área para a construção de empreendimentos turísticos. A comunidade sempre utilizou essa área para o desenvolvimento de atividades socioeconômicas e culturais (agricultura familiar, extrativismo de frutas e pesca artesanal). Além de garantir a segurança alimentar de centenas de famílias remanescentes de quilombo, o local sempre foi utilizado como uma das principais áreas de lazer e atracadouro de canoas e embarcações de pequeno porte da comunidade
Encarnação de Salinas	Degradação Ambiental; Carcinicultura; Privatização de Terras Públicas; Impedimento de Acesso a Locais de Trabalho; Empreendimentos Turísticos; Indústria Naval; Mineração (extração de areia) – a Comunidade Pesqueira de Encarnação de Salinas sofre os impactos socioambientais decorrentes da carcinicultura, da indústria naval e também da extração de areia (prática muito recorrente na região). A carcinicultura produzida por pequenos empresários e políticos locais ligados à empresa MARICULTURA VALENÇA tem produzido um passivo ambiental de grande monta. Além de se apropriar de áreas de preservação permanente (manguezais e apicuns), a produção de camarão em cativeiro lança muitos dejetos químicos no estuário, trazendo graves consequências à fauna, flora e à saúde da população local. Muitas marisqueiras sofrem problemas sérios de saúde, a exemplo do surgimento de um grande índice de mulheres com câncer

Cairu	Degradação Ambiental; Privatização de Terras Públicas; Impedimento de Acesso a Locais de Trabalho; Indústria Naval – localizada próximo à construção do estaleiro naval, essa comunidade tem sofrido com o crescimento da especulação imobiliária e com a chegada do tráfico de drogas
Cabuçu	Empreendimentos Turísticos; Especulação Imobiliária; Privatização de Terras Públicas; Pesca com Bomba – essa comunidade tem sido alvo da forte especulação imobiliária associada à indústria do turismo de massa. Muitas famílias pesqueiras foram forçadas a se deslocar para áreas distantes da maré e dos locais de pesca. A comunidade é conhecida como a Praia de Feira de Santana, em razão da presença de grande fluxo de turistas e veranistas deste município no local
Bom Jesus dos Pobres	Indústria Naval; Especulação Imobiliária; Empreendimento Turístico; Privatização de Terras Públicas; Pesca com Bomba – por conta do grande número de veranistas, muitas famílias de pescadores foram deslocadas para o interior da comunidade, dificultando a realização das atividades pesqueiras. A presença da indústria naval e o aumento da especulação imobiliária associada à privatização das terras públicas colocam em risco o desenvolvimento da pesca artesanal
Batateira – Ilha de Tinharé	Especulação Imobiliária; Privatização de Terras Públicas; Tentativa de Remoção; Desmatamento de Mata Atlântica; Ameaça de Morte – conflito com um suposto fazendeiro que alega ser dono das terras que o quilombo habita há mais de 100 anos. Ocorrência: violência física (material) e verbal (simbólica); derrubada de casas, agressões físicas e ameaça à integridade física e moral de lideranças comunitárias
Cova de Onça	Empreendimentos Turísticos – um empreendimento de 16 km ocupa 20% da Ilha de Boipeba e causa um grande impacto ambiental, social, cultural e geográfico. O empreendimento Ponta dos Castelhanos pretende se instalar na comunidade de Cova da Onça, impactando também outras comunidades, como Velha Boipeba, Monte Alegre (comunidade quilombola) e Moreré, com isso avançando no processo de ocupação de áreas sem deixar espaço para a expansão da comunidade. O empreendimento fecha caminhos tradicionais, limita os espaços de pesca, mariscagem e extrativismo das comunidades e ameaça de expulsão os moradores das áreas tradicionais
Resex Canavieiras	Carcinicultura; Impedimento de Acesso aos Locais de Trabalho – há um forte conflito entre criadores de camarão e os extrativistas. Os fazendeiros de camarão privatizaram terras públicas e impediram o acesso da população local em áreas de trabalho tradicional, além de deixarem um grande passivo ambiental sobre o ecossistema local. As comunidades intensificaram a luta em defesa do território. Houve diversas denúncias e incidências junto aos órgãos ambientais, Ministério Público e intercâmbios com outras comunidades atingidas. A criação da Resex foi uma estratégia eficaz para impedir que houvesse ampliação da criação de camarão na região

Ilhéus	Indústria Portuária; Porto; Empreendimentos Turísticos; Degradação Ambiental; Impedimento de Acesso – o governo do estado da Bahia pretende construir o Porto Sul, associado à Ferrovia Leste-Oeste, no intuito de favorecer o escoamento de minérios de ferro e de commodities produzidas pelo agronegócio, dentre outros serviços portuários. Esse empreendimento trará um gravíssimo passivo socioambiental para a região
Resex Corumbau	Impedimento de Acesso Aos Locais de Trabalho; Barcaças da Veracel Celulose; Empreendimento Turísticos – com a chegada dos hotéis dos fazendeiros à região, os acessos às ilhas, mangues, praias, etc., foram fechados com cercas, o que vem dificultando a prática extrativista da captura do caranguejo. Na RESEX Marinha de Corumbau, vem ocorrendo um conflito com as barcaças da Veracel Celulose porque as rotas destas atravessam o território dos pescadores artesanais, o que provoca a destruição dos apetrechos de pesca ou mesmo a ocorrência de acidentes com as embarcações dos pescadores e pescadoras artesanais
Abadia	Privatização de Terras Públicas; Cercamento dos Manguezais; Carcinicultura; Impedimento de Acesso aos Locais de Trabalho – essa comunidade vem sendo fortemente impactada pela criação extensiva de camarão em cativeiro. Além do impacto ambiental, a comunidade é impedida de acessar seus locais tradicionais de trabalho. A carcinicultura privatiza áreas de manguezais e apicuns e promove a contaminação do estuário com os produtos químicos que são utilizados na produção

Tabela 13: Quadro de detalhamento dos conflitos a partir das narrativas locais (Pesquisa CPP, 2016)

Como se observa no gráfico seguinte, os principais causadores de conflitos socioambientais nas comunidades pesqueiras são as empresas privadas, as empresas públicas e os fazendeiros locais. Cabe ressaltar que, na maioria dos casos, as empresas privadas recebem diversos incentivos dos bancos públicos e subsídios dos governos locais, estadual e federal para realizarem suas atividades.

tar que, na maioria dos casos, as empresas privadas recebem diversos incentivos dos bancos públicos e subsídios dos governos locais, estadual e federal para realizarem suas atividades.

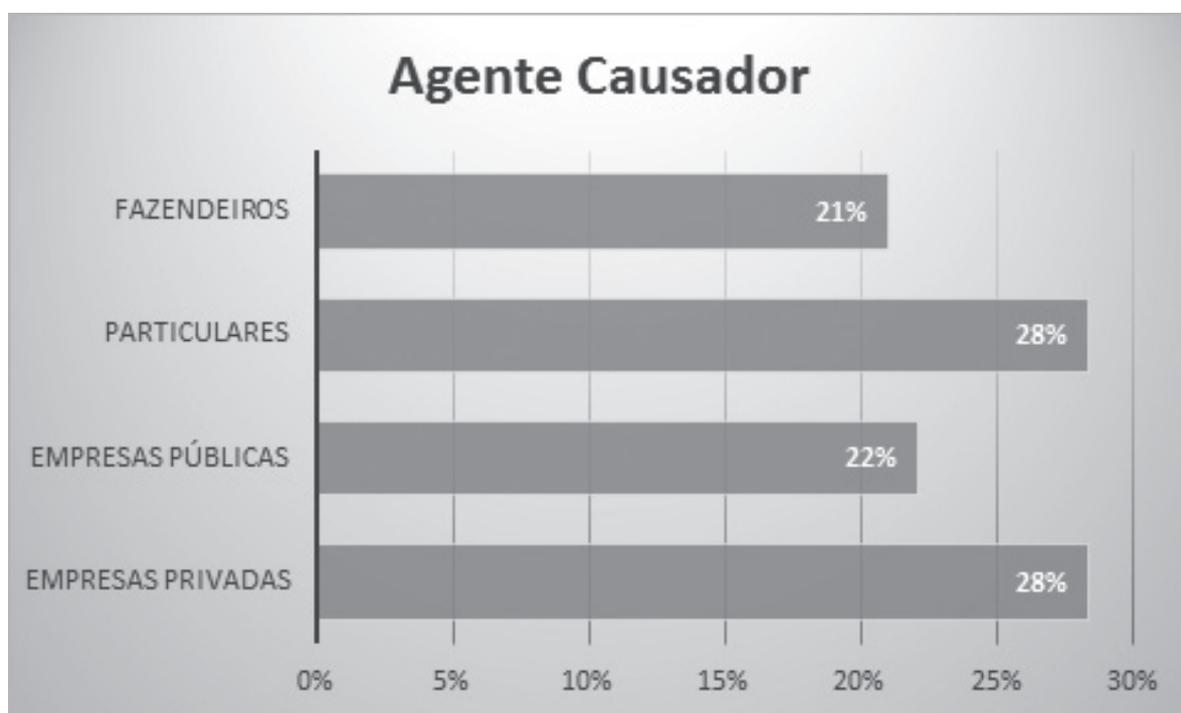


Gráfico 16: Agentes causadores de conflitos (Pesquisa, 2016)

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

- Organização e mobilização comunitária;
- Incidência nos órgãos públicos;
- Visibilidade: ampla divulgação das situações de violência praticadas por parte dos fazendeiros;
- Utilização das redes sociais – internet;
- Realização de articulações e parcerias.

Grupos apoiadores e parceiros
MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia
CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores
CDCN – Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia
GEOGRAFAR/UFBA
MarSol/UFBA
Associação de pescadores/as das comunidades
Grupo de pesquisa em etnobiologia - UEFS
Grupo de pesquisa Mito - UFRB
Departamento de Ciências dos Alimentos - Escola de Nutrição/UFBA



Monstro dronado
Saldado encapuzado
Fuzil direcionado
Lagarta - milho roubado
Plantação sonhada - suada
Violência continuada
Feijão encarecido - vida dilacerada
Luta que continua
Esperança que ressurgue
Quilombo que não se cala...

Zumbi

Nota de repúdio contra a reintegração de posse na Comunidade Remanescente Quilombola Rio dos Macacos

27 de fevereiro de 2012

**SOMOS
QUILOMBO
RIO DOS
MACACOS**



No balanço de fim de ano: violação aos direitos das Comunidades Quilombolas pela Marinha do Brasil

Encerramos o ano de 2011 com um balanço de violação dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. A Marinha, como inimiga histórica da população negra do Brasil – vide o exemplo da Revolta da Chibata, em 1910, e, 100 anos depois, os recentes eventos ocorridos em Alcântara, no Maranhão, em Marambaia, no Rio de Janeiro, e, agora, no Quilombo Rio dos Macacos, Bahia, onde mais uma vez o Ministério da Defesa, através da Marinha, corre o risco de responder numa corte internacional dada a situação de violações composta por um repertório que passa desde o impedimento de crianças irem à escola até a negação de socorro a pessoas centenárias. No território quilombola do Rio dos Macacos, oficiais da Marinha estão diretamente implicados em casos que

levaram até mesmo a óbito.

Se tem uma expressão entre os poderes no Brasil que não reconhecemos são as Forças Armadas, que se constituíram no país desde o início do século XIX com a missão de caçar negros e indígenas, impedindo qualquer forma de organização política destes dois segmentos. Ao longo do século XX, esta mesma instituição se articulou e cresceu no Brasil, sustentada por três pilares: trata-se de uma organização patrimonialista, sectária e focada na estratégia de guerra a partir da qual a maioria da população é tratada como inimiga. Só por isso foi possível atravessarmos o século XX com intervalo de democracia e realidade de ditadura, pois o último princípio de sustentação

das Forças Armadas no Brasil conta com o elemento de ausência de qualquer mecanismo de diálogo e controle social por parte da população.

Portanto, o que está acontecendo em Rio dos Macacos coloca a Marinha em rota de colisão com a sociedade democrática de direitos, na qual todas as instituições do Estado estão funcionando. A Marinha, enquanto instituição anunciada em sua missão de defesa, tem atuado constantemente na violação de direitos humanos dessa e de outras comunidades que por gerações inteiras lutaram para os conquistar, implicando na negação dos direitos de ir e vir, de expressão, de organização política, de acesso aos serviços básicos, como educação e saúde, do modo de ser e fazer das comunidades que habitam secularmente essas localidades e que tiveram seus territórios invadidos nos últimos 50 anos.

Nos últimos meses, como forma de enfrentar a organização política da comunidade Rio dos Macacos e a solidariedade de muitos grupos da Bahia e do Brasil, a Marinha protagonizou inúmeras ações violentas, a exemplo do assédio diário à comunidade com dezenas de fuzileiros armados; invasão de domicílios, atentando contra os direitos das mulheres; uso ostensivo de armamento exclusivo das Forças Armadas, criando verdadeiros traumas em crianças, adolescentes e idosos, que tiveram casas invadidas e armas apontadas para as suas cabeças; e impedimento das atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas pela comunidade, como a agricultura e a pesca de subsistência, como forma de inviabilizar a permanência no território.

Um saldo desse conflito desigual se evidencia no grande número de crianças, adolescentes e adultos que foi impedido ou forçado a desistir de frequentar a escola. Na comunidade de Rio dos Macacos, dois fuzileiros ficavam de prontidão num ponto denominado pela comunidade como “barragem” para impedir a saída e entrada de pessoas, e quem insistia era espancado, preso e humilhado publicamente como castigo exemplar. Desde a década de 1970 que mais de 50 famílias foram expulsas do território e se mantém o alto nível de hostilidade às que permaneceram resistindo no local.

A disputa não se dá apenas no campo objetivo, pois a

Marinha, ao destruir dois terreiros de Candomblé em Rio dos Macacos, também estabeleceu uma guerra contra a sustentação simbólica, que incide diretamente no ataque à memória, à cultura e às tradições, elementos fundamentais à identidade quilombola. Neste ponto, a Marinha viola todos os protocolos internacionais assinados pelo Brasil, a exemplo da Declaração de Durban, resultante da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, realizada na África do Sul, em 2001.

Diante da ampla mobilização e de denúncias tão contundentes, diferentes órgãos e instâncias da administração pública do Governo Federal (SEPIR, FCP, AGU, PGF, PGU, MDA, INCRA, MINISTÉRIO DA DEFESA E SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA), implicados na garantia dos direitos das comunidades quilombolas – previstos no artigo 68 dos atos das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, que garante que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os respectivos títulos”, regulamentado no decreto 4887/2003, em conformidade com a Convenção 169 da OIT –, tomaram como decisão realizar imediatamente o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que é uma peça técnica fundamental para que a presença da comunidade no território seja entendida pelos poderes públicos.

Estranhamente e de forma arbitrária, a Marinha achou-se no direito de impedir um órgão da administração federal, o INCRA, de cumprir com o dever constitucional e o acordo institucional firmado no dia 3 de novembro de 2011. No dia 9 de dezembro, a Marinha anunciou que não ia permitir a entrada dos técnicos do INCRA no local, alegando que as ações daquele órgão no sentido de realizar os estudos necessários à regularização das terras dos quilombolas e, assim, cumprir com o que manda a Constituição seriam incompatíveis com o interesse público. Leia-se: incompatíveis com o interesse de ampliar a Vila dos Militares.

Desta forma, enquanto a presidenta da República descansa sem talvez saber o que se passa a poucos metros da caserna, guarnecida pelo aparato militar, também o INCRA e seus servidores estão sob ameaça, pois a Marinha promete utilizar “dos meios per-

mitidos em regulamento para inibir qualquer prática atentatória à perda das garantias de manutenção da Dominialidade Federal da região”, barrando com isso o processo de realização dos direitos constitucionais da comunidade.

Por todo o relato acima, exigimos providências imediatas por parte da Presidenta da República e pelo Ministro da Defesa para o fim da violação dos direitos humanos, pela garantia dos direitos quilombolas e pela imediata regularização fundiária do Território da Comunidade Quilombola Rio dos Macacos!!!

Assinam:

Comunidade Quilombola do Rio dos Macacos; Co-

munidades Quilombolas do Recôncavo: Alto do Tororó, São Francisco do Paraguaçu, Giral Grande, Tabatinga, Guerém, Porto da Pedra, Salaminas-Putumuju, Santiago do Iguape, Bananeiras, Maracanã, Porto dos Cavalos, Praia Grande, São Braz, Cambuta, Acupe de Santo Amaro; Conselho Quilombola da Chapada; Movimento de Pescadores e Pescadoras; Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra da Bahia – CDCN; Articulação em Políticas Públicas da Bahia; Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais – AATR; Conselho Pastoral dos Pescadores; FASE-BA; GT Combate ao Racismo Ambiental; Núcleo de Negras e Negros da UFRB – NNNE; Coletivo Aqüenda de Diversidade Sexual; Campo Barricadas Abrem Caminhos.

Casas de Pesca construídas há séculos pelos pescadores quilombolas da Comunidade Monte Recôncavo são incendiadas criminosamente



Foto: Casa de pescador quilombola em incêndio criminoso (Arquivo CPP, 2015)

Na madrugada do domingo, 25/05/14, na comunidade pesqueira remanescente de quilombo do Monte Recôncavo, no município de São Francisco do Conde/BA, seis Casas de Pesca repletas de apetrechos de trabalho foram criminosamente destruídas e incendiadas. O delito trouxe prejuízos graves a centenas de famílias de pescadores que sobrevivem da atividade pesqueira tradicional.

Localizadas no Porto da Caeira, as Casas de Pesca serviam de abrigo e depósito de instrumentos de pescaria (redes diversas, linhas, chumbo, boias, remos, grozeiras, munzuais, anzóis, arpões, etc.) em razão da distância de 2 km entre a comunidade localizada no topo do monte e o porto.

Com muitas lágrimas, revolta e tristeza no olhar, os pescadores lamentaram o ocorrido visto que as Casas de Pesca existem há várias gerações e os apetrechos de pesca (instrumentos de trabalho) foram conquistados cumulativamente com muita luta e suor. O

prejuízo econômico causado é de aproximadamente R\$ 70.000,00, sem contar as futuras dificuldades para assegurar o sustento das famílias.

Há suspeitas de que o incêndio tenha sido criminoso e de que se trate de uma retaliação de fazendeiros locais em razão da recente visita técnica do INCRA e da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) à área para viabilizar a identificação das terras da União com o objetivo de regularização fundiária do território quilombola.

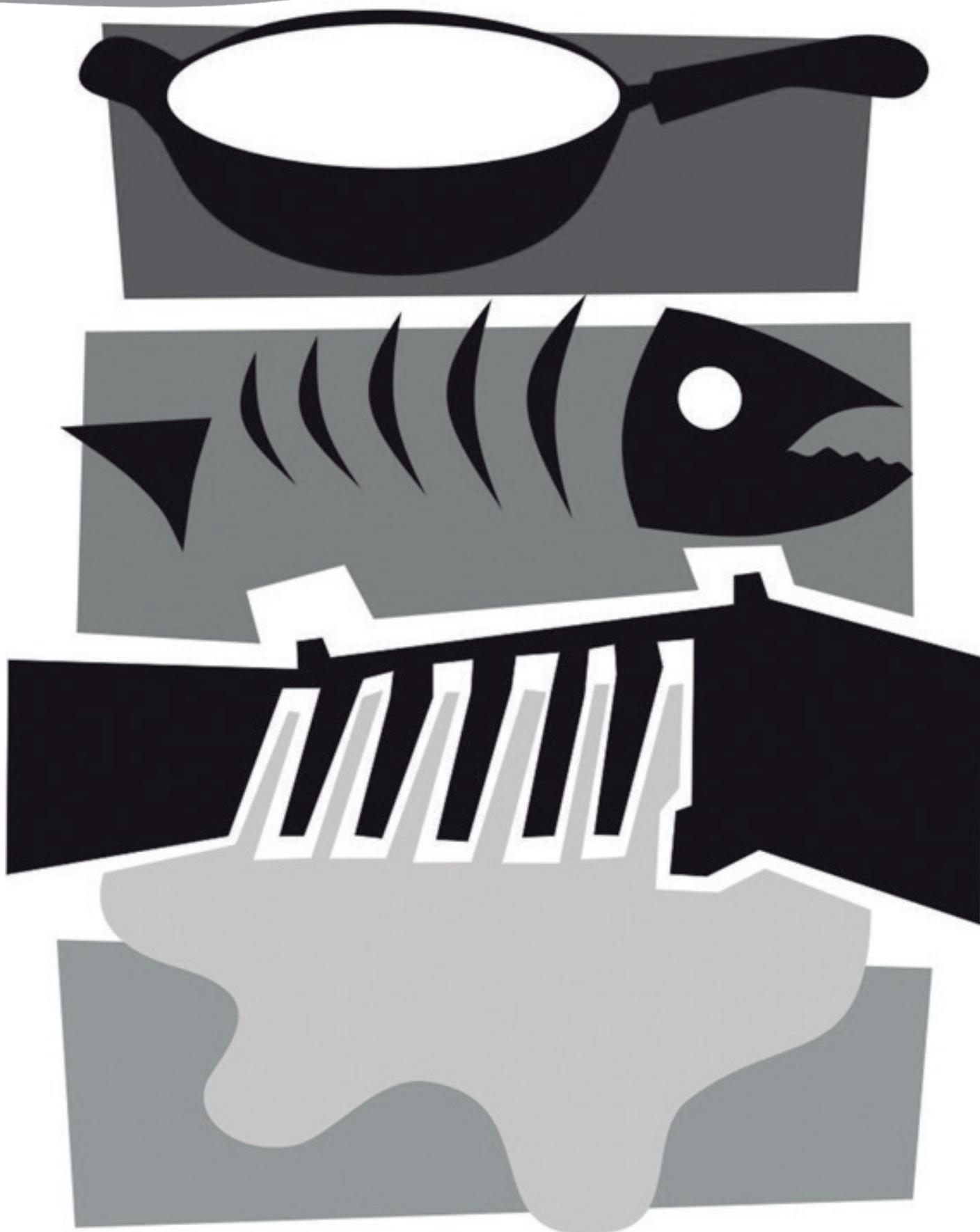
Diante do exposto, exigimos:

- Imediata investigação deste crime contra o patrimônio material e imaterial da comunidade pesqueira e remanescente de quilombo;
- Realização imediata dos estudos técnicos para identificação, demarcação e titulação do território quilombola.
- De cabeça erguida seguiremos firmes em defesa do nosso território tradicional!

Bacia do Rio São Francisco

Minas Gerais, Bahia, Sergipe

Pernambuco e Alagoas



Comunidades pesqueiras atingidas

Há pelo menos cinco décadas o Rio São Francisco vem sendo bruta­mente atingido por grandes empre­endimentos, o maior deles, a cascata de barramen­tos hidrelétricos – considerada a maior do Brasil em apenas um rio –, deslocando cidades, povoados e comunidades de seus locais de origem. Os 29 con­

flitos pontuados na bacia resultam em mais de 50 mil famílias ribeirinhas atingidas pelos danos socio­ambientais. Estima-se que mais da metade destas fa­mílias sejam formadas por pescadores e pescadoras artesanais.

RSF	IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	FAMÍLIA	PERÍODO
1	Petrolândia/PE/Ilha do Bode Roco	3	desde 2012
2	Belém do São Francisco/PE/Lago de Itaparica/ Comunidade Manga de Baixo	50	2015
3	Itacuruba/PE/Lago de Itaparica	170	2015
4	Serra Talhada/PE/Barragem de Serrinha	400	2015
5	Glória/BA/Comunidades Agrovila 3 na Piçarreira	20	desde 2013
6	Paulo Afonso/BA/Comunidade do Mulungu	12	desde 2002
7	Paulo Afonso/BA/Comunidade do Centenário	25	desde 2002
8	Paulo Afonso/BA/Rio do Sal	17	desde 2002
9	Cânion São Francisco/AL, BA, SE	800	desde 2005
10	Poço Redondo/SE/Comunidade Bonsucesso	200	2015
11	Brejo Grande e Paracatuba/SE/Quilombo Brejão dos Negros	1.500	desde 2005
12	Paulo Afonso/BA, Delmiro Gouveia/AL, Olho D'Água do Casado/AL, Piranhas/AL, Canindé do São Francisco/SE	800	desde 2015
13	Sento Sé/BA/Comunidade Sento Sé	6000	desde 2003
14	Submédio São Francisco	40.000	desde 1979
15	Juazeiro/BA/Lagoa do Currálinho	100	desde 1979
16	São Francisco/MG/Comunidade de Barra do Urucuia	120	desde 2012
17	Várzea da Palma/MG/Barra do Guaicuí	2000	desde 2005
18	Buritizeiro/MG/Comunidade Canabrava	60	desde 2013
19	Pedra Maria da Cruz/MG/Quilombo Caraíbas	33	desde 1970
20	Januária/MG/Comunidade de Croatá	100	desde 2013
21	Pirapora/MG/Comunidade Pesqueira da Fazenda Prata	100	desde 2012
22	Ibiaí/MG/Cidade de Ibiaí	300	desde 2010
23	São Francisco/MG/Ilha da Porteira	50	desde 2008
24	São Francisco/MG/Ilha da União	30	desde 2011
25	Buritizeiro/MG/Comunidade Limeira	50	desde 2012
26	Ponto Chique/MG/Ponto Chique	100	desde 1957
27	São Romão/MG/Comunidade Ribanceira	100	desde 1979
28	Januária/MG/Sangradouro Grande	50	desde 1985
29	São Francisco/MG/Travessão de Minas	80	desde 2009
	TOTAL	53.270	

Tabela 14: Quadro de identificação dos conflitos socioambientais em territórios pesqueiros (Levantamento CPP, 2015)

Os tipos de conflitos citados no gráfico abaixo demonstram que, dos 29 casos apresentados, o efeito cascata decorrente dos grandes empreendimentos – barragens, empreendimentos turísticos, especulação imobiliária, piscicultura, parque eólico, indústria petrolífera, entre outras –, é responsável por 75% dos

casos de apropriação indevida das terras públicas e de despejos, de restrição de acesso, de expulsão de famílias de seus territórios tradicionalmente ocupados e, conseqüentemente, responsáveis pela degradação ambiental.



Gráfico 17: Incidência de conflitos por tipos (Levantamento CPP, 2015)

Detalhamento dos Conflitos

IDENTIFICAÇÃO DOS ATINGIDOS	TIPO DE CONFLITO E SITUAÇÃO
Petrolândia/PE/Ilha do Bode Roco	Privatização de Ilhas, Desmatamento e Impedimento de Acesso dos Pescadores em Território Pesqueiro – com a formação de ilhotas no lago de Itaparica, no Rio São Francisco, os pescadores passam a utilizar as ilhas para ranchos e despesca; mas particulares fazem especulação e dominam as ilhas, impedindo seu uso pelos pescadores. A privatização provocou desmatamento e conflitos
Belém do São Francisco/PE/Lago de Itaparica/ Comunidade Manga de Baixo	Expulsão de Pescadores Artesanais dos Pontos de Desembarque, Empreendimentos Turísticos – a comunidade de pescadores de Manga de Baixo, localizada no município de Belém do São Francisco, surgiu em 1988 com a conclusão da construção da barragem de Luiz Gonzaga, assim formando o Lago de Itaparica; alguns pescadores migraram da barragem Poço de Cruz, no Rio Moxotó, município de Ibimirim, para a calha do Rio São Francisco na busca por desenvolver mais a atividade pesqueira; passados 27 anos, os pescadores sofrem com a escassez de chuva que provoca falta de cheia no rio e, principalmente, o desaparecimento das espécies nativas, sem contar a ocupação das áreas de beira do rio, o que vem se agravando com o aumento da especulação imobiliária na região; a prainha de Manga de Baixo se tornou atrativa pela sua localização, a 16 km da cidade de Belém do São Francisco, atraindo banhistas de toda região; hoje o espaço é disputado por antigos moradores, que pretendem ampliar seus quiosques para melhorar a renda, enquanto os pescadores estão sendo expulsos do ponto de desembarque por serem considerados invasores
Itacuruba/PE/Lago de Itaparica	Ameaça de construção de usina nuclear – a nova cidade de Itacuruba está localizada entre os municípios de Belém do São Francisco e de Floresta, no Sertão de Pernambuco, banhada pelo Lago de Itaparica, no Rio São Francisco; a população rural em grande parte é formada pelos povos indígenas PANKARÁ, cujo território é o lugar onde está prevista a construção de uma usina nuclear
Serra Talhada/PE/Barragem de Serrinha	Contaminação da Água, Proibição da Pesca e Outros Usos, Seca. Nos últimos quatro anos, com a escassez de chuva na região, a situação hídrica tem-se agravado. A barragem de Serrinha, no Rio Pajeú, afluente do Rio São Francisco, encontra-se no nível de insegurança. Localizada no município de Serra Talhada, recebe dejetos provenientes do esgoto sanitário das cidades, que são despejados diariamente no rio. No início de abril, feita uma análise, constatou o aparecimento de bactérias e toxinas; com isso, a Secretaria de Saúde suspendeu a retida de água pelos carros-pipa, o uso para consumo e irrigação e a pesca

Glória/BA/Comunidades Agrovila 3 na Piçarreira	Tilapicultura – um proprietário de criação de tilápia impede o acesso de pescadores artesanais ao rio, fazendo crateras com um trator para inviabilizar a passagem. Os pescadores permanecem impedidos de andar na estrada que dá acesso ao rio
Paulo Afonso/BA/Comunidade do Mungu	Privatização das Terras Públicas – diversos proprietários de chácaras privatizam terras de beira de rio e impedem famílias pesqueiras de terem acesso ao manancial, obrigando estas famílias a migrar para outras áreas de pesca localizadas fora de Paulo Afonso
Paulo Afonso/BA/Comunidade do Centenário	Barragem PA IV; Impedimento da Pesca por Parte da Chesf
Paulo Afonso/BA/Rio do Sal	Poluição e Turismo de Catamarã – altos índices de poluição se acumulam nas imediações do Rio do Sal, impedindo a pesca artesanal; o acúmulo de resíduos vem comprometendo a qualidade do pescado; o turismo de catamarã impede a presença do pescado nas imediações; muitos pescadores já são empregados do setor, mesmo sem deixar a atividade da pesca. A presença do Exército na área para treinamento militar fecha o território, impedindo os pescadores e as comunidades de terem acesso ao rio, passando assim dias sem poder se aproximar
Cânion São Francisco/AL, BA, SE	Turismo, Piscicultura, Privatização das Terras Públicas, Especulação Imobiliária, Complexo Hidrelétrico de Paulo Afonso e Barragem Xingó, Degradação Ambiental – as mais de 800 famílias de pescadores estão sendo impedidas de terem acesso ao rio; os altos níveis de poluição, visível por meio de uma mancha escura, comprometeram o pescado em qualidade; em função dos barramentos, o pescado vem gradativamente se apresentando em quantidades pequenas; muitas espécies nativas desapareceram. Com a especulação imobiliária, muitas famílias pesqueiras estão sendo impedidas de terem acesso ao rio; também em função do turismo com catamarã, as poucas espécies ainda existentes somem e os pesqueiros estão sendo comprometidos. Apesar da criação do Monumento Natural do São Francisco – MONA, o Instituto Chico Mendes – ICMBio não vem realizando a fiscalização necessária em tempo. As gaiolas de piscicultura também vêm impedindo o acesso das famílias pesqueiras ao rio
Poço Redondo/SE/ Comunidade Bon-sucesso	Degradação Ambiental – a diminuição do pescado em função da baixa vazão vem impedindo a sobrevivência das famílias pesqueiras que dependem exclusivamente da pesca. Constituição de croas; desaparecimento de pesqueiras
Brejo Grande e Paracatuba/SE/Quilombo Brejão dos Negros	Ameaças Contra Famílias, Especulação Imobiliária, Degradação dos Mangues com Fazendas de Carcinicultura, Privatização das Ilhas e Terras Públicas, Ameaças de Desapropriação Contra Famílias Quilombolas Pesqueiras

<p>Paulo Afonso/BA, Delmiro Gouveia/AL, Olho D'Água do Casado/AL, Piranhas/AL, Canindé do São Francisco/SE</p>	<p>Degradação Ambiental, Contaminação da Água, Impedimento de Áreas Públicas e Turismo Intensivo – degradação ambiental provocada por cianobactérias, que formam uma mancha escura nas águas do Cânion São Francisco e prejudicam famílias pesqueiras e comunidades ribeirinhas. Cerca de 12 comunidades ribeirinhas e 5 municípios ficaram sem abastecimento de água potável por conta desse problema. As famílias pesqueiras estão em situação de vulnerabilidade em função da contaminação da água e do avanço do turismo, perdendo os principais pesqueiros. Há desmatamento e impedimento de caminhos históricos para acesso ao rio</p>
<p>Sento Sé/BA/Comunidade Sento Sé</p>	<p>Degradação Ambiental, Vulnerabilidade Hídrica, Seca, Contaminação das Águas por Agrotóxico, Diminuição do Pescado – de 2003 até hoje, os fazendeiros e agricultores de cebola estão poluindo e desmatando as margens do Rio São Francisco e das lagoas marginais, causando impactos ambientais como: poluição com agrotóxico; desmatamento das matas ciliares, que são fundamentais na sustentação do solo e sem as quais ocorre a erosão e assoreamento do rio; queimadas das matas, causando poluição do ar e desabrigando os animais silvestres</p>
<p>Submédio São Francisco</p>	<p>Impacto da Hidroelétrica de Sobradinho, Monoculturas de Irrigação, Pesca Predatória e Aqüicultura – com a criação da hidroelétrica de Sobradinho, a população foi obrigada a se deslocar, perdendo os seus territórios, e várias espécies de peixes desapareceram. Com a construção do lago, várias espécies nativas de plantas desapareceram, assim como de animais silvestres. Também por causa da pesca predatória, os pescados diminuíram em quantidade e tamanho. As monoculturas de irrigação (uva, feijão de corda, melancia, manga, tomate, cebola, pimentão, etc.), que são muitas vezes feitas em áreas de vazante, são tratadas com o uso de agrotóxicos que escorrem para dentro do lago de Sobradinho, causando a mortandade de peixes. A produção de pescado em cativeiro está chegando pouco a pouco no lago. Os pescadores estão sendo ludibriados com promessas de emprego e melhorias do pescado; entretanto, são tomadas as áreas de pesca e colocadas cercas no rio</p>

<p>Juazeiro/BA/Lagoa do Curralinho</p>	<p>Impedimento da Pesca e Baixa Vazão – a construção da Barragem de Sobradinho foi iniciada em junho de 1973, e em 1979 entrou em operação. Desde então, os ribeirinhos que vivem nas margens do rio São Francisco são impactados social, ambiental e culturalmente, pois mais de 72 mil pessoas foram retiradas de suas casas, de suas terras e até de seus municípios de origem. A barragem está localizada a 748 km da foz do rio e foi criada com dois objetivos: gerar energia elétrica e regularizar os recursos hídricos da região. Juntamente com o reservatório de Três Marias/CEMIG, mantém vazão regularizada mesmo nos períodos de estiagem, permitindo a operação de todas as usinas da CHESF situadas ao longo do Rio São Francisco. Isso quer dizer que, além das famílias que foram expulsas de suas terras, outros ribeirinhos que vivem abaixo da Barragem de Sobradinho também sofrem os impactos dessa regularização da água para geração de energia. As comunidades pesqueiras do interior de Juazeiro foram limitadas a pescarem em pequenas áreas devido ao nível baixo do rio. Para continuar pescando, criaram o sistema de sorteio de fichas, que determina de quem é a vez de pescar. São lances de 15 a 30 minutos, dependendo da quantidade de pescadores. Se o pescador desejar novo lance, terá que esperar sua vez novamente. Caso pesquem fora daquela área, correm o risco de perder suas redes, que podem ficar presas às pedras em razão da pouca profundidade. Essa situação vem se agravando nos últimos anos devido à estiagem, uma vez que a CHESF conseguiu autorização da Agência Nacional das Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para diminuir a prática de descarga do reservatório, que era de 1.300m³/s e passou a ser de 1.100m³/s. Em seus documentos, a CHESF afirma que essas informações serão divulgadas para todas as comunidades ribeirinhas; entretanto, as comunidades desconhecem tais informações</p>
<p>São Francisco/MG/Comunidade de Barra do Uruçuia</p>	<p>Impedimento de Passagem em Áreas Públicas, Inundação Permanente de Roças – há mais de 4 anos, um fazendeiro construiu uma barragem na Lagoa da Arcada, afluente do Rio São Francisco. Com o barramento da água, a lagoa ao encher inunda a estrada e os terrenos das famílias da comunidade, sendo que, antes, este problema somente ocorria nas épocas chuvosas. Agora, o problema é permanente; acaba com as pastagens e as roças da comunidade; dificulta, às vezes até impede, a passagem de pessoas, carros e ônibus escolar. As crianças chegam a perder aula devido ao problema. O ônibus muitas vezes para dentro da água e as famílias precisam ir ao encontro das crianças para resgatá-las de dentro do veículo. São prejudicadas também outras comunidades vizinhas, como a de Retiro. A comunidade não tem conseguido fazer uma denúncia oficial por sentir-se ameaçada ao saber que o dito fazendeiro faz comentários, dizendo não se importar com o caso e que quer ver quem mexe com ele, nas terras dele, porque ele tem “cachê”. São em média 120 famílias residentes na comunidade de Barra do Uruçuia</p>

Várzea da Palma/MG/Barra do Guaicuí	Impedimento de Passagem em Áreas Públicas para Rios e Ilhotas – localiza-se na foz do Rio das Velhas, abrangendo as margens do Rio São Francisco. Trata-se de um povoado, que tem um número significativo de famílias residindo e/ou trabalhando em ilhas próximas. Estima-se que a maioria das famílias são formadas por pescadores e pescadoras. O conflito principal está relacionado à dificuldade de acesso aos rios e às ilhas. Há uma estrada controlada por funcionários de uma fazenda. A comunidade relata que só dão passagem a quem lhes interessa, com horários marcados. Há outra passagem mais próxima do povoado pela qual transitam mulheres e homens carregando nas costas os produtos da colheita, da pesca e as ferramentas de trabalho, inclusive motor dos barcos. Tudo é passado por cima dos arames, porque o fazendeiro pôs cercas em tudo. A comunidade reclama que quase não tem mais porto para os barcos, que ficam amontoados porque uma empresa de dragagem de areia, um clube de pesca e os fazendeiros dominam as margens do rio. Há informações de violência e ameaças em fazendas próximas, com caso de uso de arma de fogo para intimidar os pescadores em áreas de pesca
Buritizeiro/MG/Comunidade Canabrava	Falta de Acesso à Terra e à Água – a maior parte das famílias é de origem tradicional pesqueira e vazanteiras, que, dispersas pelas periferias das cidades de Ibiaí e Buritizeiro, ou encurraladas em pequenos espaços nas margens do Rio São Francisco, uniram-se a outras famílias camponesas na luta pela terra. Encontram-se acampadas, com processo de regularização junto ao INCRA, mas reclamam da morosidade do mesmo. Por terem uma identidade e atividade que requer uma relação direta com o rio, querem a parte alta, mas justificam a necessidade de estarem próximos das margens para garantir o seu modo de vida/cultura. Pede-se que seja considerada a dimensão da sua territorialidade
Pedra Maria da Cruz/MG/Quilombo Caráibas	Falta de Acesso à Terra, Regularização Fundiária – comunidade situada às margens do Rio São Francisco. Foi expulsa por fazendeiros no final da década de 1970. Teve suas moradias demolidas. Refugiaram-se nas ilhas próximas e nas periferias de Pedra Maria da Cruz e cidades vizinhas. Um grupo resistiu, ficando encurralado à beira do rio. As estradas foram fechadas pelo fazendeiro com cercas de arame e cancelas com cadeados, de forma a impedir a passagem dessas pessoas. Barracas de pescadores à beira do rio foram sendo queimadas, entre outras situações semelhantes. As famílias que ficaram nas ilhas e periferias próximas enfrentam constantes conflitos com os fazendeiros porque continuaram utilizando o território para atividades de pesca, plantio em áreas de vazantes e ilhas, coleta de frutos, etc. Em maio de 2014, várias famílias se organizaram e retomaram o território. Houve processo de reintegração de posse, o qual foi suspenso, sendo encaminhado o caso para o Ministério Público Federal por se tratar de uma área da União. As tensões continuam na luta pela regularização do território, abertura da estrada e políticas públicas

Janúria/MG/Comunidade de Croatá	Falta de Acesso ao Território Tradicional – encontra-se às margens do Rio São Francisco. Algumas famílias residem ali tradicionalmente. A maioria se autoidentifica como quilombolas, pesqueiras e vazanteiras. Muitas estavam dispersas pelas periferias das cidades de Janúria e região, ou encurraladas em pequenos espaços nas margens do rio, e se uniram às outras famílias camponesas para ocupar parte do território apossada indevidamente por uma fazenda. Estas famílias se uniram e querem garantir sua permanência ali. Segundo a comunidade, funcionários da fazenda ameaçam de tirá-las da área e roubam suas bandeiras, desrespeitando-as. Estão enfrentando processos de reintegração de posse, intimidação por policiais e até do juiz e da Defensoria Pública. As famílias resistem e reivindicam a regularização do território. Por tratar-se de uma comunidade carente de formação, são vítimas também de aproveitadores, entre os quais pessoas sem relação com a terra/rio que pleiteiam um pedaço de terra e agrimensores que efetuam a medição das terras e cobram pelo serviço
Pirapora/MG/Comunidade Pesqueira da Fazenda Prata	Disputa por Território – um grupo de pescadores e vazanteiros ocupa tradicionalmente uma área à margem do Rio São Francisco, aos fundos da fazenda Prata, que vem sendo há alguns anos disputada por grupos de sem terras e pessoas ligadas a outras organizações de luta que têm divergências entre si. Desde 2012, um grupo está reivindicando junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU uma extensão da fazenda que, preliminarmente, foi identificada como terra da União. Há tensão entre os pescadores, por saberem que sua área está dentro daquela demandada por outros; os pescadores dizem que não foram incluídos até então neste diálogo com a SPU
Ibiaí/MG/Cidade de Ibiaí	Falta de Acesso à Terra e Água, Destruição de Moradias e Roças, Ameaças – os pescadores e vazanteiros estão dispersos pela área urbana e rural e têm relação direta com o rio, no exercício de sua atividade e tradições. Os conflitos referem-se à dificuldade de acesso ao rio. Fazendeiros não permitem que os pescadores armem suas tendas às margens do rio durante as atividades de pesca. Em 2010, o senhor Vanderlei, da fazenda Passagem Real, demoliu a moradia e a roça de uma família pesqueira/vazanteira, fez várias ameaças e não houve sequer indenização. O Ministério Público de Pirapora orientou que a família buscasse um advogado que não foi encontrado e nada aconteceu. Em 2015, outro fazendeiro fez o mesmo com outra família e as denúncias aos órgãos competentes não tiveram nenhum retorno

São Francisco/MG/Ilha da Porteira	Falta de Acesso às Terras e Águas Públicas, Destruição de Lavouras – as famílias relatam que vivem em conflito há alguns anos devido à necessidade de abertura de uma estrada que dê acesso à ilha, o que não é aceito pelos fazendeiros – a estrada antiga está sendo engolida pelo rio; os gados dos fazendeiros estão soltos e constantemente invadem as roças, comendo as plantações das famílias. Uma outra estrada dentro da comunidade foi “empastada” por outro fazendeiro, o que isolou ainda mais as famílias
São Francisco/MG/Ilha da União	Destruição de Lavouras, Falta de Acesso às Terras – as famílias relatam conflitos devido ao gado solto que destrói as plantações
Buritizeiro/MG/Comunidade Limeira	Falta de Acesso à Terra, Impedimento de Passagem em Terras Públicas e de Beira de Rio – tratam-se de famílias de origem tradicional pesqueira e vazanteiras que, dispersas pelas periferias da cidade de Buritizeiro e região, ou encurraladas em pequenos espaços das margens do Rio São Francisco, uniram-se a outras famílias camponesas na luta pela terra. Há mais de 3 anos estão acampadas em processo de regularização junto ao INCRA. Reclamam que, para exercerem a atividade pesqueira, encontram-se em dificuldades devido ao fechamento de estradas de acesso ao rio. Vivem em condições de moradia precárias. Pedem que o INCRA dialogue com a União para que permaneçam na atividade como vazanteiros, devido à sua identidade e cultura vinculadas ao rio, sendo que a parte alta da terra ocupada não é suficiente para dar conta do seu modo de vida
Ponto Chique/MG/Ponto Chique	Acesso à Terra e à Água, Privatização das Terras Públicas, Disputa entre Trabalhadores – o município tem uma população de 3.966 pessoas (IBGE/2010). Possui características de comunidade pesqueira e está cercado pelo latifúndio. A população, no geral, se divide entre empregados nas fazendas, atividade de pesca e plantio nas áreas de vazantes. Pescadores e vazanteiros disputam entre si as áreas de beira de rio, em conflito com fazendeiros que cercam as margens e fecham estradas
São Romão/MG/Comunidade Ribanceira	Disputa por Terra e Território, Grandes Latifúndios, Especulação de Terra, Ameaças, Disputas Eleitorais Violentas – o conflito vem ocorrendo pelo menos desde a enchente de 1979, quando as famílias que se alojavam nas ilhas e áreas de alagamentos se aglomeraram na pequena extensão de terras em loteamento. O povoado possui características de remanescente de quilombo. Em geral, vive da pesca e plantio em áreas de vazantes e nas ilhas. Uma comunidade sem território, encurralada pelo latifúndio. Não há conflito expresso, mas as famílias vivem em situação de pobreza preocupante, sendo alvo de disputa nas campanhas eleitorais locais

<p>Januária/MG/Sangradouro Grande</p>	<p>Privatização das Terras Públicas – a comunidade quilombola situada à margem direita do Rio São Francisco foi expulsa do território por um fazendeiro que, segundo relato dos moradores, “guardou” os documentos da terra, a pedido dos antigos moradores, devido às contínuas enchentes e nunca mais os devolveu. Após a morte destes antigos moradores, o fazendeiro foi induzindo as famílias a plantar capim e expulsando-as gradativamente para colocar gados na área. Cansadas de viver na pobreza há mais de 30 anos nas periferias de Pedras de Maria da Cruz e região, as famílias resolveram se organizar e retomar parte do seu território. Faz 4 anos que tentam se estabilizar, mas enfrentam conflitos diversos: com a prefeitura – faltam políticas públicas de assistência básica, inclusive de acesso à água potável; com órgãos fiscalizadores – estão em área de preservação permanente (APP); e consigo mesmas, pois se obrigam a cultivar a terra para plantio de pequenas roças. O fazendeiro ameaça retirá-los da área. Estão em processo junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU pela regularização do território</p>
<p>São Francisco/MG/Travessão de Minas</p>	<p>Privatização das Terras Públicas – trata-se de uma comunidade com características pesqueira e vazanteira. São cerca de 180 famílias no povoado. Estima-se que pelo menos a metade vive destas atividades. Encurraladas por fazendas, aglomeram-se nas áreas de vazantes; algumas residem no local, outras ficam por temporadas para o trabalho de pesca e plantios. Há casos de proprietários de terras que cobram porcentagens ou parte da colheita daqueles trabalhadores que estão ali em área pública – ao que tudo indica, pertencente à União</p>

Tabela 15: Detalhamento dos conflitos nas comunidades pesqueiras na Bacia do São Francisco

Observa-se no gráfico abaixo que a incidência de causadores dos conflitos socioambientais em territórios pesqueiros se dá principalmente entre os fazendeiros e particulares, a partir da omissão direta do poder público. Os outros causadores de conflitos estão

relacionados a situações entre comunidades tradicionais e sem terras que lutam por Reforma Agrária – também aqui nota-se a omissão do poder público, especialmente sobre a questão agrária.



Gráfico 18: Incidência por agente causador do conflito (Levantamento, 2015)

LISTA DOS CAUSADORES DE CONFLITOS

Proprietário Daniel da Paulinete, comerciante local

Governo Federal

Governo Estadual

Tilapiculturas particulares

Proprietários e comerciantes de Paulo Afonso

Chesf

Exército

Catamarã Raso da Catarina

MTu Empreendimentos Turísticos de Canindé do São Francisco/SE

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Proprietários particulares e piscicultores

Prefeituras de Paulo Afonso/BA, Canindé do São Francisco/SE, Delmiro Gouveis/AL, Olho D'Água do Casado/AL, Piranhas/AL

Fazendeiros da família Martins (posseiro Duda, como é conhecido)

Fazendeira Ana Catarina

Fazendeira Rosivan da Silva Machado

NORCON (empresa de construção de resorts)

Família do ex-prefeito de Brejo Grande Carlos Augusto Ferreira

Família Marques

Pequenos proprietários

Empresários do turismo

Proprietários, fazendeiros locais, produtores de cebola

CODEVASF, empresas públicas e privadas

Fazenda de Esupério

Fazenda Pedras de São João e outras

Antiga fazenda de Astério Itabayana

Disputa de terra entre sem terras e comunidades tradicionais

Empresa Minas

Liga Camponesa



Fotos: Empreendimento de criação de tilapia em território pesqueiro e restrição de pesca no Cânion São Francisco, em Paulo Afonso/BA (Tomáz, 2015)

Atitudes de enfrentamento por parte das comunidades pesqueiras

A comunidade escolhe junto aos movimentos sociais, grupos de apoio e pastorais formas de enfrentamento e de resistência aos problemas de conflitos estabelecidos. São desenvolvidas articulações com universidades, entidades de classe e movimentos sociais; incidências em órgãos públicos como a Secretaria do Patrimônio da União – SPU e o Ministério Público Estadual e Federal; mutirões de visitas e acompanhamentos sistemáticos dos conflitos; trocas

de informações com outros setores sociais, as pastorais e demais apoiadores; Marcha das Águas e Romarias; reuniões e encontros de formação, articulações e mobilizações; curso de juristas leigos; campanha de regularização dos territórios pesqueiros; criação de associações locais; organização e luta pelo abastecimento de água potável e por políticas públicas; denúncias; engajamento das lideranças em ações de resistência das comunidades.

GRUPOS APOIADORES E PARCEIROS

Colônia de pescadores
Unidade Acadêmica de Serra Talhada
Grupo antinuclear
Cultura de paz da Diocese de Floresta
Conselho Pastoral dos Pescadores
Articulação Popular em Defesa do São Francisco
Associação de Pescadores de Lagoa do Curralinho
Comissão Pastoral da Terra
Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Buritizeiro
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária
Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG
Cáritas da Diocese de Propriá/SE
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA Sergipe
Movimento de Mulheres Camponesas – MMC Sergipe
AGENDHA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Sociedade Brasileira de Ecologia Humana – SABEH
Instituto Braços – Sergipe
Instituto Acção – Sergipe/Bahia/Alagoas
CEDITER – Bahia
Associação de Mulheres Pescadoras Artesanais de Ilha das Flores – Sergipe
Associação de Pescadores e Pescadoras Artesanais de Olho D'Água do Casado – APESCA.

O QUE SE ESPERA DO PODER PÚBLICO
Fiscalização nas margens do Rio São Francisco e multas aos agressores ambientais
Promoção do reflorestamento das matas ciliares em áreas afetadas com a degradação
Delimitação do espaço onde os fazendeiros possam retirar a mata, de acordo com a legislação
Defesa das comunidades de pescadores e proteção do Rio São Francisco e das espécies de pescado que são essenciais para a vida das comunidades
Que o IBAMA não atue somente no período do defeso
Que o INEMA apareça para proteger o meio ambiente
Que o próprio pescador se conscientize e entenda o seu papel de protetor do meio ambiente, para que as gerações futuras possam usufruir o que tivemos no passado
A regularização das áreas da União em prol das famílias/comunidades, abrindo o acesso livre aos rios e ilhas
Que o INCRA e a SPU regularizem as terras, contemplando áreas de margem de rios
Demarcação de área concedida via TAUS
Abertura das estradas de acesso às zonas urbanas
Políticas públicas para garantia das condições de vida no território conquistado: energia elétrica, estradas, plano de manejo agroecológico, subsídios para a agricultura familiar, transporte escolar adequado, serviço de saúde
A regularização da terra, não só daquela de domínio da União, mas de toda a fazenda que não esteja cumprindo com sua função social, devendo ser desapropriada para fins de Reforma Agrária
A demarcação das áreas da União pela SPU – LMEO – e a garantia da permanência das famílias pesqueiras e vazanteiras nestes territórios
Regularização das áreas da União para liberação do direito de acesso à vazante e ao rio
Direito de uso dos principais pesqueiros – usufruto das comunidades pesqueiras históricas
Política de beneficiamento e comercialização do pescado
Regularização da vazão ecológica por parte da Chesf no Baixo São Francisco
Ordenamento pesqueiro no Submédio e Baixo São Francisco

Carta do Congresso dos Pescadores e Pescadoras da Bacia do Rio São Francisco



As Barragens retiraram a vida e o espírito do Velho Chico. Para devolver esta vida, como têm feito algumas nações do mundo, RETIREM AS BARRAGENS DO SÃO FRANCISCO!

É com esse espírito de luta para devolver o fôlego de vida ao Velho Chico que nós, Pescadoras e Pescadores Artesanais do Rio São Francisco, reunidos nos dias 01 a 03 de abril na Ilha do Fogo, entre Petrolina-PE e Juazeiro-BA, fizemos ecoar desde a Nascente até a Foz o GRITO DO RIO E SEU POVO NA BUSCA DO BEM VIVER, tema que invocou as forças místicas da ancestralidade das comunidades tradicionais pesqueiras no Congresso da Bacia do São Francisco.

Com o lema “Pescadores e Pescadoras Artesanais:

Raiz de Esperança em Defesa da Identidade dos Territórios Pesqueiros e pela Revitalização Popular do Velho Chico”, discutimos e constatamos que as nossas comunidades tradicionais vivenciam uma das maiores crises já vistas, provocadas pelo avanço do agro e do hidronegócios e pelo trágico modelo energético.

Perturbam-nos fortemente, em nosso pensar e em nossa existência, que pela primeira vez na história do Velho Chico sua nascente tenha secado, que o lago de Sobradinho tenha chegado à cota zero e que o mar

tenha avançado vertiginosamente sobre seu leito, sinalizando o nível de vulnerabilidade socioambiental de toda a Bacia do São Francisco num momento em que o mundo inteiro faz pensar sobre as ocorrências das mudanças climáticas que nos alertam para um maior cuidado com a casa comum.

Compreendemos que nosso território acompanha o movimento incessante das águas cujo limite é invisível. No entanto, os famigerados projetos capitalistas põem em risco a nossa existência e a do rio com as velhas barragens hidrelétricas que já expulsaram mais de 250 mil pessoas de seus territórios e são responsáveis pela destruição do percurso natural do rio. Tudo isso a serviço de um modelo energético que compromete as águas, as lagoas marginais, a vazão do rio, a reprodução dos peixes e impede o acesso à terra e à água, além da agricultura de vazante.

O agro e hidronegócios, com seus altos índices de agrotóxicos, contaminam a terra e a água, destroem nascentes, afluentes, águas subterrâneas, adoecem humanos, destroem os ecossistemas do Cerrado, da Caatinga e manguezais para dar lugar aos grandes projetos, como a ampla irrigação de monocultivo, a carcinicultura, tilapicultura, mineração e turismo intensivo que aniquilam as culturas tradicionais e o nosso modo de vida.

Como se não bastasse, esse modelo de desenvolvimento predador propõe a construção de mais hidrelétricas, usinas nucleares e parques eólicos que ameaçam os territórios e comprometem ainda mais a vida do Velho Chico. A transposição, tão combatida por nós, virou instituição política de sustentação de empreiteiras com obras infundáveis para fortalecer a velha e a nova indústrias da seca. Pior do que isto é a insana proposta de transpor as águas do Rio Tocantins como forma de intensificar o problema, privilegiando o modelo do agronegócio.

As circunstâncias da conjuntura da Bacia do São Francisco nos remetem à atual crise econômica e política brasileira que ameaça o funcionamento das institui-

ções democráticas e a soberania popular. Este governo passa pelos maiores vexames porque não abriu mão desse modelo econômico de morte que destrói a mãe terra, com seu povo e todas as formas de vida. Diante disto, não aceitamos perder mais nenhum direito conquistado. Pelo contrário, queremos avançar para um desenvolvimento popular inclusivo e verdadeiramente sustentável!

Reivindicamos políticas efetivas para salvar os biomas Cerrado, Caatinga e manguezais, como forma de proteger as nossas matas, nossas águas e nossos estoques pesqueiros.

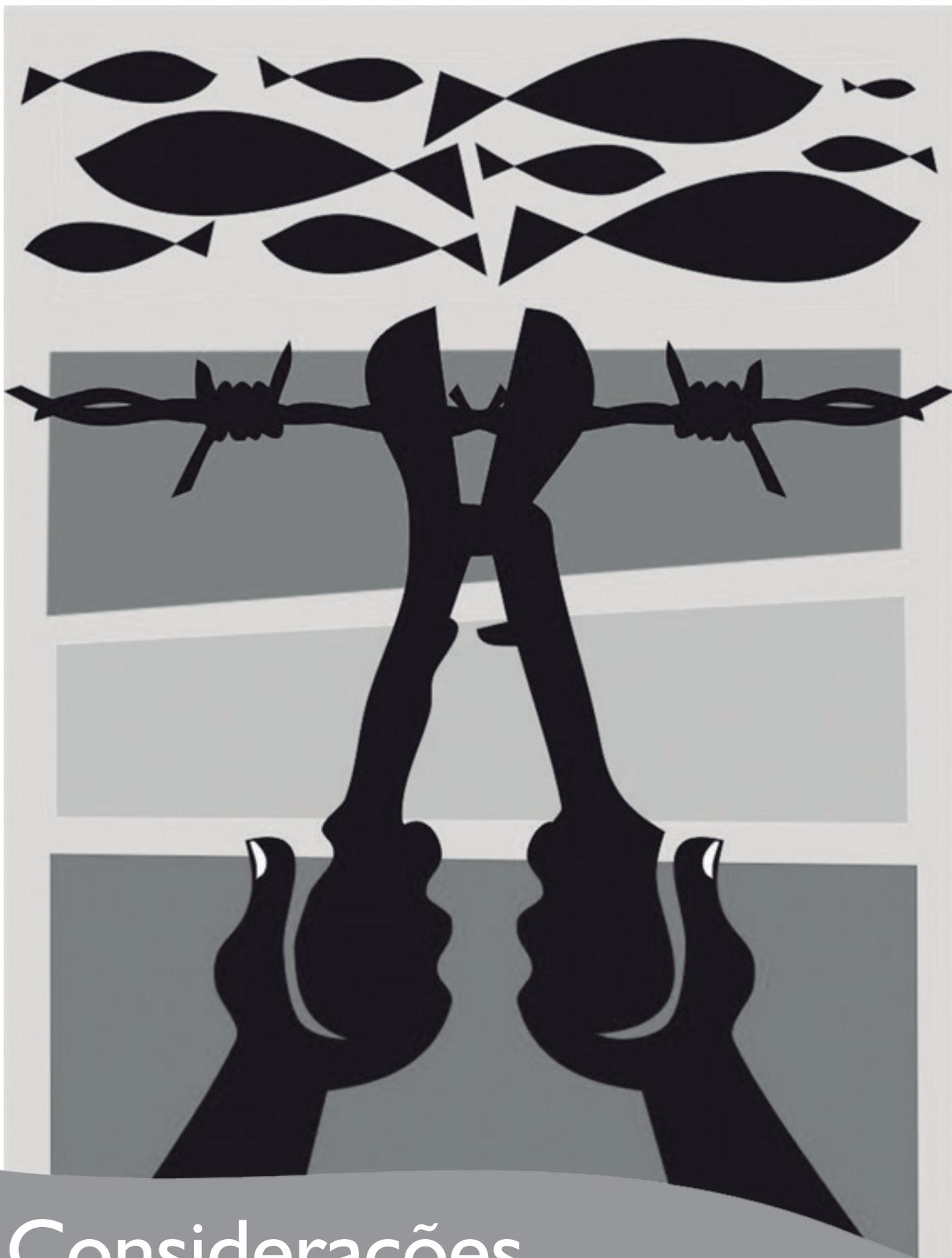
Reivindicamos uma política de combate ao uso de agrotóxicos e afirmamos nosso compromisso com a campanha contra os agrotóxicos e pela soberania alimentar. Exigimos um modelo agroecológico que garanta o modo de vida sustentável de nossas comunidades.

Combatemos veemente o racismo ambiental promovido por empresas privadas e governamentais como a Chesf, Agrovale, Votorantim Metais, Codevasf, entre outras, e inclusive pelos governos municipais responsáveis pelo saneamento básico. Para isto, exigimos a efetivação de um plano de saneamento básico e biológico que atenda urgentemente toda a bacia.

Repudiamos os falsos programas de revitalização e exigimos seriedade e empenho por uma efetiva Revitalização Popular do Rio que seja integrada, inclusiva e permanente e que respeite o protagonismo das comunidades tradicionais pesqueiras. Afirmamos que uma verdadeira Revitalização Popular passa primeiro pelo reconhecimento de nossas identidades e pela regularização dos territórios pesqueiros.

Assumimos o compromisso com a construção de um Plano Popular para a Pesca Artesanal na Bacia do São Francisco e CONCLAMAMOS todo o Povo do São Francisco ao compromisso com a Revitalização Popular na Busca do Bem Viver.

Ilha do Fogo – Petrolina/PE, 03 de Abril de 2016



Considerações Finais

Os conflitos socioambientais mapeados em territórios tradicionais de pescadores artesanais percorre um repertório etnográfico de cerca de 161.545 (cento e sessenta e uma mil e quinhentas e quarenta e cinco) famílias de pescadores e pescadoras artesanais distribuídas em pelo menos 150 comunidades atingidas, localizadas em 14 estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Sergipe, sendo que a Bacia do Rio São Francisco compreende os estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas e possui posição de destaque no levantamento dos conflitos realizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores e pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil.

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais possui consciência de que estes conflitos estão associados à injustiça ambiental agenciada pelo Estado brasileiro. E que são as famílias pesqueiras as principais vítimas nos casos elencados das atrocidades cometidas pela ação do capital. Os conflitos são expressões do modelo de desenvolvimento hegemônico altamente impactante sobre o ambiente e a vida das pessoas, e que leva à destruição dos ecossistemas e ao aniquilamento do modo de vida das comunidades tradicionais pesqueiras.

Os megaprojetos mobilizados pelo bloco hegemônico do capitalismo contemporâneo avançam com uma matriz energética nefasta apoiada nas hidrelétricas, eólicas, nucleares e nas transposições de rios; no avassalador hidronegócio, com a carcinicultura e piscicultura; no famigerado agronegócio com suas fronteiras agrícolas e agropecuários da soja, fruticultura, eucaliptos, bambus, etc., por meio de práticas de envenenamento da terra e da água; nos complexos industriários, navais, petrolíferos, portuários e na indústria de mineração e do turismo, empreendimentos que fazem parte do arcabouço de injustiça ambiental e social que devastam o planeta.

Estes conflitos todos revelam que os territórios não estão sendo dominados e expropriados de forma pacífica. Eles representam vidas interrompidas, homicídios, perseguições, torturas e despejos realizados por parte do Judiciário e pelas milícias particulares.

No jogo do uso da terra e da água como mercadoria e da acumulação de bens, os megaprojetos expropriam as condições materiais e simbólicas dos pescadores artesanais. Nesta perspectiva em especial, a luta das comunidades pesqueiras é fortalecer a noção do reconhecimento do território tradicional com uma titulação e a formalização de sua posse específica. Para isto, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP e o CPP se dedicam a uma luta constante para discutir e pautar a Campanha do Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre a Regularização do Território Pesqueiro.

Os projetos do agro e do hidronegócios possuem um padrão político de intervenção estatal de mercantilização dos ecossistemas e das intervenções sobre os territórios de ocupação tradicional, ostentados como promessa de desenvolvimento e progresso. O largo da dimensão simbólica da pesca artesanal é invisibilizado ao determinar-se o modo de vida destas pessoas apenas como uma categoria de trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, mais que uma profissão, a pesca artesanal possui elementos da ancestralidade, de técnicas repassadas de pais e mães para filhos e filhas e de uma sucessiva compreensão holística da reprodução da vida, interligados intrinsecamente com os sistemas da natureza.

A identidade é ancestral e o território compõe essa identidade e os ecossistemas como uma coisa só. Os valores cultivados agregam sentidos e ressignificações. Contudo, este modo de vida está em risco. Os ecossistemas são vistos como mercadoria e as comunidades como intrusas ao “desenvolvimento” e o progresso. Apesar disso, nenhuma compensação como mecanismo jurídico é capaz de recuperar os danos sofridos, menos ainda de mensurar os danos simbólicos – aliás, este último sequer é mencionado nos relatórios de impactos.

O padrão histórico desses empreendimentos implementados sobre os territórios pesqueiros parte da falta do reconhecimento dessas comunidades inseridas em terras e águas públicas de ocupação tradicional. O atributo étnico não é reconhecido às comunidades pesqueiras como parte dessa territorialidade. Pouco se reconhece os pescadores/as artesanais como populações de identidades coletivas detentoras de di-

reitos fundamentais. E, neste sentido, o Estado passa a operar com uma lógica de cooptação, oferta de dinheiro e vantagens, negligências, esvaziamento de serviços públicos empreendidos nas Secretarias de Pesca, ou no extinto Ministério da Aquicultura e Pesca – que se saiu muito mais um ministério da aquicultura do que da pesca.

Hoje, em tempos de golpe, a sinalização para a pesca artesanal é ainda pior. A crise econômica instaurada no seio da sociedade implica numa crise social drástica, na judicialização dos movimentos sociais e lideranças, na criminalização das comunidades pesqueiras e no circuito de autoritarismo, racismo ambiental, misoginias, entre outras tantas formas de

discriminação política, social, cultural e ambiental. Acontece que as comunidades historicamente vivem, resistem e se ressignificam na sua própria existência e tradição, porque carregam em si o profundo da relação ancestral que combina o ser com a própria natureza. Os Pescadores e Pescadoras Artesanais acreditam que é possível reconstituir as dunas, os ecossistemas, as nascentes, as lagoas, os mares, os mangues, os rios, as vidas com a dignidade que a natureza exige, instaurando definitivamente o direito à justiça em suas comunidades. A justeza da vida é a justeza da própria natureza. “Deixe-nos viver. Nós somos homens e mulheres guardiões das águas e das beiradas” (Iraneide Pescadora da Foz do São Francisco, 2016).

“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am. 5, 24)

Referências

- ACCIOLY, L.J.O. **Degradação do solo e desertificação no Nordeste do Brasil.** Boletim informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa-MG, v. 25, n. 1, p.23-25, 2000.
- ALONGI, D.M. **Present state and future of the world's mangrove forests.** Environmental Conservation 29 (3): 331-349. 2002.
- ACSELRAD, Henri (org). **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BACCI, D.C., LANDIM. P.M.B., ESTON, S.M. **Aspectos principais e impactos de pedreiras em áreas urbanas.** Revista Escola de Minas, Ouro Preto, v. 1, n. 59, 2016.
- BARRETO, M.L. **Mineração e desenvolvimento sustentável: desafios para o Brasil.** Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2001.
- BERNARDO, P.A.M. **Impactos ambientais do uso de explosivos na escavação de rochas, com ênfase nas vibrações.** 385 f. Tese de Doutorado em Engenharia de Minas. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2004.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Nota Técnica 1. Proposta de Delimitação Territorial do MATOPIBA.** In MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de. Campinas, maio, 2014.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Nota Técnica 5. MATOPIBA: Quadro Natural.** MAGALHÃES, Lucíola Alves; MIRANDA Evaristo Eduardo de. Campinas, dezembro, 2014.
- EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Nota Técnica 7. MATOPIBA: Quadro Agrícola.** In GARAGORRY, Fernando Luís; MIRANDA, Evaristo Eduardo de, MAGALHÃES, Lucíola Alves. Campinas, dezembro, 2014.
- ISA - Atlas dos Impactos da UHE Belo Monte sobre a Pesca. Org. Ana de Francesco e Cristiane Carneiro. São Paulo, Instituto Socioambiental. 2015.
- PNUD. Relatório Preparado para o CGEE: **Mineração e Meio Ambiente no Brasil** – Contrato 2002/001604. Autor: Carlos Eugênio Gomes Farias Contribuição: José Mário Coelho, DSc. Outubro de 2002.
- ROUGEMONT, Laura & PÉREZ, Mercedes Solá. **Tecendo Relações entre os Conflitos Socioambientais Territoriais Provocados por Megaprojetos: COMPERJ e Suape e suas implicações para pescadores e pescadoras artesanais.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 16, p. 399-426, agosto, 2013.
- SÁNCHEZ, L.E. **Projetos de recuperação: usos futuros e a relação com a comunidade.** In: I Encontro de Mineração no Município de São Paulo. Anais. Secretaria das Administrações Regionais da Prefeitura Municipal de São Paulo, 1994.
- VALIELA, I., BOWEN, J.L., YORK, J.K. **Mangrove forests: One of the world's threatened major tropical environments** Bioscience 51 (10): 807-815 OCT, 2001.
- PAPA Francisco. **Carta Encíclica Laudato Si do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum.** Brasília, Edições CNBB. 2015.

“O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De fato, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta...”

Carta Encíclica “Laudato Si” do Papa Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum.



Realização:



Apoio:



Naturskyddsföreningen

MISEREOR
IHR HILFSWERK